

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bibiana Werle

**A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUA MEMÓRIA NO ALTO TAQUARI
(RS)**

Porto Alegre

2014

Bibiana Werle

**A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUA MEMÓRIA NO ALTO TAQUARI
(RS)**

Dissertação (Mestrado em História)
apresentação como pré-requisito para
obtenção do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
RS.

Orientador: Prof. Alessandro Kerber

Porto Alegre

2014

Dedicatória

Ao grande amor da minha vida: minha mãe, e a todas as alunas e alunos da EJA da Escola Leopolda Brnewitz, especialmente à Desirée e ao Heryck Johnson, que me possibilitaram novos olhares sobre o mundo. Eternamente grata.

AGRADECIMENTOS

A todos que me apoiaram durante o processo de escrita e coleta de fontes desta dissertação, meus agradecimentos.

Meu pai, que além do apoio e da calma de sempre, foi também meu motorista pelas estradas do Alto Taquari.

Minha mãe, que se preocupava constantemente com minha saúde e sempre cuidou de mim. Uma guerreira, eterno exemplo de superação.

Minha irmã Verônica, com quem compartilho sentimentos, discussões acadêmicas ou de qualquer outro tipo, que sempre me estimula, orienta e é um exemplo de profissional, mesmo à distância. E ao “cunhadão” Diego!

Meu namorado Duda por toda a compreensão e incentivo aos estudos, assim como à família: Candinha, Paraguassú, Lisiane, Maurício Xiru!, Maurício Pit, Lir e Alexandre.

Meu orientador, professor Dr. Alessander Kerber, por tudo que me ensina, pelas orientações e pelo apoio durante a pesquisa, sobretudo pela paciência nesta fase final da dissertação.

À banca avaliadora deste trabalho: professora Dra. Claudia Wasserman, professor Dr. Luiz Alberto Grijó e professora Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos. Igualmente agradeço aos professores Dr. René Ernani Gertz e Dra. Regina Weber por terem colaborado e acompanhado a trajetória desta pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, durante muito tempo, foi minha casa, meu trabalho e meu restaurante além, é claro, de ser minha faculdade. Por causa da UFRGS também criei laços afetivos muito fortes – a minha “família” de Porto Alegre, como eu sempre falo: Michael, Fernando e Jacson.

Ao CNPq, órgão financiador desta dissertação.

Aos mestres, professor Dr. Enrique Serra Padrós e professora Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil.

Às minhas duas “manas” Gabis: Gabriela Correa da Silva e Gabriela Zepka, que além de dividirem comigo a morada universitária estão eternamente na morada do meu coração. Obrigada gurias, vocês são muito mais do que amigas, são irmãs mesmo, pra sempre.

Aos queridos amigos que também fazem parte da grande família de Porto Alegre, Carol Silva Uezo, Léo Peixoto, Marina e Felipe Castaman, Pedro Ermida Cruz e Débora Soares, eterna gratidão por tudo!

A outro grande amor da minha vida, os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Leopolda Barnewitz, que tanto me ensinaram. Igualmente à direção da escola (Leris, Fátima (!) e Alisandra), que merecem o prêmio máximo da educação! Às queridas companheiras: Helena (minha musa fashion e exemplo de profissional) e Jussara (professora guerreira e dona da expressão que nunca vou esquecer: “pague o meu salário!”). Também agradeço às conversas divertidas e aos momentos em que compartilhamos as dificuldades sobre o ser

profissional da escola pública gaúcha: Malu, Camila, Daviane, Robson, Risomá, Maura, Vera Lisiane, Marilei, Frimeia, Stella, Rosane, Cláudia, Volnei, Leandro, Izabel, Marcito, Hebe, Priscila, Élen, Iara, Eliza, Teresa e Mara.

Ao Roque Schwertner, pelo apoio desde meu trabalho de conclusão de curso em História e pela possibilidade de pesquisar as páginas de O Paladino.

Ao João Rodrigues, o simpático tipógrafo de O Taquaryense, ao Pedro e à dona Flávia Saraiva, pela possibilidade de pesquisar as páginas deste jornal mantido até os dias de hoje de maneira artesanal.

A todos os entrevistados e entrevistadas, pela sua disponibilidade e disposição em narrar suas lembranças sobre “o período em que foi proibido falar em alemão”, e à Carol Mallmann pelo apoio técnico e pela ajuda na procura por novos entrevistados.

À Carla Schroeder, pelo apoio durante a pesquisa e pela ajuda em coletar as fontes sobre a Campanha de Nacionalização em Arroio do Meio.

À equipe do Memorial do Legislativo RS, que sempre esteve presente, de alguma forma, nesta pesquisa, sobretudo ao Vinicius e à Débora Soares, que merece ser citada duas vezes!

Enfim, a todos que fizeram parte desta pesquisa.

Muito obrigada!

RESUMO

O período entre 1937 e 1945 marcou significativamente o modo de vida de grupos étnicos no Brasil. Conhecido como Estado Novo, este momento político nacional foi cenário para a construção de uma versão da identidade nacional brasileira, projetada durante o governo do então Presidente da República, Getúlio Vargas. Em contraposição a um período político anterior, a Primeira República, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um governo centralizado e agente da modernização do país. A ideia de forjar uma nação una e indivisível passava pela questão da identidade nacional, que veio a se traduzir na Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo e implicou uma forte repressão a representações regionais e étnicas no país. Focalizando uma das regiões marcadas pela colonização alemã do estado, o Alto Taquari, este trabalho analisa a Campanha de Nacionalização e sua memória no Alto Taquari. Para este estudo são analisadas fontes produzidas no período do Estado Novo, como Livros de Aula, salvo-condutos, foto, circulares, correspondências, fichas, Termos de Inspeção e fonogramas, como também uma análise sobre as práticas da imprensa do período, através da pesquisa em torno dos semanários O Paladino e O Taquaryense. No sentido de analisar a memória construída acerca deste processo, a dissertação conta com a análise de depoimentos de vinte pessoas que narram suas vivências sobre o processo de nacionalização forçada, bem como de textos memorialísticos que abordam o tema.

Palavras-chave: Identidade Nacional. Identidade Étnica. Memória.

ABSTRACT

The period from 1937 to 1945 significantly marked the ethnic groups' way of life in Brazil. Known as "Estado Novo", this national policy aimed, through the President by then, Getúlio Vargas, the making of a Brazilian national identity. In contrast to a previous political period, the "Primeira República", which was characterized by a marked oligarchic liberalism and by the autonomy of the federal states, Vargas' regime intended to unify the parts of the nation through a centralized government, agent of modernization. The idea of forging one indivisible nation passed by the question of a national identity, which came to be represented by the "Campanha de Nacionalização" during the "Estado Novo" and implied a strong repression of ethnic and regional representations in the country. Focusing in one of the regions marked by the German immigration of the state, known as "Alto Taquari", this research analyzes the "Campanha de Nacionalização" and its memory in Alto Taquari. For this study it was analyzed sources produced on the period of the Estado Novo, like textbooks, safe conducts, pictures, mails, circular letters, inspection letters and phonograms, sheets, and also and also analyzes the press practices through the research around of the weekly publications "O Paladino" and "O Taquaryense". With the intent to analyze the memory built around this process, this dissertation counts with the analysis of the testimonies of twenty people that narrate their experiences about the process of forced nationalization, as well the memorialistic texts about the subject.

Keywords: National Identity. Ethnic Identity. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Vale do Taquari – RS	15
Figura 2 - Mapa delimitando os municípios que integram atualmente a microrregião do Alto Taquari. Entre 1936 e 1945, esta região compreendia os municípios de Arroio do Meio, Lajeado e Estrela	16
Figura 3 - Mapa do município de Estrela em 1951	47
Figura 4 - 1934, emancipação de Arroio do Meio	48
Figura 5 - 1996, novos municípios criados a partir de Arroio do Meio	48
Figura 6 - Mapa do município de Lajeado referente ao ano de 1950.....	49
Figura 7 - Comunicado nos idiomas alemão e português em O Paladino.....	57
Figura 8 - Anúncio de baile de Kerb em português	61
Figura 9 - Delegacia de Polícia de Estrela	66
Figura 10 – “Anúncios, cartazes ou convites em língua estrangeira”	66
Figura 11 - Estrangeiro, não fala o vernáculo	68
Figura 12 - Fechamento de escolas no município de Estrela em virtude da não correspondência à Lei de Nacionalização.....	71
Figura 13 - Nota informando a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais	71
Figura 14 - Escola particular do município de Estrela é mandada fechar pelo Secretário da Educação.....	85
Figura 15 - Por sugestão do Conselho Nacional de Imprensa, o Presidente Vargas determina o prazo de seis meses para suspensão de jornais em língua estrangeira no Brasil	86
Figura 16 - O Taquaryense recebe o registro no D.I.P.....	87
Figura 17 - Fonograma enviado pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, de Lajeado	94
Figura 18 - Nota anunciando as consequências àqueles que traíssem a pátria.....	100
Figura 19 - Charge – “O Beijo da Morte”	106
Figura 20 - Charge – “Epílogo do Livro”, os Aliados colocam ponto final na obra de Hitler.....	107
Figura 21 - Charge - “Mas que Safanão, Seu Moço”, a força Aliada derrota o frágil Hitler	107
Figura 22 - Charge – “Simples Mudança de Bandeiras”, a Alemanha antes e após a guerra	108
Figura 23 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UMA COLÔNIA DE “ALEMÃOS”	31
1.1 <i>Identidade Nacional e Identidade Étnica</i>	31
1.2 <i>A Campanha de Nacionalização no Sul do Brasil</i>	40
2 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO ALTO TAQUARI.....	50
2.1 <i>Inaugurando o Estado Novo: 1937</i>	51
2.2 <i>O Início da Campanha de Nacionalização: 1938</i>	57
2.3 <i>As Ações da Campanha se Aproximam do Cotidiano dos Teuto-brasileiros: 1939</i>	68
2.4 <i>Cumprindo a Lei da Nacionalização: 1940</i>	79
2.5 <i>Alinhamento Norte-americano e Cerceamento às Instituições Religiosas, Escolares e à Imprensa: 1941</i>	86
2.6 <i>Intensifica-se a Repressão aos Teuto-brasileiros: 1942</i>	91
2.7 <i>Das Medidas Proibitivas ao Fim da Campanha de Nacionalização: 1943 a 1945.....</i>	101
3 MEMÓRIA DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO.....	110
3.1 <i>Eixo 1: O cotidiano em torno da proibição do idioma</i>	115
3.2 <i>Eixo 2: Repressão e estratégias utilizadas pelos teuto-brasileiros para driblar as ações nacionalizantes do governo e das autoridades locais</i>	129
3.3 <i>Eixo 3: Marcas da memória</i>	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	164
APÊNDICE B: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	167
ANEXO A: SALVO-CONDUTO EMITIDO PELA DELEGACIA DE ARROIO DO MEIO EM 20 DEZ. 1939	169
ANEXO B: CORRESPONDÊNCIA DO GABINETE DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL PARA O PASTOR DOHMS. IECLB DE ESTRELA, 20 NOV. 1939	170
ANEXO C: FONOGRAMA ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AO PASTOR DE LAJEADO. IECLB DE ESTRELA, 18 AGO. 1941	171
ANEXO D: FONOGRAMA ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AO PASTOR DE LAJEADO. IECLB DE ESTRELA, 30 AGO. 1941	172

ANEXO E: REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942	173
ANEXO F: TRANSCRIÇÃO DO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942	174
ANEXO G: CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942	176
ANEXO H: TRANSCRIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942	177
ANEXO I: FOTOGRAFIA DE PROFESSOR E ALUNOS NA “SCHULEGEMEIDE”, A ESCOLA EVANGÉLICA SÃO CAETANO, DE ARROIO DO MEIO	178

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, a Campanha de Nacionalização elaborada durante o primeiro governo Getúlio Vargas é revisitada através de determinados vestígios que contemplam uma região específica marcada pela colonização alemã no Rio Grande do Sul: o Alto Taquari. Para tanto, utiliza-se, como fontes, documentos produzidos na época da Nacionalização, como os jornais publicados na localidade e documentos encontrados em arquivos, museus, igrejas, e documentos produzidos posteriormente, de caráter memorialístico, entre os quais estão livros publicados por pessoas desta localidade e entrevistas de história oral com sujeitos que vivenciaram esse processo histórico.

Elaborada durante o período ditatorial do governo Vargas, a Campanha de Nacionalização marcou significativamente o modo de vida de diversos grupos sociais no Brasil num momento em que a política nacional foi direcionada, através do então Presidente da República, a construir e massificar uma nova versão sobre a identidade nacional brasileira. Em contraposição a um período político anterior, a Primeira República, que se caracterizava pelo federalismo, o primeiro governo Getúlio Vargas inseria o Brasil em um novo momento político nacional a partir dos anos 1930.

De acordo com Wasserman (2002, p. 163), que analisou os processos de construção da Nação e da nacionalidade no México, na Argentina e no Brasil através da comparação dos discursos dos três presidentes que governaram esses países no momento de transformação do regime oligárquico para um novo regime que incluiu setores sociais anteriormente excluídos, “A exaltação da nacionalidade, a valorização dos símbolos, do idioma, da cultura nacional passaram a integrar o processo de derrubada do poder oligárquico; valorizar o espaço e valorizar a população passara a significar a fundação ou refundação nacional”. No Brasil, a tumultuada década de trinta desencadeou fatores que levaram a apresentação de uma nova Constituição ao país em 1937 inaugurando, então, o Estado Novo, “um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil” (PANDOLFI, 2003, p. 15).

A ideia de forjar uma nação una e indivisível passava pela questão da identidade nacional, que veio a se traduzir na Campanha de Nacionalização¹, e implicou em uma forte repressão a representações regionais e étnicas no país. Neste trabalho, as representações são compreendidas no sentido apresentado por Chartier (1990), segundo o qual, apesar de aspirarem a uma universalidade fundamentada na razão, as representações são concepções do mundo social determinadas de acordo com os interesses daqueles que as forjam. No caso desta dissertação, a repressão à etnia analisada aborda instituições escolares e religiosas, bem como associações esportivas e um jornal marcados por teor étnico germânico, além da análise sobre a memória recente do processo de Nacionalização no Alto Taquari.

A relação marcada pela questão “identidade nacional x identidade étnica”, que permeia esta dissertação encontra em Hobsbawm (1990), Anderson (2008) e Köning (2000) as discussões sobre o nacionalismo, como veremos adiante. Torna-se fundamental, entretanto, evidenciar desde já que a identidade nacional tem sua distinção sobre a identidade étnica em função de reivindicar para si o status de soberania, como assinala Bauman (2005, p. 28):

A identidade nacional [...] nunca foi como as outras identidades. Diferentemente delas, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade exclusiva, a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças [...], a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar as fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’.

Ao nos referirmos à identidade étnica, nos baseamos nas reflexões de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) que tratam a mesma como um fenômeno reelaborado constantemente, mas orientado para o passado da memória coletiva que se apoia na crença de uma origem comum. O fato de os grupos de imigrantes alemães e seus descendentes partilharem o passado comum da colonização e se constituírem em associações de canto, de tiro de guerra e ginástica, em manterem o idioma alemão e escolas comunitárias, por exemplo, possibilitou a construção de uma identidade étnica nas regiões de imigração alemã no Brasil, como é o caso da população de ascendência germânica que habitava o Alto Taquari na época da Nacionalização. Considerada como uma construção social, por Halbwachs (2006), tanto a memória coletiva, quanto a memória nacional têm uma ligação fenomenológica muito estreita com o sentimento de identidade, como assinala Pollak (1992). Enquanto que a primeira está

¹ A Campanha de Nacionalização, comprometida com a ideia de formação da identidade nacional brasileira, promovia o enaltecimento de símbolos nacionais através dos meios de comunicação, de cartilhas escolares e de produções culturais de maneira autoritária. Ao observar os textos propagandísticos do Estado Novo, Maria Helena Capelato (1998) afirma que os mesmos acentuavam os perigos que os imigrantes estrangeiros representavam para o Brasil naquele momento.

ligada a uma ideologia e se define como universal, a segunda é particularizada e se liga a um grupo mais restrito e se aproxima da tradição. É por isso que, segundo Ortiz (1985, p. 137), “o nacional não pode se constituir como o prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem”. Na busca de legitimação, a nação busca adesão por meio da identificação do povo com uma memória nacional, muitas vezes constituída através da invenção de tradições, como assinalado Hobsbawm (1984). É nesse sentido que a evocação da tradição, de acordo com Oliven (2006, p. 28), “[...] se manifesta frequentemente em épocas de processos de mudança social, tais como a transição de um tipo para outro de sociedade [...]”, como acontecia no Brasil dos anos trinta.

Direcionando-nos para o tema específico abordado nesta dissertação, a historiografia que trata da imigração alemã foi objeto de diversos estudos que abordam desde a sua chegada ao sul do Brasil até as maneiras como se estabeleceram e construíram uma identidade étnica teuto-brasileira no país. René Gertz (1991), centrando-se num enfoque étnico-político-cultural-religioso, relacionado com a participação política dos imigrantes e seus descendentes no Estado, afirma que não havia um isolamento cultural das colônias alemãs, sendo que nem todos eram colonos, mas também comerciantes e industriários, por exemplo. Os estudos de Gertz também demonstram como a ideia de um “perigo alemão” foi sendo construída num período anterior ao Estado Novo, além de trazer à tona, em trabalhos realizados em 1987 e 1992, as manifestações integralistas e nazistas em regiões de colonização alemã. Em trabalho realizado no ano de 2005, o autor demonstra as implicações políticas ocasionadas por governos interventores como Flores da Cunha e Osvaldo Cordeiro de Farias. A relação entre os imigrantes e descendentes de alemães com o Estado Novo pode ser visualizada em trabalhos como o de Regina Weber (1994), que aborda as manifestações de brasilidade e a questão étnica na cidade de Ijuí, e de Arthur Blasio Rambo (1994), que observa as diferenças entre brasileiros e teuto-brasileiros quanto às noções de nacionalidade e cidadania.

No que se refere à pesquisa que enfoca o desenvolvimento de uma ideologia étnica nas regiões de colonização alemã, Giralda Seyferth (1994), constata que, como decorrência do processo histórico de imigração, essa ideologia aparece como um modo de ser diferente do brasileiro. Ao abordar o tema da imigração e da formação dos grupos étnicos que são decorrentes deste processo, Regina Weber (2006) enfatiza a importância das noções antropológicas e sociológicas para agregarem-se ao conhecimento da historiografia sobre o tema. Os desdobramentos surgidos a partir da imigração deixam de ser tomados como fatos dados e levam o grupo a elaborar e reelaborar sua identidade constantemente em relação aos

demais grupos. O contexto interétnico daí resultante é passível de estudos das ciências sociais, que abordam a etnicidade através de conceitos como construção e de resultado de interação, por exemplo. Weber (2006, p. 238) ainda atenta à ideia de Hobsbawm (2000), de que “[...] o historiador profissional não irá fornecer a história que os nacionalistas querem e deve sempre se lembrar de como é fácil mudar as identidades étnicas”.

Em relação à Campanha de Nacionalização, na qual o governo Vargas direcionou parte de seus esforços para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, muitos trabalhos demonstram a repressão pela qual passou o grupo étnico teuto-brasileiro (como SILVA, 2005; FÁVERI, 2005; RENK, 2005; FIORI, 2005; GERTZ, 1991 e 2006; SEYFERTH, 1999; KREUTZ, 2005), como veremos durante a dissertação. Apesar de alcançar italianos, japoneses e alemães, os últimos foram o grupo étnico mais atingido, em função da característica aversão ao caldeamento do mesmo.

Situada na região gaúcha do Vale do Taquari², centro-leste do estado, a delimitação espacial Alto Taquari³ é uma convenção local que, apesar de não ser assim denominada oficialmente, fez e faz parte da maneira como a população local representa este espaço. Até o ano de 1954, o Vale do Taquari tinha emancipado respectivamente os municípios de Taquari, sede regional (1849), Estrela (1876), Lajeado (1891) e Arroio do Meio (1934). Em razão de situarem-se ao norte e acima (no sentido que desemboca o rio Taquari) do município-mãe da região, Taquari, as localidades de Estrela, Lajeado e Arroio do Meio passaram a ser convencionalmente chamadas por “Alto Taquari”, dado corroborado pelo historiador local, Lothar Hessel (1998, p. 51), que localiza esta região na zona marginal do Rio Taquari, compreendida entre os municípios de Bom Retiro do Sul e Muçum. Sendo assim, Alto

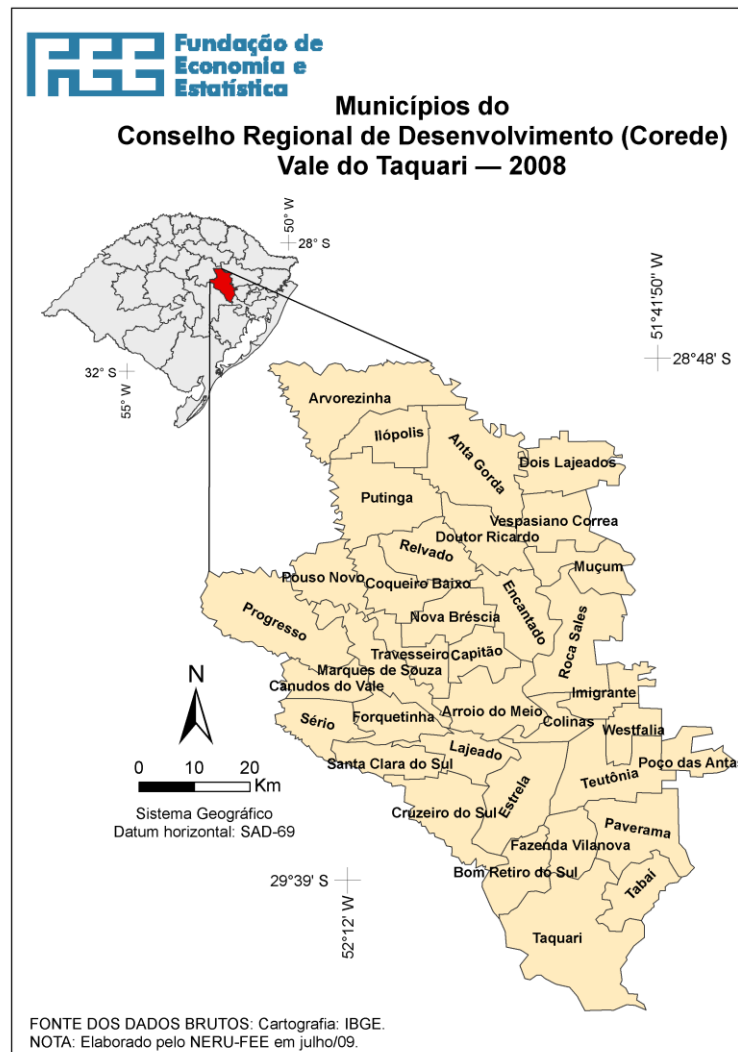
² Atualmente, a região do Vale do Taquari engloba trinta e seis municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

³ Em razão da polissemia do conceito de região, o recorte espacial relativo ao Alto Taquari é compreendido de modo a não se limitar a uma fronteira geográfica oficial, mas sim a uma ideia de que o Alto Taquari possui características comuns (no caso a presença de imigrantes alemães e seus descendentes que dividem um passado comum de colonização e compartilham traços culturais germânicos) e que, devido a isto, se diferencia de outros espaços no momento em que sua identidade é colocada em jogo. Ao se contrapor a uma ciência que pretende determinar uma região conforme seus limites objetivos, produto de uma imposição arbitrária, Bourdieu (2010, p. 115, nota 10) corrobora com a ideia de que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”. E a história dos imigrantes e descendentes de alemães presentes no Alto Taquari traz elementos que de alguma forma os identificam entre si.

Taquari significa, nesta dissertação, a microrregião compreendida por Arroio do Meio, Estrela e Lajeado no período entre 1936 a 1945.

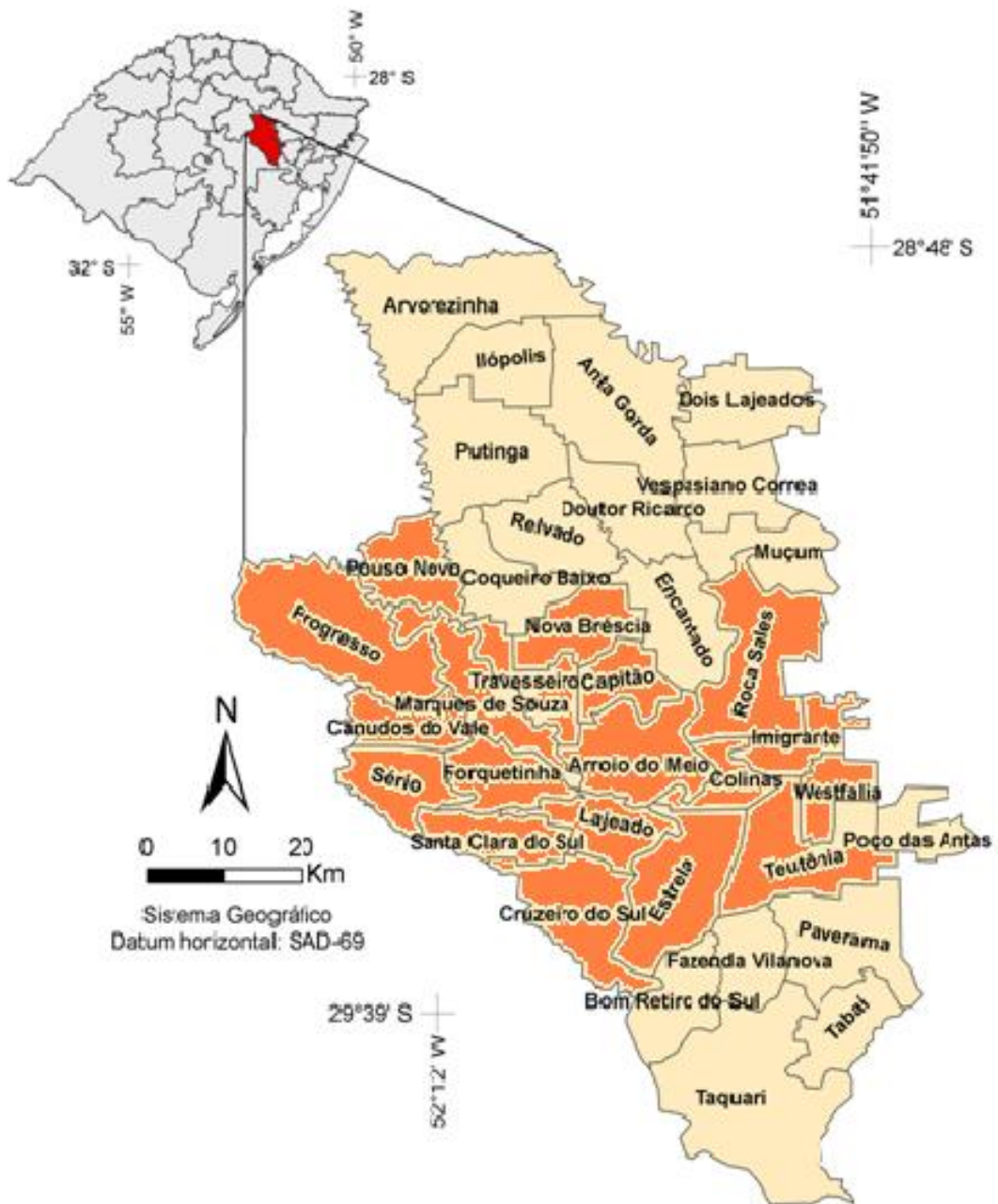
A seguir, vejamos o mapa referente aos municípios que integram atualmente a região do Vale do Taquari (Figura 1). Apesar de não contar com os diversos municípios aí localizados no período que analisamos, esta era a proporção espacial do Vale durante o Estado Novo. Na Figura 2, na página seguinte, delimitamos no mesmo mapa a região que abrange o Alto Taquari e que, durante o Estado Novo, representava o espaço abarcado por Arroio do Meio, Lajeado e Estrela.

Figura 1 - Mapa da região do Vale do Taquari – RS



Fonte: Mapas disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: http://mapas.fee.tche.br/wpcontent/uploads/2009/08/corede_vale_do_taquari_2008_municipios.png

Figura 2 - Mapa delimitando os municípios que integram atualmente a microrregião do Alto Taquari. Entre 1936 e 1945, esta região compreendia os municípios de Arroio do Meio, Lajeado e Estrela



Fonte: Mapa destacando a abrangência do Alto Taquari. Modificado em 10/05/2013 pela autora

Após 1954, os diversos distritos pertencentes aos três municípios do Alto Taquari (Lajeado, Arroio do Meio e Estrela) passaram a emancipar-se e formar novos núcleos urbanos. Desse modo, durante o Estado Novo, a região que analisamos é bastante vasta, no sentido de que os três municípios abarcavam o espaço onde atualmente situam-se os

municípios de Canudos do Vale⁴, Capitão⁵, Colinas⁶, Cruzeiro do Sul⁷, Forquetinha⁸, Imigrante⁹, Marques de Souza¹⁰, Nova Bréscia¹¹, Pouso Novo¹², Progresso¹³, Roca Sales¹⁴, Santa Clara do Sul¹⁵, Sério¹⁶, Teutônia¹⁷, Travesseiro¹⁸ e Westfália¹⁹. Em razão da proximidade com a parte norte do Vale do Taquari, os municípios de Progresso, Nova Bréscia, Roca Sales, Imigrante, Capitão, Travesseiro, Pouso Novo e Canudos do Vale receberam influência da imigração italiana que colonizou a região a partir do final do século XIX.

Para abordar a microrregião do Alto Taquari, a busca por fontes que indicassem referências à ação repressiva da ditadura estadonovista demandou consultas aos mais diversos locais onde pudessem ser encontrados possíveis registros históricos deste período. O fato de ter pesquisado o tema da Campanha de Nacionalização no município de Estrela em meu trabalho de conclusão de curso em História²⁰, possibilitou uma base de pesquisa neste município, de modo que partimos das mesmas instituições para uma busca das fontes em Lajeado e Arroio do Meio.

⁴ Município emancipado em 16 de abril de 1996 a partir de Lajeado (município colonizado por alemães) e Progresso (município colonizado por italianos).

⁵ Município emancipado em 20 de março de 1992 a partir de Arroio do Meio (município colonizado por alemães) e Nova Bréscia (município colonizado por italianos).

⁶ Município emancipado em 20 de março de 1992 a partir de Estrela (município colonizado por alemães) e Roca Sales (município colonizado por alemães e italianos).

⁷ Município emancipado em 22 de novembro de 1963 a partir de Lajeado.

⁸ Município emancipado em 16 de abril de 1996 a partir de Lajeado.

⁹ Município emancipado em 09 de maio de 1988 a partir de Estrela e Garibaldi (município colonizado por italianos).

¹⁰ Município emancipado em 28 de dezembro de 1995 a partir de Lajeado.

¹¹ Município emancipado em 28 de dezembro de 1964 a partir de Arroio do Meio e Encantado (município colonizado por italianos).

¹² Município emancipado em 29 de abril de 1988 a partir de Arroio do Meio.

¹³ Município emancipado em 30 de novembro de 1987 a partir de Lajeado.

¹⁴ Município emancipado em 18 de dezembro de 1954 a partir de Estrela.

¹⁵ Município emancipado em 20 de março de 1992 a partir de Lajeado.

¹⁶ Município emancipado em 20 de março de 1992 a partir de Lajeado.

¹⁷ Município emancipado em 05 de outubro de 1981 a partir de Estrela.

¹⁸ Município emancipado em 20 de março de 1992 a partir de Arroio do Meio e Nova Bréscia.

¹⁹ Município emancipado em 16 de abril de 1996 a partir de Teutônia (município colonizado por alemães) e Imigrante (município colonizado por alemães e italianos).

²⁰ WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização em Estrela-RS: impactos e memórias*. Porto Alegre: UFRGS, Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

Especificando, portanto, o município de Estrela em meu trabalho final de graduação, analisamos as transformações ocorridas no município a partir de três fontes: nos depoimentos orais realizadas com descendentes de alemães que vivenciaram a Campanha em Estrela e seus distritos; no jornal local “O Paladino”; e na documentação oficial do Clube Ginástico “Turn Verein Estrella”, atual Sociedade Ginástica de Estrela (SOGES), que sofreu intervenção estatal no período analisado. A busca por estas fontes se deu, no caso do jornal, em um arquivo particular, e no caso dos documentos oficiais da SOGES em um pequeno acervo organizado em 2009 pela instituição para contar a sua história.

A falta de museus e arquivos históricos no município foi fator limitante em diversos sentidos para a pesquisa histórica pois, em se tratando de instituições de memória, Estrela apenas possui um museu particular que fica na casa de um casal de moradores da cidade que se interessaram na preservação de objetos referentes à imigração alemã. Entre as instituições culturais da cidade, há a Casa de Cultura, mais relacionada ao turismo e à arte local, e a Biblioteca Pública que, entre os livros de consulta em geral, contém antigos livretos comemorativos de aniversários da cidade. O fato de ter encontrado referências à intervenção étnica realizada pela Campanha de Nacionalização no jornal, nas narrativas e em documentos institucionais de Estrela nos instigou na busca por estes vestígios no contexto mais amplo da microrregião do Alto Taquari, que se caracterizou pelo recebimento de imigrantes alemães na segunda metade do século XIX.

A análise sobre a gradual reformulação no conteúdo do jornal estrelense O Paladino²¹ durante o Estado Novo demonstrou como a imprensa foi utilizada para servir como um instrumento de propaganda do novo regime político que, a partir da outorga da carta constitucional de 1937, estabeleceu a censura prévia da imprensa. O caráter étnico de O Paladino, um semanário bilíngue (nos idiomas alemão e português) foi motivo de intervenção estatal no nível do seu conteúdo e no seu âmbito institucional. Através da pesquisa em torno de O Paladino, verificamos que as mudanças internas no conteúdo do semanário tiveram correlação direta com as transformações trazidas pela Campanha de Nacionalização por meio dos decretos-lei baixados por Vargas. Tal redimensionamento observado no conteúdo do semanário suscitou a dúvida sobre a maneira como os jornais de cunho étnico teuto-brasileiro

²¹ Fundado por Antonio Cardoso em setembro de 1921, na cidade de Estrela, o jornal “O Paladino” (que se autodenominava como “o semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”) funcionou até o ano de 1941. Com uma tiragem entre mil e mil e quinhentos jornais por edição, “O Paladino” foi um semanário bilíngue que, publicado aos sábados, a cada domingo atingia não apenas o público da área urbana da cidade, mas também as pessoas da zona rural que “iam para a cidade” frequentar as missas dominicais.

reproduziam as informações referentes ao regime varguista²². A existência de um semanário que circulou em outro município do Vale do Taquari – não marcado pela imigração alemã – no entanto, trouxe a possibilidade de comparar as práticas editoriais de cada jornal nesta dissertação. Desse modo, o acervo de um jornal localizado no município-sede da região do Vale do Taquari serviu como uma fonte propícia à contraposição e comparação entre o que era escrito em O Paladino e neste outro semanário, O Taquaryense, do qual nos deteremos adiante.

Além de O Paladino, verificamos a intervenção ocasionada pela Campanha de Nacionalização às instituições e associações germânicas do município de Estrela, no caso a SOGES. Tanto a proibição da circulação de O Paladino em 1941, bem como a intervenção realizada à associação esportiva são alguns exemplos concretos da eficiência operacional da Campanha de Nacionalização em Estrela. Os relatos orais, também analisados para a monografia, foram narrativas interessantes no sentido de demonstrarem a eficácia e os limites da Campanha da Nacionalização a partir de uma análise da experiência de sujeitos que a vivenciaram.

A repressão étnica encontrada nas fontes pesquisadas no município de Estrela, portanto, instigou uma análise no contexto mais amplo da região marcada pela colonização alemã no Vale do Taquari – no caso a microrregião do Alto Taquari. O caráter étnico germânico que caracteriza tal espaço o diferencia em relação às demais microrregiões pertencentes ao Vale, como os municípios que se caracterizaram pela colonização italiana²³ (que se estabeleceu no Rio Grande do Sul em fins do século XIX); e como o município de Taquari, município-mãe do Vale do Taquari, caracterizado por ser uma região planejada para acolher os açorianos chegados em meados de 1765 ao Rio Grande do Sul.

A fim de ampliar a análise das transformações trazidas pela Campanha de Nacionalização do município de Estrela para a microrregião do Alto Taquari, a pesquisa de fontes que dessem conta dos três municípios pertencentes ao mesmo necessitou também a busca de informações nos antigos distritos pertencentes ao espaço delimitado nesta dissertação. Assim, a pesquisa de campo se dividiu em quatro momentos:

²² A referência a outro jornal local, “A Voz de Estrela”, é encontrada no próprio “O Paladino”, mas em função da inexistência de notícias sobre a preservação de edições daquele, foi impossibilitada a sua análise.

²³ Tratam-se dos atuais municípios de: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Muçum, Putinga, Relvado e Vespasiano Corrêa.

1 – a coleta de bibliografia referente à história de formação de cada município e a literatura que aborda o tema da Campanha de Nacionalização na região, seja de cunho memorialista²⁴ (utilizada nesta dissertação como fonte de pesquisa) ou acadêmico;

2 – a procura por documentos oficiais que abordam temas relacionados à Campanha de Nacionalização em cada município do Alto Taquari;

3 – a pesquisa sobre teuto-brasileiros que vivenciaram o período do Estado Novo nos três municípios analisados e tivessem disponibilidade para narrar suas experiências através de depoimentos orais;

4 – a pesquisa em torno dos jornais O Paladino e O Taquaryense, que proporcionou uma análise comparativa e complementar em relação a um jornal sediado num município marcado pelo grupo étnico teuto-brasileiro, e outro açoriano²⁵, respectivamente.

Muitas vezes, a coleta da bibliografia da história local foi simultânea à procura pelas demais fontes, e vice-versa, afinal, muitas vezes determinados documentos ou narrativas suscitaram a busca por outros meios que contextualizassem a pesquisa em termos mais amplos. Vejamos, portanto, como se operou esta pesquisa de campo:

1 – a coleta da bibliografia referente à história de Arroio do Meio, Estrela e Lajeado e da literatura sobre a localidade – acadêmica ou memorialista – que aborda o tema da Campanha de Nacionalização:

Tendo a referência da história de colonização e formação do município de Estrela em meu trabalho de conclusão de curso, obtida através da pesquisa na Biblioteca Pública Municipal estrelense, partimos do mesmo ponto para encontrar material relacionado aos outros dois municípios. Como mencionado anteriormente, a falta de um arquivo histórico em Estrela limitou de alguma forma a pesquisa da documentação municipal. No entanto, a busca em Arroio do Meio e Lajeado foi um tanto mais propícia, visto que há, nestas duas localidades, uma maior preocupação na preservação e manutenção das fontes históricas pelo poder público.

Entre os materiais encontrados na Biblioteca Municipal de Estrela, o livro que conta a história de formação do município, “O município de Estrela: história e crônica”, do ex-

²⁴ Utilizamos a expressão “memorialista” para designar as obras que foram produzidas fora da academia, não sendo resultado de projeto de pesquisa acadêmica e não contando com os rigores exigidos em áreas do conhecimento como a história e a antropologia, áreas que já se dedicaram a pesquisar sobre o tema da nacionalização.

²⁵ O fato de considerarmos o município de Taquari como tipicamente açoriano não implica na ideia de que não existiam outros grupos étnicos que compunham a população local.

professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Lothar Hessel (1983) foi uma referência de consulta bastante detalhada para conhecer a história do município, juntamente com a obra “Estrela Ontem e Hoje”, escrito por José Alfredo Schierholt, em 2002.

Também consultamos, com o auxílio do filho do sócio de O Paladino, Roque Schwertner, um livro de cunho memorialista escrito por um antigo morador de Estrela, e que de alguma maneira, perpassa sobre o tema da Campanha de Nacionalização. “A virada do milênio – história e memória”, escrito por Herbert Bergesch (2000), contém lembranças escritas pelo autor que rememora, entre muitos outros fatos, acontecimentos vivenciados durante o Estado Novo.

Em Lajeado contamos com uma bibliografia da história local um pouco mais extensa do que os poucos livros que contam a história de Estrela. Uma figura de destaque na literatura lajeadense, e já mencionado aqui, trata-se do historiador local José Alfredo Schierholt, que desde o final dos anos 1980 se dedica na pesquisa sobre a história do Alto Taquari. Ao receber-nos para uma conversa informal em sua residência, Schierholt apontou suas principais obras e, dentre elas, três que mencionam a Campanha de Nacionalização: “Lajeado I – povoamento, colonização, história política”, escrito em 1992; “Cem anos de Madre Bárbara”, de 1997; e “Estrela Ontem e Hoje”, realizado no ano de 2002. As informações que referenciam a Campanha de Nacionalização nesta bibliografia fazem alusão, respectivamente, a fatos cotidianos de perseguição aos teuto-brasileiros por falarem o idioma alemão e a episódios de delações em troca de favores ou por motivo de vingança; no caso do Colégio Madre Bárbara, o livro demonstra as “peripécias” pelas quais passaram os professores no período em que foi nomeada uma “fiscal de aulas” com o intuito de exercer a atividade policialesca de verificar se no Colégio se ensinava a língua vernácula conforme os ditames governamentais. Em “Estrela Ontem e Hoje”, Schierholt demonstra, através do conteúdo jornalístico de algumas edições referentes aos anos de 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939 de O Paladino, as informações que os estrelenses liam na imprensa local no momento da II Guerra Mundial. Schierholt também menciona brevemente algumas notícias retratando a Campanha de Nacionalização no município através das edições de O Paladino. As menções correspondentes aos fatos relacionados à Campanha pela bibliografia escrita por Schierholt são importantes no sentido de funcionarem como uma base de informações necessárias para aprofundar o conhecimento sobre o tema na região.

Um memorialista lajeadense que trouxe informações no sentido do que já foi escrito sobre a Campanha de Nacionalização é Leandro Lampert. Com seu livro de crônicas

intitulado “Muita coisa para contar... crônicas da minha infância”, escrito em 2011, Lampert relata circunstâncias pelas quais passou quando criança e pré-adolescente no município de Lajeado. As diversas lembranças escritas por Lampert se assemelham muito às narrativas enunciadas por aqueles que foram entrevistados para a análise feita nesta dissertação. Possíveis comparações entre o que foi escrito pelo memorialista e os depoimentos aqui analisados são um interessante meio de observar as memórias da Campanha de Nacionalização construídas no momento atual.

Assim como Lampert, Olavo Black é outro morador de Lajeado que registrou através de um livro as memórias em torno do bairro lajeadense de Conventos. Em “Colinas da Esperança: Conventos – 150 anos de história”, escrito em 2004, Black retrata a história do bairro e inclui fatos relacionados à repressão sofrida pelos descendentes de imigrantes alemães em Conventos. Tanto Lampert e Black, assim como Bergesch são referidos nesta dissertação como memorialistas, como veremos adiante.

Além das contribuições de Schierholt e Lampert e Black para aprofundar o tema da Campanha em Lajeado e arredores, o acervo da Biblioteca Pública João Frederico Schaan, de Lajeado, foi muito útil para encontrar mais bibliografia que contava a história do município desde a colonização. Juntamente com as obras publicadas por Schierholt, o livro “Lajeado – perfil histórico”, da historiadora Silvana Rossetti Faleiro (1996), traça o perfil histórico de Lajeado. Tais publicações são interessantes no sentido de cruzarmos as informações contidas nos diversos textos que descrevem a trajetória histórica do município para, assim, contarmos com dados mais precisos.

Também de Silvana Rossetti Faleiro contamos com mais um livro que faz menção à Campanha de Nacionalização em Lajeado, trata-se da obra “Colégio Evangélico Alberto Torres: Memórias e Histórias”. Escrito em 2005, o livro aborda a história do colégio fundado no ano de 1892 e sua inserção no processo histórico mais amplo no contexto brasileiro. Ao basear-se em outros dois livros escritos a partir de memórias sobre a instituição – “70 anos de ensino privado: crônica histórica do Ginásio Evangélico Alberto Torres, de Armino F. Haetinger (1962) e “A roda: memórias de um professor”, elaborado por Friedhold Altmann (1991) – Faleiro faz uma análise sobre a intervenção federal no ensino durante o Estado Novo adicionando a estes textos uma pesquisa mais minuciosa nos livros de ata da Escola e da Comunidade Evangélica de Lajeado (CEL).

Em Arroio do Meio a busca pelas obras que contam a história do município e narram acontecimentos ligados à Campanha de Nacionalização foi facilitada pela historiadora Carla

Jaqueline Schroeder que, além de ter pesquisado a Campanha de Nacionalização no município, também é funcionária da Secretaria Municipal de Cultura.²⁶ Entre os materiais que abordam a história de formação de Arroio do Meio está a obra “Arroio do Meio: entre rios e povos” que, conforme Schroeder, é a mais atual revisão sobre a historiografia local. Outro livro que, além de focar na história de formação do município, faz referência à Campanha de Nacionalização é a obra “Arroio do Meio ano 50: 1934-1984”, escrito neste ano por Lauro Néelson Fornari Thomé²⁷.

Como demonstrado, o contexto posterior ao fim da ditadura do Estado Novo permitiu com que historiadores e memorialistas escrevessem sobre o tema da repressão estabelecida através da Campanha de Nacionalização do governo Vargas, como observa Regina Weber,

O período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial foi um momento de reconstituição do cenário político internacional, com definição e redefinição dos limites de muitos estados e, portanto, um período em que os estados afirmavam suas histórias, seja para justificar conquistas, seja para reivindicar territórios perdidos. As comunidades imigrantes, instaladas no Brasil, beneficiavam-se da conjuntura que não cerceava suas manifestações (WEBER, 2008, p. 246-247).

Após um período marcado pela criminalização da cultura de diversos grupos étnicos, o Brasil viveu uma fase de redemocratização política com o final do Estado Novo. Em relação à expressão daqueles que vivenciaram situações de repressão durante o Estado Novo, um novo momento permitiu, aos poucos, a reorganização das instituições, bem como a remarcação de fronteiras étnicas dos grupos como os teuto-brasileiros. Nesta dissertação, dividimos a literatura local existente sobre a Campanha da Nacionalização entre historiadores que, através de metodologia e pesquisa acadêmica, realizaram estudos sobre o referido período; e entre os memorialistas, que através das experiências que vivenciaram, que ouviram falar ou leram sobre as consequências da Campanha, escreveram sobre este tema. Temos, assim, que os textos de Herbert Bergesch (2000), de Olavo Black (2004) e de Leandro Lampert (2011) são analisados como produções de cunho memorialista pois, além de serem narrativas escritas sem os cuidados acadêmico da pesquisa historiográfica, sem a interpenetração e análise sobre outras fontes, são produções carregadas de subjetividades e que trazem em si juízos de valor sobre os acontecimentos que experienciaram no período. As

²⁶ A ligação de Schroeder com o poder público arroioense e com a própria documentação local sobre o período do Estado Novo permitiu uma “pré-pesquisa” sobre as fontes a serem pesquisadas.

²⁷ Quando trata a questão dos meios de comunicação que fizeram parte da história da cidade, Thomé cita o jornal “Der Brummbär” (traduzido para O Murmurador) que foi passível de intervenção policial durante o Estado Novo.

memórias traduzidas em textos escritos pelos próprios memorialistas deixam de passar pelos filtros que o historiador acadêmico estabelece em sua pesquisa metodológica. A importância dos textos memorialísticos, no entanto, é demonstrada através da possibilidade que trazem à tona ao reforçar e/ou complementar alguma informação e enriquecer a pesquisa no momento em que são cruzados com outras fontes, além de possibilitar a análise de como a Nacionalização foi ressignificada posteriormente.

Nesta dissertação tais fontes são analisadas criticamente em função de serem narrativas escritas entre os anos 2000 e 2011, ou seja, levamos em conta o distanciamento temporal destes escritos em relação ao período em que foi desencadeada a Campanha de Nacionalização. Assim como as memórias narradas através dos depoimentos que compõem este estudo, questões relativas às transformações a que a memória e a identidade estão sujeitas conforme a estrutura e o contexto social em que estão inseridos os narradores permearam a pesquisa em torno dos escritos dos memorialistas.

2 – a procura por documentos que abordam temas relacionados à Campanha de Nacionalização em cada município do Alto Taquari:

Iniciando pelo município de Estrela, tivemos a oportunidade de aprofundar a pesquisa, bem como a análise das fontes encontradas no município. Perpassar as páginas de O Paladino com um olhar mais amplo, observando o contexto maior da região do Alto Taquari, e desta em relação a outras regiões possibilitou uma apreciação mais completa sobre a maneira como a Campanha de Nacionalização se desenvolveu no Alto Taquari e também sobre as memórias emanadas a partir dela.

Como explicado anteriormente, O Paladino foi um jornal bilíngue que não circulava apenas no perímetro urbano de Estrela. As missas dominicais na Paróquia Santo Antônio de Estrela eram importante meio social frequentado por pessoas de toda a região que se informavam através do semanário, vendido aos domingos. À marcante característica étnica de O Paladino, esta dissertação sobrepõe outro semanário com traços editoriais bastantes diferentes: o jornal O Taquaryense, publicado desde 1887 no primeiro município fundado do Vale do Taquari, Taquari, assunto do qual nos deteremos no item quatro, que trata especificamente das fontes impressas.

Continuando em Estrela, documentos da SOGES, que a denunciava como “foco antinacionalista” e a disposição do acervo da instituição são analisados com o intuito de compreender como, através deste, a instituição se autorrepresenta para a sociedade e, além, disso, observar as alterações pelas quais a Sociedade Ginástica passou após a Campanha de

Nacionalização. Esta análise é realizada por meio das atas disponíveis para consulta no acervo da instituição.

Outra documentação coletada em Estrela foram os documentos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de Estrela. Fichas com o histórico de reuniões das OASE's (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas), circulares, fonogramas e correspondências emitidas pelo presidente do Sínodo Rio-Grandense, Pastor Hermann G. Dohms às igrejas luteranas de Estrela e Lajeado, e correspondências entre o Pastor Dohms e o Secretário estadual de Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza foram um "achado" nas repartições da Igreja Luterana de Estrela. Pronto para ser enviado para São Leopoldo, a fim de desocupar um espaço considerado ocioso na Igreja, o material estava empilhado desordenadamente num corredor existente no local. A busca por algum material que remetesse ao período do Estado Novo se estendeu por alguns dias, mas revelou as fontes citadas, que demonstram grande quantidade de documentos escritos no idioma alemão e as tratativas pelo fim do culto em língua estrangeira entre Coelho de Souza e o Pastor Dohms. Além disso, os fonogramas expedidos pelo Pastor Dohms às igrejas do Alto Taquari denotam sua preocupação para com o cumprimento das normas expedidas pelas vias oficiais do governo. Todas as fichas de históricos referentes às OASE's que funcionavam em Lajeado, Estrela, Teutônia e Paverama durante o período que antecede o Estado Novo mencionam a paralisação de suas atividades durante o período da II Guerra Mundial. Percebe-se a influencia do contexto da nacionalização em razão de estas reuniões de senhoras ocorrerem sob a fala do idioma alemão, visto que, após 1945, são fundados novos setores da OASE em outras localidades.

Em Lajeado, o Arquivo Histórico Municipal foi a base da consulta aos materiais sobre a Campanha de Nacionalização. Entre os documentos presentes no arquivo, um relatório do então prefeito João Frederico Schaan apresentado ao interventor do Estado, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias em 1939 demonstra o esforço que a administração realizou para a "difusão do verdadeiro espírito de brasilidade". Além deste relatório, dedicado à questão do ensino, uma circular de abril de 1943, expedida pela Diretoria das Prefeituras Municipais da Secretaria do Interior, informa a Diretoria da Administração Municipal quanto às normas necessárias para a subvenção de entidades de assistência social ou cultural. Entre tais normas, encontramos aquelas que condicionam à subvenção a propaganda ou campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias e a educação cívica. Quanto aos estabelecimentos de ensino, é exigida a inspeção escolar realizada pela prefeitura e o ensino em língua materna,

entre outros que auxiliam uma análise maior sobre as transformações e repressão que a Campanha ocasionou na região.

Completando as fontes consultadas no Arquivo Histórico de Lajeado, ainda fazem parte da documentação do município os Termos de Inspeção que, escritos à mão pelos chamados “fiscais da nacionalização”, expressam se as escolas lajeadenses e seus distritos mantinham-se regulares ou não nas “matérias de nacionalização”. Estes Termos de Inspeção são importantes elementos que ajudam a compor o estudo da Campanha de Nacionalização no Alto Taquari.

Arroio do Meio é o município no qual foram os salvos-condutos – autorizações concedidas às pessoas para transitar de um ponto a outro da região – e o livro de relação das aulas de Arroio do Meio, que carrega em si autuações contra o idioma alemão em lápis vermelho, que fazem parte do conteúdo material que serve de base para uma análise da Campanha de Nacionalização abrangendo o Alto Taquari, além das fotografias obtidas na Casa do Museu. Nos três municípios – Arroio do Meio, Estrela e Lajeado – a metodologia da história oral foi empregada no sentido de abordar aquilo que não é encontrado no âmbito dos documentos: as experiências vividas e memórias narradas no presente sobre a Campanha. Este é, inclusive, um dos dois principais pontos abordados na dissertação, que se detém sobre a memória da Campanha de Nacionalização e a análise dos documentos e jornais O Paladino e O Taquaryense.

3 – a pesquisa sobre teuto-brasileiros que vivenciaram o período do Estado Novo nos três municípios analisados e tivessem disponibilidade para narrar suas experiências através de depoimentos orais:

No que tange à pesquisa das narrativas produzidas sobre a Campanha de Nacionalização, as entrevistas com descendentes de imigrantes alemães que a vivenciaram na região do Alto Taquari seguiu a metodologia da história oral, que desde a década de 1960 vêm ganhando importância entre os historiadores, como é o caso de Paul Thompson (1992), o qual compreende que a crítica realizada sobre depoimentos orais deve ser a mesma feita em relação às tradicionais fontes de pesquisa histórica. A importância da história oral está, segundo o autor, na possibilidade que ela tem de trazer novas versões à história oficial, pois ela:

[...] lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

A utilização da metodologia da história oral está baseada na proposta de Verena Alberti (2005) para as pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), obedecendo à forma como esta instituição convencionou a maneira de fazer as entrevistas e as transcrições. Compreendemos que através de depoimentos orais é possível obter uma recuperação do passado de acordo com aqueles que vivenciaram determinada situação. A história oral é, portanto, entendida aqui na sua possibilidade específica como “método-fonte-técnica”, pois, como método, a história oral produz fontes de consulta: as entrevistas que, ao serem transcritas e gravadas, adquirem o estatuto de documento oral. Assim, é permitido o registro, segundo Delgado (2006, p. 15), “através de narrativas induzidas e estimuladas, [de] testemunhos, versões e interpretações sobre a História”, de maneira que não é a “História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”.

A escolha dos entrevistados se deu através de uma pesquisa em instituições como as Casas de Cultura e Bibliotecas Públicas municipais, de maneira que estas forneceram indicações de pessoas que já haviam participado de projetos culturais referentes à história das cidades e que foram realizados por aquelas instituições. Além disso, os próprios entrevistados indicaram outros possíveis depoentes.

Todas as pessoas que foram entrevistadas são descendentes de imigrantes alemães, possuem mais de 72 anos e vivenciaram situações condizentes com a intervenção imposta pelo Estado Novo em algum dos três municípios abordados. A análise aqui apresentada conta com vinte entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas nas residências dos próprios depoentes. Entre as questões feitas aos depoentes, são enfatizadas as transformações ocorridas no cotidiano dos descendentes de alemães em cada município. As lembranças evocadas pelos entrevistados também possibilita novas perspectivas de análise sobre o tema, quando estes relatam as estratégias como desviavam a censura estabelecida durante a Campanha de Nacionalização (Roteiro de entrevistas no apêndice A). De acordo com Alberti (2005, p. 29),

“sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um *meio* de conhecimento”. É nesse sentido que utilizamos neste trabalho fontes que vão além dos depoimentos orais, de modo que estes possam ser articulados à análise dos jornais e da documentação referida acima.

4 – a pesquisa em torno dos jornais O Paladino e O Taquaryense, que proporciona uma análise comparativa em relação a um jornal sediado num município marcado pelo grupo étnico teuto-brasileiro, e outro açoriano, respectivamente:

No caso dos jornais, além de O Paladino, abriu-se a possibilidade de investigar a região do Alto Taquari através de uma “perspectiva de fora”, digamos assim. A preservação de outro jornal que funcionou durante o Estado Novo no Vale do Taquari permite a comparação entre o conteúdo de um jornal que circulava em meio a uma região de colonização alemã (O Paladino, no Alto Taquari), e outro jornal que circulava numa região de colonização açoriana, mas que tinha uma relação bastante estreita com a primeira: o semanário O Taquaryense, pertencente ao município-mãe do Vale do Taquari, a cidade de Taquari.

O Taquaryense, um jornal de cunho familiar, é o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação. Fundado em 31 de julho de 1887 por Albertino Saraiva, em Taquari, é o único semanário no país que permanece sob o comando da mesma família e único na América Latina produzido artesanalmente através da utilização de tipos móveis metálicos. A pesquisa nas edições dos anos 1930 e 1940 em O Taquaryense possibilitam uma compreensão maior sobre o próprio O Paladino. Analisar o conteúdo textual do primeiro teve como objetivo verificar quais semelhanças e diferenças existem entre um jornal que circulava numa região de colonização alemã (O Paladino, no Alto Taquari) e outro que circulava no município sede do Vale do Taquari (O Taquaryense).

A notória diferença que se observa entre O Paladino e O Taquaryense começa justamente pela localização da sede de cada um dos informativos. Localizado em Taquari, O Taquaryense é editado naquela que foi a primeira região criada para receber os açorianos no Rio Grande de São Pedro, sendo que em 1765 foi criada Freguesia de São José de Taquari, que veio a emancipar-se em 1849. Tipicamente açoriana, Taquari invoca esta identidade étnica até os dias atuais quando comemora em dezembro o “Natal Açoriano em Terra Gaúcha”, por exemplo. Tal identificação foi muito importante durante o período do Estado Novo. Não estar sediado em uma zona marcada pela colonização alemã (apesar de conter população teuto-brasileira em sua composição) fez com que O Taquariense não passasse por

fiscalização tão rígida como assim sofreu O Paladino que, por estar situado numa região típica de colonização alemã e ser bilíngue, passou por todo um processo de intervenção e redimensionamento em seu conteúdo.

Debruçando-se sobre tais fontes²⁸, portanto, esta dissertação faz um mapeamento de como se deu a Campanha de Nacionalização na região do Alto Taquari através da análise dos jornais O Paladino e O Taquaryense, de modo a observar as diferenças e semelhanças entre dois semanários que circulavam na mesma região, mas estavam situados em diferentes zonas de colonização; além de fazer uma análise das narrativas orais produzidas no presente por descendentes de imigrantes alemães que vivenciaram experiências condizentes com a repressão estadonovista no período de 1937 a 1945, na região que pertencia ao Alto Taquari naquele momento, ou seja, os então municípios de Estrela, Lajeado e Arroio do Meio, em sua totalidade. A dissertação também se apóia em documentos oficiais e nas obras já publicadas na região sobre o tema, bem como na bibliografia referente sobre o tema na historiografia.

Para tanto, a divisão de capítulos adota a seguinte organização: no primeiro capítulo, “Uma colônia de ‘alemãos’”, aborda-se a relação entre identidade nacional e identidade étnica e os desdobramentos desta questão para o caso específico desta dissertação. Além disso, parte-se de uma bibliografia sobre a nacionalização num âmbito nacional para um âmbito local. No segundo capítulo, “A Campanha de Nacionalização no Alto Taquari”, é realizada a análise em torno das práticas editoriais e do conteúdo textual dos jornais O Paladino, sediado em Estrela – no Alto Taquari, e O Taquaryense, sediado na cidade de colonização açoriana de Taquari, o que permite a análise através da perspectiva de um informativo que, apesar de não pertencer ao Alto Taquari, tem grande influência e relação direta sobre o Vale do Taquari, em função de ser município-sede da região. Neste capítulo, ainda, recorre-se às demais fontes pesquisadas, como os Termos de Inspeção, os salvos-condutos que autorizavam ou não os moradores a transitarem de um ponto a outro da região, bem como a documentação encontrada na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil em Estrela, que se remete às fichas, correspondências, relatórios e fonogramas expedidos pelo presidente do Sínodo Rio-Grandense, o Pastor Hermann G. Dohms, pelo Secretário estadual de Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza e pelos pastores das comunidades locais pertencentes ao Alto Taquari. O terceiro capítulo, “Memória da Campanha de Nacionalização”, se concentra na

²⁸ Levamos em consideração, como afirma Cláudio Elmir que, ao lidar com este tipo de fonte, o historiador precisa fazer uma “leitura intensiva” e que “deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha” (ELMIR, 1995, p. 21).

análise da memória recente construída sobre a Campanha de Nacionalização legou aos descendentes de imigrantes alemães que experienciaram as abruptas transformações que a Campanha desencadeou no Alto Taquari. Através da metodologia da história oral, os depoimentos foram realizados no período entre 2010 e 2013. A literatura local memorialista é utilizada como fonte neste capítulo de modo a complementar a análise das memórias sobre a Campanha no Alto Taquari. Por fim, a conclusão da dissertação articula a relação entre os capítulos, bem como tece considerações em torno das transformações que a Campanha de Nacionalização ocasionou no Alto Taquari, como também sobre os resquícios atuais deste processo na cultura local.

1 UMA COLÔNIA DE “ALEMÃOS”

Como afirmou o professor Luís Augusto Fischer (1998, p. 113), sobre uma possível tese em relação à literatura já desenvolvida sobre a vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, “A primeira é que os descendentes não são mais alemães ou alemãs, mas alemãos e alemoas – e esse mudança já faz toda uma diferença”. No Brasil, segundo Fischer, os “alemãos” se estabeleceram de modo a não abandonar totalmente os traços culturais trazidos da sua terra de origem, mas também não deixaram de se vincular às novas características que o novo território lhes inculcia naturalmente. O que houve foi uma adaptação identitária que formou o cidadão “teuto-brasileiro”¹.

Neste capítulo a relação entre identidade nacional e étnica é discutida em relação ao contexto histórico das lutas pela identidade nacional que se desenvolveu no Brasil entre o início do período republicano e o Estado Novo, que culminou na Campanha de Nacionalização. Além das diferenças constadas nos três estados do sul brasileiro neste período, o foco é direcionado, por fim, para a microrregião do Alto Taquari, de modo a situá-la no contexto sul-rio-grandense da colonização alemã.

1.1 Identidade Nacional e Identidade Étnica

Para conquistar legitimidade, o Estado, no sentido derivado da evolução dos Estados nacionais a partir da Europa Ocidental, é uma construção política que necessita se afirmar como nação², ou seja, construir representações que insiram as diversas identidades, dos diversos grupos que habitam o território administrado por ele, dentro de um novo conceito. No que se refere às identidades nacionais, parto da definição de Benedict Anderson (2008)

¹ O conceito “teuto-brasileiro” foi utilizado pelo germanismo, como veremos posteriormente, para justificar a dupla nacionalidade dos descendentes de imigrantes alemães.

² O debate teórico acerca do conceito de nação está marcado por uma oposição entre concepções objetivistas e subjetivistas, como nos afirmam Poutignat e Streiff-Fenart, que fazem uma análise de como o conceito vem sendo utilizado. Assim, ao se debruçarem sobre os estudos de Ernest Renan, os autores afirmam que este refuta os critérios objetivos de pertença nacional (fatores etnográfico, geográfico ou linguístico) em prol de critérios subjetivos (como o desejo, a vontade e o consentimento), visando “substituir os fundamentos atribuídos ou herdados de pertença, impondo-se ao homem como uma fatalidade, por uma busca voluntarista de adesão que faz da existência da nação ‘um plebiscito de todos os dias’” (RENAN, 1887, p. 307 *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; 1998, p. 35).

para o conceito de nação que, segundo o autor, não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade.

Anderson propõe que tanto a nação quanto o nacionalismo são produtos culturais que, mesmo específicos, se tornaram modulares. Ela é concebida pelo autor como uma comunidade política imaginada limitada e soberana. Assim, retomando brevemente a explicação do conceito proposto por Anderson, a ideia de a nação ser imaginada estaria ligada ao fato de que todos que convivem nela têm uma imagem viva de comunhão entre si; ela é limitada por possuir fronteiras finitas; soberana por motivo de que seu conceito nasceu no momento em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo o reino dinástico de ordem divina, havendo a transferência da soberania divina para a popular; e, por fim, ela seria uma comunidade por ser concebida “como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

As identidades étnicas, apesar de se assemelharem às identidades nacionais em vários aspectos, como no de considerarem uma ancestralidade em comum, não são construídas a partir deste princípio de “soberania” como as nacionais e, neste sentido, a “limitação” também não se estabelece necessariamente em relação a fronteiras geográficas. É especialmente nesta questão que se considera a identidade dos descendentes de alemães no Brasil como uma identidade étnica e não nacional. Não houve movimentos de independência que reivindicaram soberania nas regiões marcadas pela imigração alemã no Brasil, apesar da preocupação de muitos intelectuais brasileiros do começo do século XX com esta questão. Houve, predominantemente, a construção da ideia de uma ancestralidade diferente da dos brasileiros que nestas terras já estavam antes da chegada dos imigrantes alemães. Afora isso, as identidades étnicas também podem ser percebidas como comunidades imaginadas. Desse modo, tanto as identidades étnicas como as nacionais são compreendidas neste estudo como dinâmicas e construídas a partir de condições, necessidades, desejos e aspirações que caracterizam os grupos nacionais e étnicos.

Compreendemos, também, a identidade teuto-brasileira ou alemã construída no Brasil dentro da categoria do étnico, no sentido de ser construída a partir de uma imaginação acerca do que vem a ser a Alemanha em relação às versões sobre a identidade nacional brasileira apresentadas a estes grupos.

No caso dos imigrantes alemães, a formulação de uma identidade hifenizada pelos intelectuais do movimento germanista, a de “teuto-brasileiros”³, ameaçava o tom de exclusividade necessário para a unidade nacional almejada durante o governo estadonovista e que, segundo Bauman (2005, p. 28), é o traço fundamental que diferencia a identidade nacional de outros tipos de identidade.

De acordo com Eric Hobsbawm (1990, p. 18), não há critério satisfatório (seja objetivo ou subjetivo) para definir o conceito de nação, afinal, esses critérios mudam ao longo do tempo, fazendo com que não exista uma definição *a priori* para defini-la. Com a visão de que a nação é uma construção do nacionalismo, a saída encontrada pelo autor é fazer um recorte no tema, de maneira a estudar o movimento político, que é como a nação se manifesta. Assim, o autor remete à tese de Hroch, segundo a qual há três fases dos movimentos nacionais – inicialmente, ainda no século XIX, com um desenvolvimento puramente cultural, literário e folclórico; em seguida, com as campanhas políticas através dos pioneiros militantes e, por fim, com a aquisição de massa dos programas nacionalistas. Desse modo, o extremo do nacionalismo no mundo estaria marcado pelo período que vai do início da Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda Guerra Mundial, momento focado nesta dissertação.

As ressalvas devem ser feitas, no entanto, quando refletimos sobre o caso latino americano de construção da nação. Fazendo uma crítica à ideia dos “pioneiros crioulos”, na qual Anderson (2008) situa o nacionalismo da América como precoce em relação ao ocorrido na Europa, Köning (2000, p. 40), propõe que a formação da nação latino americana se manifestou como um “tipo próprio”, que não requeria, inicialmente, uma nacionalidade, mas sim liberdade política e autonomia frente ao status colonial a que eram submetidas as colônias. Desse modo, a identidade nacional foi uma construção posterior na América Latina, afinal “[...] a lo largo del proceso de modernización surge la necesidad de legitimar, cada vez de nuevo, el poder” (KÖNING, 2000, p. 43). No caso brasileiro, o governo varguista dos anos trinta e quarenta se encarregou de maneira autoritária neste processo, no sentido de que nesse período foi reconstruída, massificada e, em certa medida, dados os meios de utilizados pelo Estado de censura e punição, imposta uma versão sobre a identidade nacional brasileira. Uma construção que remonta ao final do Império e início do período republicano, quando “[...] o discurso nacionalista brasileiro privilegiou os temas da miscigenação e da assimilação como

³ Como abordaremos em seguida, indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil formularam uma identidade étnica de “teuto-brasileiros” entre meados do século XIX e a década de 1940 no sentido de preservarem e defenderem a germanidade da população de origem alemã no país. Esse movimento faz parte de uma concepção maior acerca da defesa da germanidade, o *Deutschtum* (GERTZ, 1991; SILVA, 2006).

mecanismos de formação da nação, vinculando num mesmo plano a imigração europeia, a questão racial e as diferenças regionais” (SEYFERTH, 2000, p. 84). Nesse contexto, a assimilação dos “brasileiros” com os grupos imigrantes europeus possibilitaria, segundo o referido discurso, o branqueamento da população nacional.

Uma crítica à política de imigração imperial, no entanto, tomou força nas primeiras décadas da República, de modo que nacionalistas como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e João B. de Lacerda⁴, por exemplo, consideravam que o isolamento dos imigrantes em relação à sociedade nacional colocara a identidade nacional em risco

[...] porque o governo imperial havia permitido a concentração dos europeus no Sul, criando desigualdades regionais acentuadas e quase insuperáveis para uma República que se devia transformar numa nação branca, de língua portuguesa, civilização latina e economia capitalista (SEYFERTH, 2000, p. 87-88).

De acordo com Helena Bomeny (1999, p.154), o alerta de Romero era claro, em 1906, para o perigo da criação de nacionalidades dentro do Brasil, de modo que este defendia “uma estratégia de ação que aproveitasse de modo extensivo o proletariado nacional como elemento colonizador perto do estrangeiro para educar-se com ele no trabalho e, em troca, contribuir para o seu abramileiramento”. Bomeny ainda se refere a Alberto Torres e Manuel Bonfim, que criticavam a formação nacional dificultada pela sucessão de correntes imigratórias, e o ensino primário, que deveria ser unificado e nacionalizado, respectivamente. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes, sua aversão ao caldeamento se tornava uma questão relevante para estes intelectuais em função da ideia de enquistamento provocada através das sociedades germânicas, da manutenção do idioma e dos casamentos intraétnicos estimulados pelo *Deutschtum*.

Traduzido em português para germanidade e significando a noção de etnicidade e de essência do povo alemão, o conceito de *Deutschtum* expressa “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32)⁵. Juntamente com a expressão *Volkstum*, que remete à ideia de caráter e também de essência do povo, foi sendo construída a ideologia étnica do germanismo, que consiste em “um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo

⁴ De acordo com Giralda Seyferth (2000, p. 90), Lacerda apresentou, em 1911, o trabalho *Sur lês méris au Brésil* ao Congresso Universal das Raças ocorrido em Londres, onde desenvolveu sua tese sobre as possibilidades de branqueamento dos brasileiros num período de três gerações.

⁵ Além de jornais confessionais ou não, Gertz (1991) aponta para alguns setores do catolicismo e do luteranismo que apoiavam a elaboração e preservação do *Deutschtum*. O historiador afirma ainda que algumas instâncias receberam apoio de Flores da Cunha, que governou o Estado entre 1930 e 1937.

étnico alemão no Brasil [...]” (SILVA, 2005, p. 311). Na compreensão da identidade étnica teuto-brasileira pelos seus intelectuais, portanto, esta é apresentada como uma identidade dual que encontra seu aporte principal no germanismo (a ideologia étnica) que, segundo Silva (2005, p. 311), “[...] não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX.”

A concepção desta identidade hifenizada a partir da visão dos intelectuais do grupo étnico significava a necessidade de preservação da etnicidade alemã e, por isso, estabelecia quais seriam os elementos relativos a cada uma das identidades: a teuta e a brasileira. Combinava-se, então, o nacionalismo alemão (fundamentado no *jus sanguinis*, afirmando a ascendência e a lealdade aos costumes alemães) com o brasileiro (garantindo a lealdade política constitucional). Apesar de ferir o princípio jurídico brasileiro do *jus solis*, que previa o nascimento no território nacional ou a naturalização, Silva (2005, p. 315) explica que “Mais do que contrariar o princípio oficial, esta formulação proposta pelos germanistas ia de encontro aos fundamentos ideológicos da brasilidade, pautados pela assimilação e eliminação das diferenças étnicas” Dessa maneira, a identidade construída pelo germanismo foi sendo gestada ao longo da primeira república, envolvendo uma ideia de pluralismo étnico em que o grupo descendente mantém seus costumes, sua língua, não deixando de participar da cidadania brasileira, o que envolvia os direitos e deveres adquiridos por diversas etnias imigradas ao Brasil, concedidos pela naturalização ampla através da Constituição de 1891.

Destacamos, com isso, o papel das lideranças étnicas teuto-brasileiras que personificaram a luta pela defesa do germanismo e, nesta dissertação, se apresenta através da atuação daquele que presidiu o Sínodo Rio-grandense no período do Estado Novo, o Pastor Hermann G. Dohms⁶. Exemplificando o contexto do Estado Novo, as lideranças étnicas tiveram um importante papel na mediação entre as comunidades (no sentido de pedir cautela e adequação às normas oficiais), e o governo (tentando apaziguar as relações, elogiando e mostrando o lado positivo do grupo étnico) quando da perseguição aos teuto-brasileiros imposta através da Campanha de Nacionalização. Silva (2006), que analisou a trajetória do empresário industrial e líder associativo J. Aloys Friederichs – destacada liderança étnica, em função de sua atuação como intelectual na formulação de posições políticas para o grupo dos

⁶ Apesar de o Pastor Dohms ser considerado uma das lideranças étnicas que atuava no Alto Taquari, não encontramos nenhuma liderança étnica local entre os habitantes do Alto Taquari.

imigrantes alemães – afirma que as essas lideranças foram produzidas pelo grupo étnico na medida em que este demarcava seus limites à integração nacional:

Como grupo distinto, ele [grupo étnico] também produziu suas lideranças, que atuaram em diferentes campos – religioso, político, social -, concomitantemente ou em diferentes épocas, com preocupações que ora se encontravam e ora divergiam. Em comum, no entanto, todos tiveram o foco de atenção sobre a situação da população de origem imigrante alemã (SILVA, 2006, p.111).

O dinamismo presente na constante elaboração da identidade teuto-brasileira se mostra inclusive entre estas lideranças, como analisado por Dreher (2001, p. 8), que aponta três diferenças dentre elas que se relacionam à filiação filosófico religiosa da população. Assim, os liberais encontravam liderança política em Karl von Koseritz⁷; os luteranos nos pastores Wilhelm Rotermund⁸ e Hermann Dohms⁹; e os católicos principalmente em sacerdotes jesuítas como Theodor Amstad e Max Von Lassberg. Silva (2006) observa que as lideranças desenvolvidas no seio do grupo étnico também se definiam em diferentes classes sociais, como no âmbito dos operários, através de Friedrich Kniestedt¹⁰, por exemplo, e também no político, com Arno Philipp¹¹ e Alberto Bins, entre 1905 e 1928 e entre 1928 e 1937, respectivamente. Outras lideranças destacaram-se ainda, tanto na zona urbana, como na

⁷ Karl von Koseritz foi intelectual, jornalista e deputado da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul no período de 1885 a 1889, sempre procurando representar as necessidades da população teuto-brasileira em cada um desses âmbitos.

⁸ O pastor Wilhelm Rotermund liderou a fundação do Sínodo Rio-grandense em 1886, tendo presidido a instituição entre 1886 a 1893 e, posteriormente, entre 1909 e 1919. Enquanto organizador da igreja, o pastor construía sua liderança junto aos imigrantes luteranos e via como indissociável o atrelamento entre germanidade e igreja, característica marcante em sua atuação como editor do almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* e do *Deutsche Post*. De acordo com René Gertz (2002, p. 38), Rotermund teria participado como “mentor intelectual” do Partido Colonial, uma agremiação criada em 1890 que defendia os interesses das zonas coloniais alemãs, mas que, por não levar em conta a heterogeneidade do grupo, não se afirmou como representante do grupo.

⁹ Assim como Rotermund, o pastor Dohms também exerceu liderança entre os luteranos. Apesar da formação alemã, Dohms nasceu no Brasil e iniciou seu pastorado em Cachoeira do Sul (RS). Tornou-se presidente do Sínodo Rio-grandense em 1935. Nesta dissertação, verificamos o papel de mediador que teve o pastor Dohms entre o Secretário de Educação e Saúde Pública e os pastores das comunidades locais durante a Campanha de Nacionalização.

¹⁰ Friedrich Kniestedt dirigiu uma associação de cunho anarquista, a Sozialistischer deutscher Arbeitverein que, de acordo com Gertz (1986, p. 77), era reconhecida como a principal representante dos operários teutos. Nas décadas de 20 e 30, respectivamente, Kniestedt atuou na redação do *Der freie Arbeiter* e do *Aktion*. Em função de criar grupos de “freie Arbeiter” – trabalhadores livres – Kniestedt atraiu forte oposição no grupo étnico.

¹¹ Além de político no parlamento gaúcho, Philipp também foi redator do *Deutsche Zeitung*, onde defendia a aproximação entre “germanidade” e “brasileiridade”. Alberto Bins foi um destacado industrial porto-alegrense e assumiu a intendência municipal da capital gaúcha entre 1928 e 1937.

rural, e tiveram pontos de convergência ou divergência em relação à demarcação identitária étnica, resultando em diferenças entre o grupo, como explica Silva¹²:

Com a exceção de Kniested – que parece preocupar-se mais com a conversão da população teuta ao anarquismo, sendo a identificação étnica apenas um modo de aproximação –, todos os demais demonstram um intenso empenho pela demarcação dos limites do grupo teuto [...]. No entanto, a atuação como lideranças em campos distintos – político, religioso, social –, em épocas diferentes, sob influências externas também diferentes, produziram percepções de nuances diversos sobre este tema. *Estes matizes impedem a compreensão da identidade étnica teuto-brasileira como uma proposição uniforme para todo o grupo étnico* (SILVA, 2006, p. 116, grifo nosso).

Observada a compreensão da identidade étnica através dos seus intelectuais e lideranças, abordaremos a maneira como a identidade teuto-brasileira foi analisada *a posteriori* no sentido acadêmico. Segundo os estudos que contemplam essa questão, observamos que a mesma é compreendida como resultado de um processo de assimilação (WILLEMS, 1980), sincretismo cultural (MEYER, 2000) ou ainda como produto de uma ideologia étnica (SEYFERTH, 1981). Levando em conta a subjetividade que envolve os sujeitos na demarcação da etnicidade, consideramos nesta dissertação que, apesar de ser uma ideologia e um referencial de identidade étnica, visto que compreendemos uma identidade como um discurso sobre o grupo e não como uma essência, esta é dinâmica e, por isso, passiva a diferentes apropriações de acordo com o momento histórico e a região em que os grupos teuto-brasileiros estiveram inseridos. Como afirma Weber (2006, p. 248), “O nome do grupo e a carga de valores a ele associada serão sempre resultado de uma disputa.”

Classificando-se na linhagem fundada por Fredrik Barth na década de 1960, Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.11) se apoiam nesta concepção dinâmica da identidade étnica, de modo que, como qualquer outra identidade coletiva, ela “é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não.” Assim, esses processos sofrem mudanças ao longo da história, perdendo ou ganhando características (traços culturais como crenças, ritos, língua e valores) que diferenciam os grupos étnicos, sem

¹² Em relação às lideranças, Gertz (1987, p. 34) destaca a atuação da “geração de 48” em sua luta pela participação política dos teuto-brasileiros. Segundo o historiador, ela se refere aos imigrantes alemães que teriam maior experiência política, assim como maior nível social e cultural em relação aos primeiros emigrantes da Alemanha. Nesse sentido, Gertz evidencia a atuação de Karl von Koseritz no campo político. O historiador ainda atenta sobre uma valorização superestimada destas lideranças, o que deve ser relativizado, pois “Mesmo padres e pastores estavam muito longe de exercer um controle total, como muitas vezes se pensa” (GERTZ, 1994, p.31). Mais sobre as lideranças teuto-brasileiras, ver Silva (2006, p. 111-121).

que se percam os limites culturais que os distinguem dos outros. Em detrimento de outras identidades coletivas, no entanto, a especificidade da identidade étnica é compreendida pelos autores por meio da ideia de fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum, de maneira que “o que diferencia, em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 13). Mas os autores deixam claro que esse passado não é o da ciência histórica, e sim aquele em que se representa a *memória coletiva*, no sentido de fundamentar-se em uma “história mítica”, que busca sentido em processos de criação e interpretação das representações coletivas¹³.

Nesse sentido, as etnicidades dos imigrantes europeus estabeleceram-se no Brasil através da interação sistemática com a sociedade nacional e, desse modo, poderíamos tomar a ideia de Pollak (1992, p.5) para explicar esse caso. Segundo o autor, o sentimento de identidade é a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. A presença do *outro*, no contexto dos imigrantes europeus no Brasil, se definia na condição do *ser* “alemão”, *ser* “italiano”, “polonês”... em contraposição ao *ser* “brasileiro”. Seyferth enfatiza a organização institucional dos imigrantes no sentido de que:

[...] criaram instituições comunitárias recreativas, culturais, assistenciais, de ajuda mútua, escolares [...] e operando com *critérios étnicos bem definidos*. A elaboração das etnicidades obedeceu a códigos culturais relacionados à origem nacional – sistemas simbólicos assinalando pertencimentos primordiais e *incluindo a experiência comum da imigração*. (SEYFERTH, 2000, p. 95, grifos nossos).

O passado construído pela memória coletiva, no que tange à construção de uma identidade étnica teuto-brasileira, tem no processo de colonização uma crença de origem comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros, como vimos anteriormente. São estes fatores de diferenciação e das características e costumes comuns que dão ao grupo o suporte para a “honra étnica” que, de acordo com Weber (1994), é o que realmente sustenta a sua identidade e denota a percepção da superioridade das características de cada grupo étnico. Seyferth

¹³ Segundo Michael Pollak (1989, p. 9), as duas funções essenciais da memória comum são a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo tem em comum.

(1994, p. 24) reforça esta ideia ao afirmar que a “ideia de descendência comum, ser ‘de origem’ implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa ‘cultura alemã’ modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil”. Assim a autora afirma que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade é a “cultura da colonização”.

Além de contar com a ideia compartilhada de passado comum, o grupo étnico seleciona os traços culturais que irão identificar seus integrantes e, no caso dos teuto-brasileiros, encontramos entre estes elementos as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo) que assumiram forte caráter étnico; a concepção do alemão como “povo trabalhador”, contida no *ethos* do trabalho, “o uso cotidiano da língua alemã; a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino em alemão) e todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora”, entre outros, que apesar de serem anteriores “à emergência da etnicidade, [reificaram] uma ‘cultura germânica’ pretendida pelos imigrantes e seus descendentes, dando ao isolamento (geográfico/político) um caráter ideológico justificativo de limites étnicos” (SEYFERTH, 1994, p. 15).

As mudanças que estiveram em curso no Brasil nos anos 1920 e 1930, como “[...] a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não duráveis, o crescimento de cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café e a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias”, de acordo com Oliven (1992, p.39), fizeram com que, juntamente com a formação de um aparelho de Estado mais centralizado, o poder político se deslocasse do âmbito regional para o nacional. Em 1937, o confronto entre identidade nacional e identidade étnica se tornou inevitável em razão da intolerância imposta durante o regime do Estado Novo que, entre outros fatores, buscou consolidar o projeto varguista de criação de uma versão da identidade nacional brasileira. De acordo com Seyferth (2000, p. 92):

E foi em nome de uma futura homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram uma campanha (de ‘nacionalização’) para impor o ‘abrasileiramento’, usando, inclusive, efetivos militares.

Em relação às identidades étnicas (pensadas, na época, dentro da categoria “raça”), o pensamento de Gilberto Freyre foi o mais influente sobre as escolhas do Estado Novo. Segundo Fico (1997, p. 34), este foi o período de “gilbertização” do país, ou seja, da absorção

da explicação da sociedade brasileira através da obra “Casa Grande e Senzala”, que promoveu uma ressignificação dos negros e dos mestiços na cultura nacional. A partir da obra de Gilberto Freyre, a mistura de raças como formadora da identidade nacional ganhou ampla aceitação e a noção de que o Brasil tinha se formado pela miscigenação difundiu-se socialmente e tornou-se senso comum. Como afirma Schwarcz (2000, p. 178), sendo uma “representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol”. A presença de grupos étnicos não assimilados era considerada incômoda para o nacionalismo brasileiro, de modo que a elaboração da Campanha de Nacionalização propunha assimilação via imposição, via criminalização de representações étnicas e culturais no Brasil.

1.2 A Campanha de Nacionalização no Sul do Brasil

Durante a Campanha de Nacionalização, as políticas nacionalistas do governo Vargas tiveram especial atenção aos três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Através da pesquisa em inquéritos policiais, cartas, processos crimes, crônicas e nas memórias dos descendentes de imigrantes alemães em Santa Catarina, a historiadora Marlene de Fáveri (2005) aborda a repressão vivida pelos teuto-brasileiros no estado. Situando os acontecimentos ocorridos no Brasil durante o Estado Novo como uma “outra” guerra, como um desdobramento da Segunda Guerra Mundial, a análise de Fáveri perpassa o cotidiano dos “alemães” catarinenses entrecruzando as memórias narradas sobre o período com fontes que indicam a atuação repressiva de civis e agentes do governo sobre a população de origem imigrante. Quanto à nacionalização do ensino, os estudos de Valquíria E. Renk (2005) para o estado do Paraná, e de Neide Almeida Fiori (2005) para Santa Catarina, demonstram como a intervenção no ensino através de uma legislação que restringia as escolas étnicas desenvolveu-se desde o início do século XX nestes estados. No caso paranaense, leis e decretos estaduais estimularam uma educação que despertasse o patriotismo e que exigisse o ensino em vernáculo desde 1917¹⁴, ano em que já constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras. Quanto à anterioridade nas ações nacionalizantes, o estado catarinense não foi

¹⁴ Leis e decretos (Paraná): 09/01/1917: Decreto estadual n° 17 – o ensino deveria despertar o patriotismo; 09/04/1920: Lei n° 2.005, escolas particulares estrangeiras são obrigadas a ensinar em vernáculo; 08/04/1922: Decreto estadual Lei n° 2.157 – exigência do ensino em vernáculo.

muito diferente pois, “[...] no decorrer da década de 1910, o estado de Santa Catarina já havia exercido liderança, no campo estadual e nacional, no que diz respeito à nacionalização do ensino” (FIORI, 2005, p. 107).

Há de se destacar, no entanto, o número expressivo de escolas fechadas em Santa Catarina no ano de 1938: quinhentas e cinco escolas primárias. Ao comparar os números lançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 1941, Fiori apresenta um quadro no qual Paraná e Rio Grande do Sul possuem um número inferior ao do estado catarinense no que tange ao fechamento das escolas. Uma explicação para este cenário, segundo Fiori, está na razão de que o estado paranaense foi receptor de “um grupo bem aquinhoado [de imigrantes alemães] em termos de poder aquisitivo e teve um caráter acentuadamente urbano” (FIORI, 2005, p. 118). Já o estado gaúcho, que contava com significativa proporção de imigrantes alemães, teve um número menor de escolas fechadas em virtude da articulada forma como as oposições político-partidárias se enfrentavam. As diversas facções políticas gaúchas permitiriam um jogo de forças que tivesse melhores condições para “frear” o ritmo das ações nacionalizadoras. Assim, as oposições políticas e econômicas catarinenses, resultantes de apenas dois polos bem marcados – os *Ramos* e os *Konder* – enfraquecia as lutas em torno das atitudes tomadas e fazem com que Fiori aponte o modelo como a Campanha de Nacionalização se implantou em Santa Catarina como “[...] todo poderoso, sem precisar fazer composição de forças ou conviver com oposição” (FIORI, 2005, p. 119).

Podemos dizer que essa articulação de forças de oposição na política estadual gaúcha, porém, não foi benéfica e nem pacificadora quanto à instituição das medidas da Campanha de Nacionalização no estado. Tal organização política resultou uma Campanha que se efetivou de maneira inesperada pela população de descendência alemã, e as narrativas que são analisadas nesta dissertação condizem com este fato, como veremos posteriormente. É importante ressaltar, entretanto, como afirma Lúcio Kreutz (2005, p. 85), que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino.” A questão no Rio Grande do Sul foi que a Campanha precipitou tal processo, que vinha ocorrendo aos poucos e sem a tomada de atitudes radicais pelos membros da ala governista.

A precipitação ocorrida através da Campanha de Nacionalização também se verifica ao observarmos as relações existentes entre o governo estadual gaúcho, Flores da Cunha, no período de 1930 a 1937, com a população teuto-brasileira. Conforme analisa René Gertz

(2006), o governante manteve boas relações com as populações de origem alemã e italiana no estado, o que não ocorria em Santa Catarina que, desde 1930, sofreu com as medidas drásticas da nacionalização. Situações como a decretação do dia vinte e cinco de julho¹⁵ como o “Dia do Colono”, em 1934, e o endosso de Flores da Cunha a políticos de descendência alemã a cargos políticos¹⁶ e a campanhas eleitorais¹⁷ demonstram, além da simpatia do governo estadual gaúcho aos imigrantes, o porquê do estranhamento dos teuto-brasileiros com as atitudes tomadas inesperadamente pelos delegados municipais no início do Estado Novo, como afirma Gertz (2006, p. 77):

Isso fez com que a ‘nacionalização’ irrompesse, no Rio Grande do Sul, de forma abrupta após a implantação do Estado Novo, em especial com o início da interventoria do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, cujas preocupações com aspectos ‘etnográfico-internacionalistas’ causaram estranheza até a políticos com ligações estreitas com Vargas.

Após o dez de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, a população imigrante do estado passou sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas, além da proibição, neste caso, da fala em idioma alemão. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a Campanha de Nacionalização passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação dos “deutscher fresser”¹⁸, os “comedores de alemães”.

Nesta dissertação, a pesquisa em torno das práticas de dois periódicos que ainda não haviam sido analisados em sua relação com a Campanha de Nacionalização, possibilita observar as semelhanças e diferenças que jornais de regiões marcadas por diferentes grupos étnicos – mas ao mesmo tempo tão próximas – contêm em termos de conteúdo sobre o regime em questão. As narrativas produzidas atualmente em torno da repressão desenvolvida na região, juntamente com a documentação que demonstra a intervenção oficial nas escolas, associações e comunidades religiosas permitem um panorama sobre a Campanha de Nacionalização no Alto Taquari que traz novos elementos aos estudos já realizados nesta

¹⁵ Em 1934 festejava-se os 110 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, que em 25 de julho chegava pela primeira vez em São Leopoldo – RS.

¹⁶ Lindolfo Collor, descendente de imigrantes alemães se tornou Secretário da Fazenda do estado em 1936.

¹⁷ De acordo com Gertz (2006, p. 77), Flores da Cunha apoiou a eleição de A. J. Renner, o mais representativo empresário industrial gaúcho do período, para a mesa diretora da Assembleia Legislativa em 1936.

¹⁸ “Deutscher Fresser” é tradução alemã que os entrevistados para esta dissertação utilizam para a expressão “comedor de alemão” – eles seriam os delatores a quem os teuto-brasileiros deveriam ficar atentos durante a Campanha de Nacionalização.

região, além de fornecer uma análise a fontes inéditas e enfatizar as memórias atuais que os descendentes de imigrantes narram sobre o período.

Localizado na região do Vale do Taquari, centro-leste do estado, o Alto Taquari é assim denominado convencionalmente pelos habitantes do Vale. Observando a geografia atual dos municípios que compõem a região (Figura 1, p. 15), visualizamos que aqueles considerados convencionalmente como parte do Alto Taquari estão posicionados na zona central do mesmo. A pergunta que vem à tona então é o porquê desta denominação.

Sendo Taquari, Estrela, Lajeado e Arroio do Meio os únicos municípios emancipados do Vale do Taquari até os anos 1950, temos, nesse período, uma divisão nominal estabelecida pela população local para diferenciar o espaço relacionado ao município-sede do Vale (Taquari) – colonizado por açorianos e localizado ao sul do território – daqueles municípios que se situavam ao norte de Taquari e que, além disso, tinham traços culturais germânicos decorrentes da imigração alemã que para lá se deslocara a partir da segunda metade do século XIX. Desse modo, quando mencionamos a região do Alto Taquari nesta dissertação, abrangemos um amplo espaço que atualmente engloba os municípios de Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Imigrante, Marques de Souza, Nova Brésia, Pouso Novo, Progresso, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Teutônia, Travesseiro e Westfália (ver Figura 2, p. 16). Os municípios que atualmente se localizam ao norte do Alto Taquari foram colonizados por imigrantes italianos a partir do final do século XIX, sendo que o primeiro a emancipar-se foi o município de Muçum, em 1959.

Caracterizada pela colonização alemã, a zona do Alto Taquari, no entanto, não fez parte das colônias criadas pelo império para a recepção de imigrantes. Através de empresas particulares, o Vale do Taquari passou a integrar o processo colonizatório por via das colônias particulares que estabeleceram:

[...] na região um expressivo setor de negócios imobiliários privados, mediante a transferência de terras dos antigos proprietários para empreendedores, que organizavam o loteamento e a venda de terras para os colonos, sob a supervisão dos governos provinciais. O estabelecimento de colonos, como pequenos proprietários na região – primeiro de alemães ou filho de colonos dessa origem desde 1853, e, depois, de italianos, no início dos anos 80 – veio a modificar profundamente seu panorama demográfico [...] até então habitada por posseiros e índios (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 50-51).

Quanto aos três municípios abordados nesta dissertação, a mais antiga referência oficial se relaciona ao atual município de Estrela, quando, em 1800, o 13º Vice-Rei do Brasil,

D. José Luís de Castro¹⁹ (Segundo Conde de Resende), concedeu uma sesmaria com 3.900 braças de frente (8,58 km) por légua e meia de fundo, na margem esquerda do Rio Taquari, a João Inácio Teixeira. Conforme o Alvará Imperial de 23 de agosto de 1808 a região passou a integrar o município de Porto Alegre. De acordo com Schierholt (1992), João Inácio Teixeira e seu irmão, José Inácio Teixeira, se tornaram donos de numerosos bens na região dos atuais municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul. João, por exemplo, era proprietário da Fazenda da Estrela e da Fazenda de São Gabriel (hoje Cruzeiro do Sul). José tinha entre suas propriedades as Fazendas da Demanda e dos Conventos (hoje em Lajeado).

Durante a década de 1850, no entanto, estas sesmarias se tornaram alvo de empreendedores interessados no lucro proveniente da criação de colônias particulares. No caso do Alto Taquari, a documentação referente às Sessões da Câmara de Taquari demonstram os interesses que se tinha em colonizar a referida região e informavam ao presidente da província as vantagens deste empreendimento afirmando que:

[...] na distância de doze léguas, contadas do porto desta vila, começam os terrenos devolutos na margem esquerda, acima da Fazenda Beija-Flor, e na direita, acima da Fazenda de Francisco Silvestre, estes terrenos são mui próprios para colônias agrícolas, mas esta Câmara é de opinião que o trânsito, dificultado por catorze catadupas ou cachoeiras, [...] não deixará prosperar a colônia que em tal altura se estabelecer; no entanto, se o governo comprar a Fazenda dos Conventos e Lajeado, juntamente, será um terreno de superior qualidade para a agricultura; ainda há já a comodidade muito importante de campo para criar animais vacuns e cavaleares, em número de 500 para cima, com mais as vantagens de limitar-se pelos rios Taquari e Forqueta e não ter pelos fundos senão terrenos devolutos até cima da serra. [...] Outro lugar, rodeado de recursos, que deve ser preferido, e de muita vantagem e comodidade para os colonos é a Fazenda ‘Boa Esperança’, dos herdeiros do falecido Freitas Travassos. Dista desta vila quatro léguas por terra de bom caminho, tem bastante terreno de boa qualidade para a agricultura e lugar para ter animais, vantagens que só oferecem as grandes fazendas cultivadas de muitos anos, tais como as que mencionam. Se o governo quer estabelecer uma colônia para prosperar, há de comprar uma das fazendas mencionadas [...]. (Sessão de 10 de julho de 1852 (SCHIERHOLT, 1992, p. 45-46).

Sob esta legislação, segundo Schierholt (1992, p. 64), Antônio Fialho de Vargas projetara a colonização de Lajeado. A aquisição das fazendas dos Conventos e do Lajeado (ou Carneiro) permitiu o estabelecimento, por Fialho, da “[...] sua casa, a senzala e demais dependências [...]”, sendo ele então considerado por Schierholt o promotor da colonização particular na região afinal, em 1855, Fialho criou através de iniciativa privada a Colônia de

¹⁹ D. José Luís de Castro governou o Brasil de 1790 a 1801.

Conventos²⁰. A partir deste momento, passaram a chegar imigrantes que, aos poucos, compravam colônias na região.

O ano de 1956 data a criação da “Colônia de Estrela”²¹, e é considerado por Hessel (1983), como o início da colonização sistemática de imigrantes alemães que afluíam das zonas de São Leopoldo e Feliz às novas “picadas” que eram abertas a partir da colônia de Estrela, a mando de Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto. Hessel afirma que a chegada destes foi importante no sentido de propiciarem ativação do comércio local, o aumento da população e, conseqüentemente, a formação do primeiro povoado do Alto Taquari.

Já o povoamento pelos imigrantes alemães em Arroio do Meio iniciou-se na década de 1860, ano que marca:

[...] a compra por um imigrante alemão de uma área de terras no atual município de Arroio do Meio. Em 07 de março de 1860, João Gerhardt e seus filhos Sebastião e Balthasar adquirem ‘duas mil e duzentas e cinquenta braças de frente, e fundo de meia légua’ de Anna de Oliveira Salazar Ribeiro, viúva do capitão Francisco Silvestre Ribeiro” (KREUTZ et al., 2011, p. 104).

A partir deste período de criação de colônias particulares, diversos imigrantes passaram a povoar a região do Alto Taquari através da compra de lotes de terras e, em 1870, o bispado de São Pedro do Rio Grande deu à colônia de Estrela a licença para a edificação de uma capela com a invocação de Santo Antônio, de maneira que a colônia se tornou a primeira freguesia do Alto Taquari, abarcando as atuais regiões de Lajeado e Arroio do Meio, em 1873. A emancipação dos três municípios ocorreu respectivamente nos anos de 1876, 1891 e 1934.

Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1940, neste ano as populações dos três municípios contavam com 20.716 habitantes em Arroio do Meio, 28.817 habitantes em Estrela, e 40.742 habitantes em Lajeado. O recenseamento ainda divide a população em brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros. Assim, Arroio do Meio tinha 20.461 brasileiros natos, 55 naturalizados e 200 estrangeiros. Em Estrela, os brasileiros natos correspondiam ao número de 28.318, os naturalizados somavam 152 e os estrangeiros 347. Já em Lajeado, a população de brasileiros natos era de 40.381, a de naturalizados, 118, e o número de estrangeiros correspondia a 242 habitantes. No quadro correspondente às nacionalidades dos estrangeiros presentes nos municípios, o recenseamento informa que no Alto Taquari a

²⁰ Hoje Lajeado.

²¹ A Colônia de Estrela foi criada por Vitorino José Ribeiro.

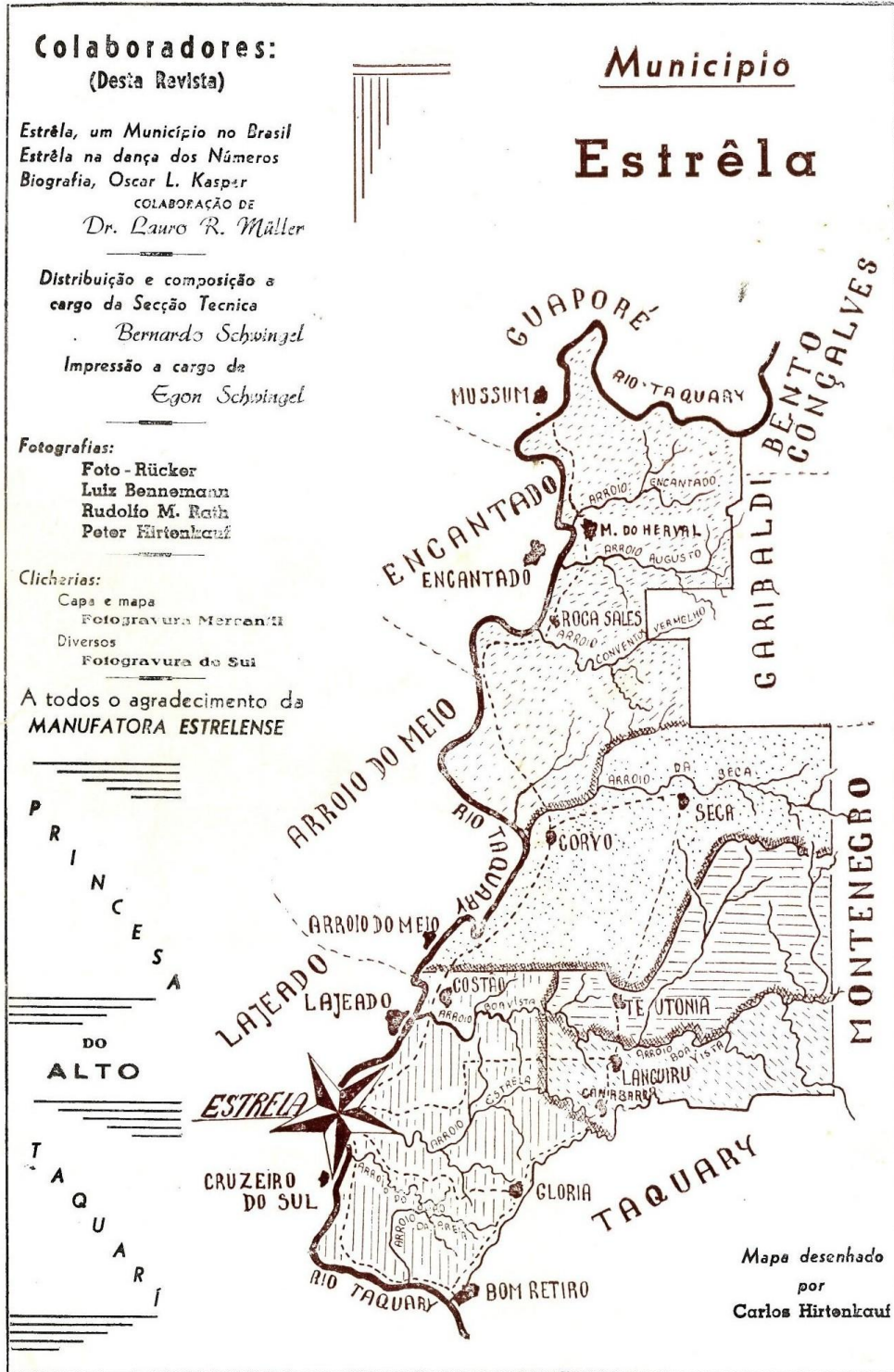
presença de alemães supera a de italianos, que supera a de portugueses e espanhóis.²² No que tange à religião da população do Alto Taquari, o censo indica que nos três municípios o catolicismo predomina ao protestantismo, as duas maiores religiões da região abordada²³.

Durante o período abordado nesta dissertação, o Estado Novo, a área de Estrela abrangia, além de seu próprio território como cidade, as vilas de Languiru, Teutônia, Roca Sales, Corvo (atualmente Colinas) e parte do atual município de Imigrante (na época chamado de Arroio da Seca), de acordo com Hessel (1983, p. 24-30). Lajeado era composto pelos distritos de Fáo, Cruzeiro do Sul, Marques de Souza, Santa Clara e Sério. Já Arroio do Meio contava com dois distritos: Arroio do Meio e Nova Brésia, o que veio a modificar-se em 1950, quando outros distritos foram criados. Os mapas da página seguinte nos remetem a uma aproximação sobre a extensão destes municípios entre 1937 e 1945:

²² Censo demográfico do estado do Rio Grande do Sul, Recenseamento Geral de 1940 “Estrangeiros, segundo os municípios, com discriminação, por sexo, das principais nacionalidades”, p. 69.

²³ De acordo com o Recenseamento Geral de 1940, a maior parte do contingente populacional do Alto Taquari era de crença católica e protestante, sendo que ainda são referidas as religiões espírita e israelita.

Figura 3 - Mapa do município de Estrela em 1951



Fonte: Livreto do Jubileu de Diamante de Estrela, 1951, p. 119, contra-capa

Figuras 4 e 5 - Mapas do Vale do Taquari com destaque à transformação geográfica do território de Arroio do Meio.

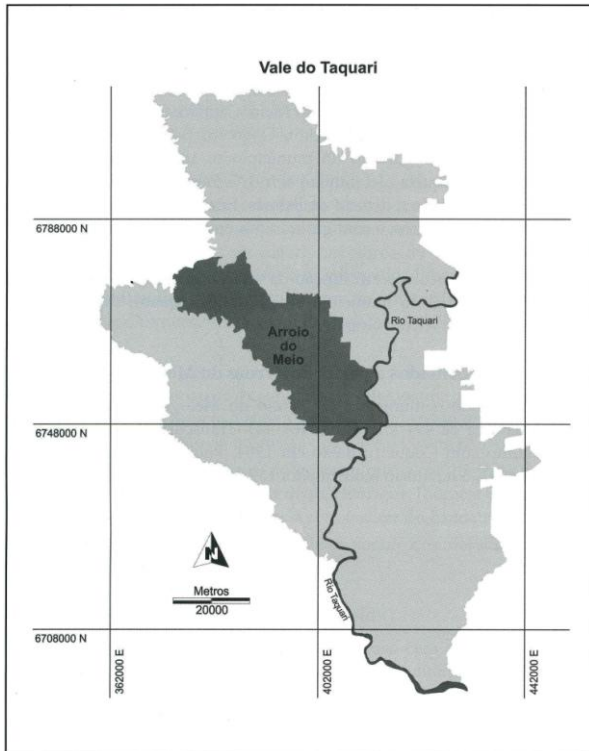


Figura 4 - 1934, emancipação de Arroio do Meio.

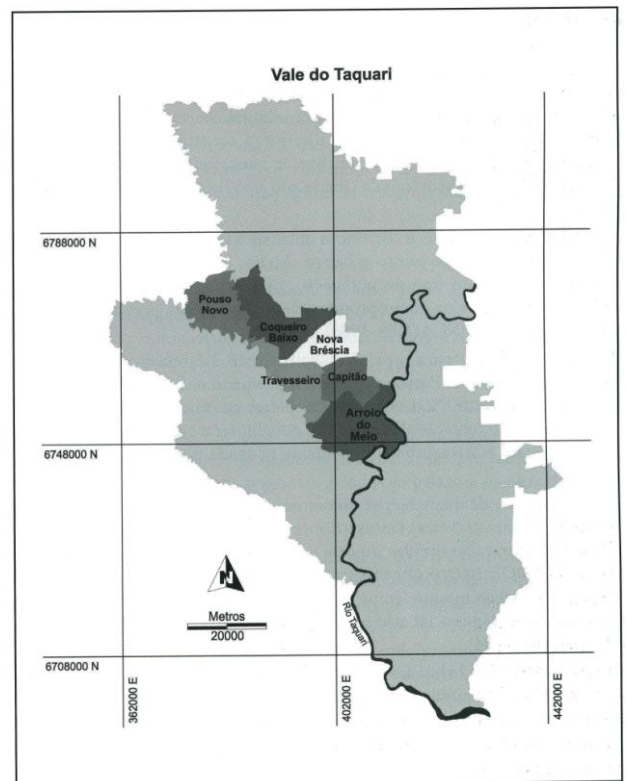


Figura 5 - 1996, novos municípios criados a partir de Arroio do Meio

Fonte: Mapas elaborados por Kreutz et al. (2011).

Figura 6 - Mapa do município de Lajeado referente ao ano de 1950



Fonte: Arquivo Histórico de Lajeado.

A significativa presença de imigrantes alemães e seus descendentes possibilitou a criação de uma identidade étnica teuto-brasileira na região do Alto Taquari – fato que estabeleceu diferenças culturais na região aqui abordada em relação ao norte e sul do Vale do Taquari. A análise realizada em O Paladino e O Taquaryense, que veremos adiante, demonstra como a caracterização étnica de uma região e/ou instituição teve condições de influenciar na maneira como a imprensa local foi redimensionada durante o regime varguista. O cruzamento destas informações com os documentos que atestam as diversas formas de intervenção da Campanha de Nacionalização na região são mote do próximo capítulo.

2 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO ALTO TAQUARI

Este capítulo integra as fontes que foram encontradas na busca pelos documentos que atestam o processo de nacionalização forçada no Alto Taquari – ou seja, fonogramas, fichas, correspondências, relatórios, Termos de Inspeção e livros de aulas pesquisados nos museus, arquivos, acervos e igrejas dos municípios – bem como os jornais que circulavam nesta microrregião e permanecem disponíveis para a pesquisa nos dias de hoje – O Taquaryense e O Paladino. O objetivo da busca por referências à Campanha de Nacionalização nos jornais citados trata-se de verificar se há diferenças nas práticas editoriais e no conteúdo enunciado em dois periódicos que, apesar de estarem situados sob a mesma região do estado (Vale do Taquari), se localizam em microrregiões caracterizadas por diferenças étnicas: o primeiro num município tipicamente açoriano e de importância política para o Vale (Taquari, sede do Vale), e o segundo que circulava na zona marcada pela colonização alemã do Vale (Alto Taquari).

Guardados ao longo destes anos por familiares que permitiram a salvaguarda das antigas edições dos jornais fundados pelos seus antecedentes, ambos infelizmente não contam com a preocupação do poder público para garantir a devida preservação que os semanários deveriam receber. Parcerias para uma possível digitalização e manutenção até se formalizaram em algum momento, no caso de O Taquaryense, ou deram pistas de serem realizadas, em O Paladino mas, nos dois casos, não se concretizaram. Resulta daí que a possibilidade de manusear e pesquisar as quatro longas páginas de cada edição dos jornais é possível devido à vontade pessoal daqueles que se preocupam com a história local e, claro, de suas famílias: os Saraiva e os Schwertner, respectivamente.

Fundado em 1887 por Albertino Saraiva, O Taquaryense continua circulando entre a população de Taquari e “montado”, como fala o tipógrafo João Rodrigues, através de tipos metálicos que compõem os textos do jornal, que leva cinco dias para ficar pronto para ser impresso naquela que foi a primeira máquina utilizada pelo Correio do Povo. Apesar de não estar mais em atividade, O Paladino¹ foi lido pelos teuto-brasileiros do Alto Taquari por vinte anos (1921 a 1941). Autodenominando-se como “o semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”, O Paladino fechou suas portas em 1941, quando os tipos metálicos que,

¹ Sobre a trajetória histórica de O Paladino, ver nota 21, p. 18.

peça a peça, compunham seus textos, foram despejados no chão pelos agentes da “Nacionalização”.

A análise realizada neste capítulo relaciona entre as notícias, artigos e informes, as diferenças e semelhanças encontradas nos dois semanários, bem como o cruzamento destes dados com a documentação encontrada no Vale do Taquari sobre a Campanha de Nacionalização. Iniciando no ano de 1937, quando decretado o Estado Novo, até o final de 1939², quando se esgotam as edições preservadas de O Paladino, a pesquisa se alonga ao fim do Estado Novo (1945), se reportando a O Taquaryense e à documentação local. No intuito de destacar a mudança no decorrer do tempo que subdividimos esse capítulo por ano. A importância da análise nos semanários se justifica na ideia de que as fontes impressas não são mera fonte de informações mas, além disso, possibilitam verificar como a sociedade da época era representada, quais instituições sociais tinham maior e menor visibilidade e, sobretudo, como foi divulgada a Campanha de Nacionalização do governo Vargas e suas consequências nas práticas editoriais de cada semanário. Para fins de organização, utilizamos a sigla ML para nos reportarmos às matérias locais, e MC ao nos referirmos às matérias compradas pelos jornais.

A busca por vestígios da Campanha de Nacionalização em documentos do período estadonovista permite um olhar mais amplo, para além do que foi encontrado através da investigação dos jornais. Livros de aula, salvo-condutos, fotos, circulares, correspondências, atas e fonogramas demonstram a eficiência operacional da Campanha de Nacionalização nos meios burocráticos e as intervenções realizadas pelos agentes do governo, que interferiram no cotidiano dos moradores do Vale, como observamos neste capítulo.

2.1 Inaugurando o Estado Novo: 1937

Alegando no discurso de posse de 10 de novembro de 1937, entre outros fatores, que:

[...] as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos

² A falta das edições dos anos de 1940 e de 1941, das quais Roque Schwertner nunca teve notícias, não permitiram a pesquisa em torno deste período em O Paladino.

antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935 [...]³

Getúlio Vargas outorgou a nova carta constitucional brasileira que decretava o Estado Novo. Contando com o apoio das forças armadas, o novo regime foi inaugurado nas imediações da sucessão presidencial que deveria ocorrer em 1938, mas foi impedida em função do Plano Cohen⁴, que acabou por justificar a implantação da ditadura.

Na pesquisa realizada em torno das edições de novembro de 1937 de *O Paladino* e *O Taquaryense*, verificamos a adesão dos artigos apresentados pelos semanários ao golpe de 1937⁵ e, neste sentido, cabe observarmos quais eram os principais serviços especiais de informação e colaboração de ambos. *O Paladino* contava com o Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, a União Brasileira de Imprensa (U.B.I.)⁶, do Rio de Janeiro, a União Jornalística Brasileira (U.J.B.)⁷, de São Paulo, a Agência Nacional⁸ e o “Serviço especial de informação ao Estrangeiro (Auslands Nachrichten Dienst)⁹” (SEIE), assim como consta na capa de todas as edições que vão até o dia 30 de abril de 1938¹⁰. Apesar de não informar de maneira tão evidente seus colaboradores, a pesquisa em torno das notícias e artigos de *O Taquaryense* demonstra que entre seus colaboradores principais constavam o

³ Trecho do discurso de posse de Getúlio Vargas. Fonte: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>>. Acesso em: 06 de abril de 2013.

⁴ Divulgado em setembro de 1937 como um suposto plano de tomada de poder pelos comunistas, o Plano Cohen foi um documento forjado pelo governo e utilizado como pretexto para a instauração da ditadura varguista.

⁵ A pesquisa em torno dos jornais *O Paladino* e *O Taquaryense* teve início com a análise a partir das edições de janeiro de 1937. A adesão ao golpe de 1937 é verificada nos artigos acima mencionados, que apoiam o movimento. Ao contrário das edições pesquisadas após o golpe, observamos que os textos de enaltecimento à figura de Vargas e ao patriotismo não encontram a mesma evidência nas edições anteriores a novembro de 1937. Destacamos o fato de que *O Paladino* constituía-se com notícias e anúncios nos dois idiomas (alemão e português) desde seu primeiro número, o que não acontecia com *O Taquaryense*, que noticiava os fatos apenas em português.

⁶ Órgão existente até os dias atuais. Não encontramos maiores informações sobre o histórico da empresa.

⁷ Órgão criado no final da década de trinta com a ajuda de Monteiro Lobato. Não encontramos maiores informações sobre a empresa.

⁸ A Agência Nacional foi criada nos anos 1930 pelo governo Vargas a fim de divulgar as ações do governo. O DIP era o órgão que distribuía as notícias gratuitamente ou como matéria subvencionada.

⁹ Utilizo a sigla SEIE para reportar-me ao Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro. Ter a colaboração de um serviço de informação ao estrangeiro já nos faz refletir acerca do interesse que os leitores, ou a linha editorial do jornal tinham em saber notícias acerca da situação da Alemanha. Quando das entrevistas realizadas com descendentes de alemães que vivenciaram este período, como veremos posteriormente, ouvimos relatos de que a preocupação com parentes que se encontravam na Alemanha era grande, de modo que liam jornais e ouviam rádio para se informarem. As informações que o SEIE divulgava eram referentes às condições de trabalho na Alemanha, estatísticas e dados sociais e econômicos sobre os mais variados temas, como consumo, poder aquisitivo, a indústria de rearmamentos e relações internacionais.

¹⁰ Em maio de 1938, altera-se a composição de colaboradores do jornal, como veremos posteriormente.

Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, a União Brasileira de Imprensa, a União Jornalística Brasileira e a Agência Nacional.

O discurso de adesão ao regime estadonovista aparece, nos dois semanários, através de artigos divulgados pela U.J.B., Agência Nacional e demais notas sem menção de autoria¹¹. Em O Taquaryense, por exemplo, o artigo da U.J.B. legitima o regime de exceção considerando que o Brasil está submetido ao perigo do comunismo. A sucessão presidencial é vista como um problema “secundário”:

[...] As preocupações partidárias podemos deixá-las de lado, por um instante e não será grande mal para ninguém, porque, além de outras considerações, não se deve esquecer que tempo haverá de sobra para o jogo dos partidos, quando teremos conquistado a vitória definitiva contra Moscou¹².

Segundo Dulce Pandolfi (1999), a consolidação das propostas que Vargas vinha colocando em pauta desde outubro de 1930 se firmaram com o Estado Novo e, por isso, ocorreram intensas disputas de poder no período entre o movimento de trinta e o golpe de 1937. Citando acontecimentos como a Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo em 1932; a mobilização da população através de dois movimentos de conotação ideológica radicalmente diferentes, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL); além da eclosão dos levantes comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro em 1935, Pandolfi afirma que aos poucos segmentos das elites civis e militares foram sendo aliçados do poder e o “perigo comunista” fornecia justificativa para um aumento do controle da sociedade e para um aprimoramento dos mecanismos de repressão do governo. Segundo a autora:

A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de dez de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal, e num modelo antiliberal de organização da sociedade (PANDOLFI, 1999, p. 10).

A onda de questionamento do modelo liberal clássico de organização da sociedade fez com que novas experiências no sentido de concepções totalitárias, nacionalistas, autoritárias, estatizantes e corporativistas ocorressem na Europa como, por exemplo, Hitler na

¹¹ O fato de muitas das matérias locais e compradas de O Paladino e O Taquaryense serem anônimas pode significar um subterfúgio da direção dos jornais ou mesmo das agências que enviavam os informes a fim de isentar-se da autoria ou mesmo de reproduzir a matéria como uma verdade inquestionável, sem necessidade de referência.

¹² “O Commandamento” O TAQUARYENSE, 20.11.1937, ano LI, n. 2587, p.2, MC.

Alemanha, Mussolini na Itália e Salazar em Portugal. A implantação do Estado Novo no Brasil deu ao presidente poderes excepcionais. “As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos” (PANDOLFI, 1999, p.10). De acordo com Dutra (1997, p. 40), o discurso nacionalista e autoritário construído a partir do governo Vargas deu vazão, portanto, ao anticomunismo. “O inimigo é, pois, o comunista a serviço de uma ideologia ‘de fora’, o credo russo, é o invasor que rouba com violência (rapina) e tudo destrói (vândalo). Por isso mesmo é expressão do mal e do ódio.” Considerado um elemento desagregador da sociedade, contrário à moral e aos bons costumes, o anticomunismo serviu como pressuposto para a execução de uma política autoritária por parte do governo.

Em contrapartida à ameaça comunista, estava o discurso enaltecido da identidade nacional brasileira forjado pelas agências jornalísticas articuladas ao governo. Em O Taquaryense e O Paladino, a exaltação ao patriotismo está presente, por exemplo, nas notas informativas sobre a comemoração ao Dia da Bandeira, que ocorre em novembro. Enquanto que O Paladino apresenta a “Oração da Bandeira”¹³, O Taquaryense noticia o evento que a prefeitura organizou na Praça central da cidade em homenagem ao que chama de “glorioso símbolo da pátria”. A nota informa que participaram do evento estudantes e professores, além de F. Mathias Bittencourt, um integralista local. Começamos a reparar, desde o início desta análise, algumas diferenças na divulgação das comemorações feitas por Estrela e Taquari, visto que, conforme a versão anunciada pelos jornais, a comoção em torno da data foi muito maior neste município do que em Estrela, pois O Paladino não menciona qualquer evento comemorativo local. A nota anônima expedida pelo Taquaryense faz ainda questão de demonstrar a adesão e seu cumprimento com o dever ao Estado nacional: “A nossa cidade correspondeu assim, com o maior entusiasmo aos desejos dos srs. presidente da República e general Interventor Federal para que todos os brasileiros prestassem naquele dia o seu culto de amor e veneração a nossa gloriosa bandeira”¹⁴.

A exaltação à figura de Vargas aparece em O Paladino por meio de um longo artigo da Agência Nacional intitulado “Aspectos da personalidade do presidente Getúlio Vargas”¹⁵. Além de traçar um histórico sobre a carreira política do presidente, o texto qualifica o governante como alguém desprovido de inimigos e o considera a figura mais notória do

¹³ “Oração à bandeira” (O PALADINO, 20.11.37, ano 16, n. 793, p.3, ML).

¹⁴ “As comemorações do Dia da Bandeira” (O TAQUARYENSE, 20.11.1937, ano LI, n. 2587, p. 2, ML).

¹⁵ “Aspectos da personalidade do presidente Getúlio Vargas” (O PALADINO, 20.11.37, ano 16, n. 793, p. 1, MC).

período republicano brasileiro. No mês de dezembro, O Paladino exhibe outro texto de exaltação intitulado “O Estado Novo e o chefe nacional”¹⁶, escrito pelo jornalista Caetano Rossi Berlese¹⁷, que chega a descrever Vargas como um “imortal chefe nacional”, e acrescenta dizendo que se trata de um homem “Ponderado e refletido, culto, tolerante, magnanimo e honrado. Homem cuja mentalidade multiforme exprime todas as facetas do caráter do povo brasileiro”. Quando se refere à questão da nacionalidade, o texto exprime que “Somos, em realidade, um grande povo, uma grande raça, um país de tradições, e acima de tudo uma alma de indole formada”. Nas edições que seguem até o natal de 1937, tanto O Paladino quanto O Taquaryense exibem textos que elogiam o presidente pessoal e profissionalmente como é o caso da nota que anuncia, nos dois semanários, a publicação de um livro que traça o perfil de Vargas. Segundo o texto, “A publicação [...] é das mais interessantes e úteis a quantos se interessam pelos destinos da Pátria”¹⁸. Em virtude de ter sido publicada nos dois semanários, esta se trata de uma matéria comprada, no entanto, ela não possui autoria, nem mesmo divulga a agência da qual é proveniente.

A associação do golpe dado em 10 de novembro ao comunismo explica a quantidade significativa de artigos sobre anticomunismo que são anunciados entre novembro e dezembro de 1937 dos dois periódicos. Para citar alguns exemplos destes textos que aparecem em todas as edições de novembro e dezembro daquele ano, em O Taquaryense o comunismo é descrito, em matéria anônima, como uma enfermidade, como uma ideia que deve ser combatida por meio de outra ideia, através da reeducação do povo por uma “doutrinação sistematizada”. Marx é descrito como um homem que não quer estabelecer justiça, mas sim a destruição da sociedade e civilização cristã, valendo-se das desigualdades sociais¹⁹. Observa-se também o forte cunho religioso que aparece nestes textos, que veem os comunistas como inimigos do cristianismo. Nesse sentido, fazemos referência aos estudos de Capelato (1998), que abordam o uso simbologia do catolicismo na propagando do governo Vargas. Essa simbologia foi integrada ao discurso estadonovista por se identificar com a ideia de uma sociedade organizada pelo alto e dirigida por uma autoridade capaz de manter a ordem e hierarquia social.

¹⁶ “O Estado Novo e o Chefe Nacional” (O PALADINO, 11.12.1937, ano 17, n. 796, p. 1, MC).

¹⁷ Caetano Rossi Berlesse era jornalista e também escrevia para o jornal “O Momento”, de Caxias do Sul.

¹⁸ “O Perfil do Presidente da República” (O PALADINO, 25.12.37, ano 16, n. 797, p. 1, MC / O Taquaryense, 25.12.37, ano LI, n. 2595, p.1, MC).

¹⁹ “Porquê e como combater o comunismo?” (O TAQUARYENSE, 06.11.1937, ano LI, n. 2585, p. 1, MC).

Podemos visualizar esta associação também em outro artigo anônimo da edição de novembro de O Taquaryense, que assinala que Deus, pátria, sentimentos de família e respeito à autoridade são valores renegados pelo comunismo – algo tomado como irracional para o autor do texto, porque reduz ao homem apenas o direito de viver e procriar. Assim, o texto prossegue afirmando que “O comunismo é um meio de que se servem os judeus para destruir a sociedade cristã e implantar no mundo o reino de Israel”²⁰. A obra comunista é descrita como verdadeiramente demagógica e demolidora. A maioria destes textos que aparecem em O Taquaryense é assinada pelo integralista local, F. Mathias de Bittencourt²¹. No caso do Paladino, estes textos são colaboração da Agência Nacional e do Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda. Em relação à propaganda anticomunista e à dissociação entre comunismo e cristianismo nos textos divulgados pelos jornais, Dutra (1997, p. 69) acrescenta que:

A afirmação da superioridade do poder dos segmentos anticomunistas implicou na preservação dos valores da tradição, da propriedade, da ordem, da moral e consequentemente na sua associação com o bem, ao tempo em que os representantes do poder são associados aos ‘bons’.

As últimas edições dos semanários referentes ao ano de 1937 noticiam a dissolução dos partidos políticos por Getúlio Vargas²². Observamos aí, uma diferença na maneira como cada semanário publica esta informação. Enquanto que O Taquaryense se reporta à notícia com uma pequena nota anônima onde afirma que “O acto de s. ex. foi cumprido sem a menor discordância em todo o paiz [...]”²³, O Paladino traz a íntegra do decreto-lei a respeito da dissolução de todos os partidos políticos brasileiros²⁴, sem nenhum juízo de valor ou informação a mais, apenas exibindo o decreto e através de matéria anônima. Lembramos ainda, para fechar a análise referente aos últimos dois meses de 1937, que outra diferença marcante nos dois semanários se dava quanto ao idioma: O Taquaryense é escrito em

²⁰ “Porquê e como combater o comunismo?” O TAQUARYENSE, 13.11.1937, ano LI, n. 2586, p. 1, MC.

²¹ Observamos que Bittencourt não pertencia ao grupo teuto-brasileiro, o que vai ao encontro da ideia de Helgio Trindade (1974), segundo o qual o Integralismo teve o topo de suas estruturas administrativas ocupado especialmente por descendentes de luso-brasileiros, mas conseguiu apoio, nas bases, de descendentes de alemães.

²² Os partidos políticos brasileiros foram dissolvidos pelo presidente Vargas através do Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 dez. 2013.

²³ “Foram dissolvidos os partidos políticos” O TAQUARYENSE, 11.12.1937, ano LI, n. 2590, p. 2, ML.

²⁴ “Dissolvidos, por decreto do presidente da Republica, todos os partidos políticos” O PALADINO, 11.12.1937, ano 17, n. 796, p. 1, ML.

português na íntegra, enquanto que em O Paladino anúncios e notícias em língua portuguesa com tradução para o alemão são recorrentes nas edições do ano inteiro, assim como também são encontradas notas exclusivas no idioma alemão. Tratam-se, portanto de anúncios de médicos; de festas de Kerb's (tradicionalis festas alemãs); de encontros e festas da “Turn Verein Estrella”, atual Sociedade Ginástica Estrela (SOGES); informações sobre itinerários de linhas de ônibus entre Estrela e outras cidades e anúncios fúnebres, como demonstrado na Figura 7.

Figura 7 - Comunicado nos idiomas alemão e português em O Paladino



Fonte: O PALADINO, natal de 1937, p. 11, ano17, n. 797 ML.

Desde seu primeiro número, O Paladino continha anúncios e traduções de notícias para o idioma alemão. Veremos como este costume se alterou no ano seguinte.

2.2 O Início da Campanha de Nacionalização: 1938

A análise das edições de 1938 de O Paladino e O Taquaryense deixa nítido o fato de que este foi o ano de início da Campanha de Nacionalização do governo Vargas, pois observamos uma mudança significativa no conteúdo do primeiro e acontecimentos noticiados em O Taquaryense que demonstram o alinhamento administrativo do município de Taquari

com as ações desenvolvidas nos âmbitos federal e estadual em relação à nacionalização forçada da população.

Em seus primeiros meses de 1938, O Paladino divulga suas habituais notícias e anúncios escritos em língua alemã, no entanto, os textos de enaltecimento ao regime ocupam uma proporção espacial cada vez maior no semanário. Este é o caso dos textos “Oração à bandeira”²⁵, do mês de janeiro; “Uma só bandeira para toda a Patria”²⁶, de fevereiro; “Um perfil do Presidente Getúlio Vargas”²⁷, do mês de março; e “Interessante apreciação sobre o Presidente Getúlio Vargas numa Revista Chilena”²⁸, de abril, sendo todos estes artigos comprados pelo semanário, os três primeiros sem menção de autoria e o último divulgado pela Agência nacional. A preocupação dos professores estrelenses com a nacionalização de seus alunos, que até então tinham aula nos idiomas alemão e português, aparece noticiada em matéria local de O Paladino em 26 de fevereiro. O texto anônimo “Reunião de professores em Corvo”²⁹ traz o seguinte excerto: “O Revmo. P. Affonso Schmidt, concitou ao professorado a dar a maxima atenção ao vernaculo, para que o merito já publico e notorio das nossas escolas particulares mais e mais cresça, contribuindo tambem para segura e completa nacionalisação dos nossos centros rurais”.

Em O Taquaryense, os primeiros meses do ano de 1938, são igualmente compostos de matérias que enaltecem o Estado Novo e exaltam o golpe de 1937 como uma “revolução branca”, da U.J.B.: “A ‘revolução branca’ de 10 de novembro, que vale por todas as revoluções que se já fizeram no paiz, acha-se actualmente empenhada no reajustamento moral e social da nacionalidade”³⁰. O nacionalismo é descrito como uma política de governo bem sucedida em outros países, como é o caso do artigo da O.P.I., que cita o exemplo da Alemanha – tão criticada posteriormente, no período da Segunda Guerra: “O exemplo da politica nacionalista é bom. Vejamos, no commentario de hoje, o que tem lucrado a nova Allemanha, orientada politicamente pelo nacionalismo triumphante”³¹.

²⁵ “Oração à Bandeira” (O PALADINO, ano 17, n.797, p.3, 1º jan. 1938, MC).

²⁶ “Uma só bandeira para toda a Patria” (O PALADINO, ano 17, n. 804, p.1, 19 fev. 1938, MC).

²⁷ “Um perfil do Presidente Getúlio Vargas – as características pessoais do Chefe da Nação Brasileira analisadas num jornal de Milão” (O PALADINO, ano 17, n. 807, p.1, 12 mar. 1938, MC)

²⁸ “Interessante apreciação sobre o Presidente Getúlio Vargas numa Revista Chilena” comunicado da Agência Nacional (O PALADINO, ano 17, n. 810, p.1, 2 abr. 1938, MC).

²⁹ “Reunião de Professores em Corvo” (O Paladino, ano 17, n. 805, p.2, 26 fev.1938, ML).

³⁰ “Ujotabê-jornal” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2593, p. 2, 1º jan. 1938, MC).

³¹ “Vamos Trabalhar” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2596, p. 2, 22 jan. 1938, MC).

O nacionalismo idealizado pelo Estado Novo traz como suas iniciais consequências ações que vetam qualquer instituição que vá de encontro com esta proposta. Neste sentido, uma das primeiras ações voltada à nacionalização no estado realizou-se a partir de uma portaria baixada pela Chefia da Polícia estadual, que determinava o fechamento das sociedades estrangeiras que estivessem ligadas a partidos políticos. O fato foi noticiado por O Taquaryense e o texto da matéria anônima denota a falta de associações imigrantes existente em Taquari mas, ao mesmo tempo, uma preocupação das autoridades locais com a possibilidade de haver alguma irregularidade nas instituições do município:

[...] Apesar de não existir neste municipio nenhuma sociedade estrangeira, a Delegacia de Polícia, de posse da circular referida, providenciou para que algumas sociedades existentes neste municipio e que possuem estatutos, não escriptos em vernaculo, apresentem os mesmos no mais curto prazo possivel, afim de serem examinados ³².

Os acontecimentos anunciados pelos dois semanários no mês de abril, no entanto, nos permite considerar este mês como um divisor de águas na administração política de Taquari e no modo como as notícias passam a ser divulgadas em O Paladino. Os acontecimentos ocorridos a partir de então possibilitam a compreensão sobre as diferenças produzidas pelas ações da Campanha de Nacionalização na microrregião marcada pela imigração alemã do Vale – o Alto Taquari – e no município sede do Vale – Taquari, segundo o que encontramos nos semanários. Enfatizamos novamente que, por serem produzidos por um determinado grupo, os jornais apresentam uma representação da realidade de acordo com os interesses daqueles que os dirigiam.

Em O Paladino, a edição do dia 30 de abril é a última em que aparece, entre os colaboradores do jornal, o apoio do Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro (SEIE), ou seja, essa pode ser considerada como uma primeira intervenção sofrida pelo semanário. É aqui que se enquadra a ideia de René Gertz (1991, p. 65) de que o Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938³³ teria iniciado a repressão aos teuto-brasileiros. O último aparecimento da

³² “Fechamento das sociedades estrangeiras ligadas a partidos políticos” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2601, p. 2, 26 fev. 1938, ML).

³³ Entre as proibições aos estrangeiros que estivessem em território nacional, o decreto-lei 383 os vedava de “[...] manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.” (Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938, Art. 2º, § 5). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 maio 2013.

colaboração do SEIE no jornal ocorreu na segunda edição publicada do semanário após o decreto.

No que tange à incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional, Seyferth (1999, p. 199) aponta para a ideia de que “a necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas³⁴ ou estrangeiros [...], tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30”. De acordo com Gertz (1991), a repressão aos teuto-brasileiros, que foi iniciada a partir do Decreto-Lei de abril de 1938 e intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados, em 1942, após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, traduzia-se através da intervenção do Estado em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa estrangeira e inclusive reprimindo o uso cotidiano da língua e proibindo reuniões de grupos. A nacionalização estava representada no Rio Grande do Sul através das “pessoas de J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia” (GERTZ, 1991, p. 65).

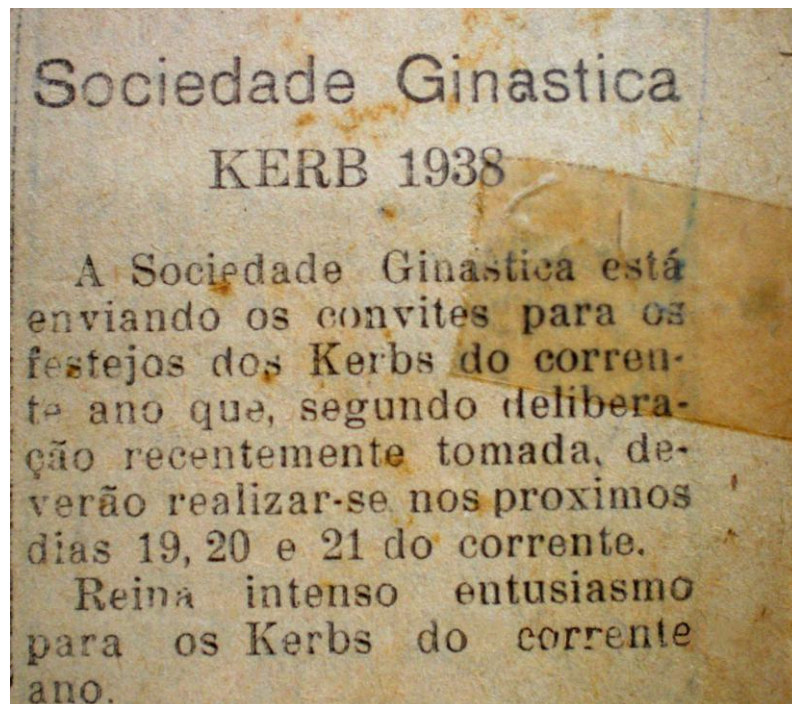
Observando as memórias do interventor federal Cordeiro de Farias (entre 1938 e 1943), Gertz escreve que este estava convencido de que:

[...] “o perfil do sul do continente seria outro se a Alemanha tivesse vencido a guerra em 1939. Hitler teria realizado seu velho sonho de domínio do mundo, formando aqui sua Alemanha, na região mais rica e mais povoada de alemães. Essa base cultural e étnica comum favorecia o separatismo do sul do Brasil”. E mais adiante o interventor destaca que iniciou sua guerra contra os tentáculos nazistas muito antes que as operações militares tivessem iniciado na Europa (GERTZ, 1991, p. 63).

A mudança ocorrida em O Paladino após o decreto-lei 383, de abril de 1938, também fez com que os anúncios e notícias que eram normalmente escritos em idioma alemão deixassem de circular. A partir de maio, tudo que é veiculado no jornal está escrito em português, inclusive as festividades da Turn Verein Estrella e dos tradicionais bailes de Kerb`s, como visualizamos na Figura 8, a seguir. Os artigos escritos para o jornal, em sua maioria, não falam de outro assunto que não as qualidades do Estado Novo.

³⁴ Alienígena era uma das formas como o imigrante e descendente era identificado pelos decretos-lei do Estado Novo. Sobre o emprego da categoria “alienígena” na legislação brasileira, ver Seyferth (1997).

Figura 8 - Anúncio de baile de Kerb em português



Fonte: O PALADINO, 4 jun. 1938, p. 3, ML

Às alterações pelas quais passa O Paladino a partir de abril de 1938, sobrepomos os fatos noticiados em O Taquaryense neste mesmo período. Abril é o mês no qual assume, em Taquari, o novo prefeito nomeado pelo Interventor Federal Osvaldo Cordeiro de Farias: Nestor Azambuja Guimarães. Através das matérias publicadas no semanário, podemos observar não apenas o alinhamento do edil à política estadonovista, como também as boas relações que passam a ser estabelecidas entre este o redator de O Taquaryense, Hélio Saraiva (neto de Albertino Saraiva – fundador do jornal).

Em artigo referente à posse de Guimarães à prefeitura, por exemplo, Saraiva exalta a figura do novo prefeito que, segundo o texto, contribuiu para o momento histórico em que se encontra o Brasil: “Um moço prenhe de virtudes, filho desta tradicional terra [...] contribuindo, dest’arte, com um apreciavel contingente de varões ilustres para o engrandecimento desta grande Patria, que ora passa pela mais radical e promissora das transformações”³⁵. Saraiva demonstra sua preferência ao novo prefeito em detrimento do político anterior pois, ao acentuar as qualidades de Guimarães, desqualifica o antigo prefeito. Ao novo prefeito Saraiva destacada a modéstia, “[...] porém uma modestia pura, espontanea e

³⁵ “Taquary e o seu novo prefeito” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2609, p. 2, 28 abr. 1938, ML).

natural, como a agua crystalina que brota dos grandes mananciaes. Despida totalmente daquella theatralidade que tão bem caracteriza a falsa modestia, aliáz, bastante nossa conhecida”. O elogio à Guimarães chega a parecer apelativo no final do artigo: “A sua presença, à frente do Governo Municipal, constitue a maior dadiva que o Interventor Federal poderia fazer a esta gleba, equivalendo como quem offerece a um povo o ensejo de uma nova phase de resurgimento”.

A ideia de que Guimarães poderia oferecer uma “nova fase de ressurgimento” aos cidadãos taquarienses conjuga-se com a noção de renovação nacional expressa pelos ideólogos do Estado Novo. Atento à política de nacionalização do ensino, no primeiro mês após a posse, Guimarães ocupa-se da necessidade de averiguar a situação do ensino em Taquari, ao qual comprova, segundo matéria anônima publicada em O Taquaryense:

[...] a necessidade de ser construido um novo predio para o funcionamento do grupo, pois o edificio actual já não comporta o grande numero de alumnos que procuram aquelle estabelecimento escolar, principalmente este anno, com o decreto tornado obrigatorio o ensino e a nacionalisação do mesmo³⁶.

O empenho pela nacionalização passa a ser, portanto, a partir de abril, pauta indispensável na política da prefeitura taquariense e no jornal do município. Inclusive, um fato ocorrido em junho de 1938 é adicionado neste sentido:

Por indicação do dr. prefeito municipal, foi nomeado correspondente da Polícia Civil do Distrito Federal, deste municipio, o nosso companheiro de redacção **Helio Saraiva**. O trabalho principal do correspondente da Polícia Civil do Distrito Federal será o de promover propaganda do Estado Novo, neste municipio, distribuindo livros e cartazes allusivos ao Novo Regime³⁷ (grifo nosso).

Hélio Saraiva, redator de O Taquaryense, passa a ser correspondente da Polícia Civil em Taquari, sendo sua função principal a de “promover propaganda” do Estado Novo. Este fato é demonstrativo da ideia de que o jornal esteve articulado ao poder político municipal e, por isso, suas práticas editoriais reforçavam os ideais estadonovistas. Em uma sociedade na qual o jornal é o principal meio de comunicação e em que o rádio ainda é um produto pouco difundido, podemos afirmar que tanto O Taquaryense, quanto O Paladino foram importantes instrumentos de representação social do período que analisamos.

³⁶ “Visita do Prefeito a Bom Retiro – as homenagens prestadas a s.s. pela sua laboriosa população” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2611, p. 2, 14 maio 1938, ML).

³⁷ “Polícia Civil do Distrito Federal” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2614, p. 2, 4 jun. 1938, ML).

O 10 de novembro ocupa três longos artigos enviados pelo Serviço de Divulgação da Polícia do Rio em edições de abril e maio de O Paladino com títulos como: “10 de Novembro e o estrangeiro no Brasil”³⁸, “10 de Novembro e o poder de polícia”³⁹, e 10 de Novembro e os direitos individuais”⁴⁰. No primeiro deles observamos um trecho que discorre sobre a assimilação do estrangeiro à nação brasileira: “O Estado Novo que deseja construir a nação, pela base, - encara a assimilação do estrangeiro que abita o país, como o problema fundamental do seu povoamento [...] o Estado Novo não tem preconceito de raças, não cultiva preferências étnicas [...] Mas, também, o Estado Novo coloca acima de tudo, a felicidade do cidadão brasileiro. Antes de pensar nos homens de outras bandeiras, e de outros climas e de outras terras, - o Estado Novo pensa no homem do Brasil.” E continua afirmando: “Se os filhos de outros países, contrariarem esse propósito, prejudicarem essa suprema finalidade – serão inimigos do Estado Novo”. De maneira tácita, o artigo deixa clara a posição do governo em relação aos estrangeiros.

Além dos artigos provenientes da U.J.B., da U.B.I., da Agência Nacional e do Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, outra maneira de inculcar o espírito nacional na população era a distribuição do retrato do “Chefe da Nação” nas prefeituras municipais do Brasil. Em Estrela, O Paladino informa que a inauguração do retrato de Vargas ocorreu no mês de julho de 1938 e contou com “grande número de pessoas”⁴¹, em Taquari, o semanário noticia o recebimento do retrato pela prefeitura e prevê que em sua inauguração “[...] comparecerá a população local, que levará [...] a sua solidariedade ao Presidente da República, e a sua admiração ao conterrâneo illustre, que dirige os destinos do Paiz, conduzindo-o com mão habil e patriótica para um futuro proximo, de grandes realizações”⁴². Em ambos semanários, as matérias não mencionam a autoria.

O contexto internacional europeu da corrida armamentista e a preocupação com uma possível infiltração estrangeira no Brasil são descritos em texto proveniente da U.J.B. em agosto em O Taquaryense. O clima de tensão presente no artigo intitulado “Contra a invasão estrangeira”⁴³ soa à conspiração. Discorrendo sobre a busca dos países europeus por matéria

³⁸ “10 de Novembro e o estrangeiro no Brasil” (O PALADINO, ano 17, n. 814, p.1, 30 abr. 1938, MC).

³⁹ “10 de Novembro e o poder de polícia” (O PALADINO, ano 17, n. 814, p.1, 30 abr. 1938, MC).

⁴⁰ “10 de Novembro e os direitos individuais” (O PALADINO, ano 17, n. 815, p.1, 7 maio 1938, MC).

⁴¹ “Inauguração de um retrato do Chefe da Nação” (O PALADINO, ano 17, n. 815, p.3, 7 maio 1938, ML).

⁴² “A inauguração do retrato do Presidente da República” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2606, p. 2, 2 abr. 1938, ML).

⁴³ “Contra a invasão estrangeira” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2623, p. 1, 6 ago. 1938, MC).

prima advinda da América, o autor, Silveira Peixoto, escreve que é preciso ter cuidado com “os olhares cobiçosos de certas ditaduras europeias” no Brasil. Peixoto comenta a necessidade de os brasileiros terem cuidado com núcleos de infiltração estrangeira que:

[...] Installaram, aqui, escolas onde o ensino do nosso idioma era relegado a plano secundario. Fundaram-se filiaes de partidos estrangeiros. Tudo para systematizar e desenvolver actividades nefastas à Nacionalidade. Tudo para tentar a desnacionalisação do Brasil, o enfraquecimento da vida nacional. Tudo para fazer que aqui se creassem kistos raciaes, prejudiciaes à nossa terra.

Observamos, a partir deste artigo, a disseminação da ideia de “perigo” que uma invasão estrangeira poderia causar à sociedade brasileira e, com isso, a construção do medo ao estrangeiro que começava a ser anunciado pela imprensa. Analisando jornais catarinenses do período da Segunda Guerra Mundial, Marlene de Fáveri conjuga desta ideia, ao afirmar que:

A imprensa teve participação inquestionável em provocar o clima de suspeição, espalhar rumores e provocar o medo. Os jornais que circulavam em Santa Catarina na época da guerra estavam conectados a outros, nacionais e internacionais, reproduzindo, por vezes modificando, notícias ‘escolhidas’, dependendo de que imagem queriam formar (FÁVERI, 2005, p. 47).

Tanto O Paladino, quanto O Taquaryense serviram como instrumento de divulgação do regime estadonovista. Os artigos que enalteciam a ditadura Vargas e os textos provenientes de agências de propaganda articuladas ao governo deixam qualquer leitor contemporâneo impressionado com a capacidade que estes textos tinham em representar Vargas como um herói nacional e o Estado Novo como um regime fascinante. Numa sociedade que tem no jornal sua principal fonte de informação, como afirmamos acima, seu conteúdo carrega importantes elementos que influem na construção das representações sociais do período histórico analisado.

A Semana da Pátria, que recebera significativa atenção de O Taquaryense e O Paladino em 1937, recebe, no ano de 1938, uma edição especial para esta ocasião no segundo semanário. Traduzido em uma miniedição, o dia 29 de agosto é inteiramente dedicado à programação patriótica de setembro, que ainda conta com a letra do hino nacional, o rol de finalidades patrióticas da Liga de Defesa Nacional, além de apelos à população para participar das comemorações, demonstrando que isso é um dever cívico do brasileiro, e um dever de gratidão do estrangeiro⁴⁴. O Taquaryense também demonstra as festividades da Semana da Pátria em suas matérias de setembro, incluindo em sua programação o hasteamento e

⁴⁴ Miniedição especial para a divulgação da semana da pátria. (O PALADINO, ano 17, 29 ago. 1938)

juramento à bandeira, desfile cívico e exercícios físicos praticados pelos alunos das escolas locais.

Além das grandiosas festividades em torno da semana da pátria, o mês de setembro contou com outro acontecimento bastante interessante: a visita, ao Vale do Taquari, do Secretário da Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza. O Paladino dedica grande espaço do jornal ao itinerário do Secretário em Estrela, que visitou o hospital do município e foi recepcionado por alunos de escolas e escoteiros que, devido ao mal tempo, não puderam fazer as demonstrações de educação física a Coelho de Souza⁴⁵. Em O Taquaryense, a visita do Secretário é noticiada através da publicação do itinerário percorrido pelo mesmo na região e ainda da participação de Coelho de Souza na inauguração do prédio de uma nova escola, ao qual o Secretário de Educação comenta que: “[...] o acto que ali se commemorava era o da inauguração de um templo dedicado à religião da Patria, onde se formariam os homens do futuro, aquelles que conduziriam o Brasil para os seus altos destinos”⁴⁶. Ambas as matérias não são assinadas.

As edições dos meses finais do ano de 1938 seguem divulgando textos de exaltação patriótica nos dois semanários, principalmente no que se refere à legislação, que traz diversas proibições aos estrangeiros. Em um comunicado da Agência Nacional para O Paladino e O Taquaryense chamado “Legítima Defesa”, o texto justifica as ações do governo através de semelhantes atitudes de outros chefes nacionais, neste caso, a Suíça:

O regime que a Constituição de novembro institui, inspirou-se no mais sadio nacionalismo. Desse modo só os mais observadores poderiam extranhar a conduta do governo em relação aos partidos estrangeiros [...] O Conselho Federal da Suíssa, informa despacho telegrafico, banuiu o uso dos emblemas dos partidos nacionais e estrangeiros [...] para evitar os movimentos nazistas ou semelhantes.⁴⁷

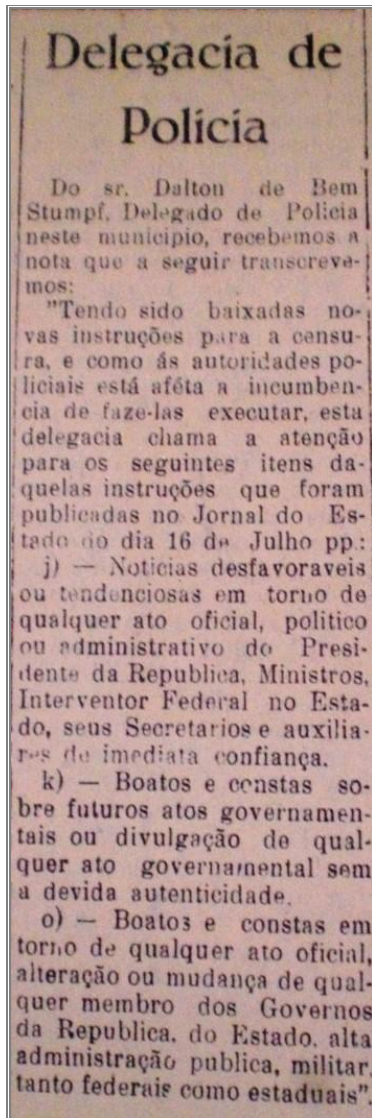
Quanto às ações nacionalizadoras que atingem diretamente os imigrantes alemães e seus descendentes no Alto Taquari, temos, conforme Figuras 9 e 10, notas da Delegacia de Polícia de Estrela, do dia 30 de julho, que fixa normas para censura àqueles que contrariarem o regime; e do dia 10 de dezembro, anunciando a proibição, a partir desta data, de anúncios, cartazes e convites para festas que não fossem em “Língua Nacional”.

⁴⁵ “A visita do Dr. Coelho de Souza” (O PALADINO, ano 17, n. 835, p. 3, 24 set. 1938, ML).

⁴⁶ “As homenagens prestadas a S. Exa. – A inauguração do novo edifício do Collegio Elementar” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2630, p. 2, 24 set. 1938, ML).

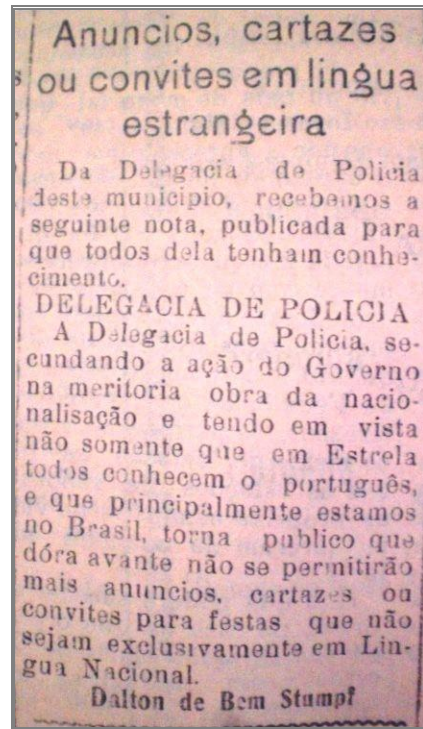
⁴⁷ “Legítima Defeza” (O PALADINO, ano 18, n. 846, p.1, 10 dez. 1938, MC e O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2640, p.1, 8 dez. 1938, MC).

Figura 9 - Delegacia de Polícia de Estrela



Fonte: O PALADINO, p. 2, 30 jul. 1938, ML

Figura 10 – “Anuncios, cartazes ou convites em lingua estrangeira”



Fonte: O PALADINO, p. 2, 10 dez. 1938, ML

Em O Taquaryense, o comunicado que atinge mais diretamente a população trata-se do informe que anuncia a nacionalização do clero brasileiro. O tom da matéria anônima divulgada em Taquari trata a notícia como algo positivo:

Isso significa que vae ser vedado aos representantes de todas as igrejas existentes no paiz, de fazerem as suas pregações em lingua estrangeira, como acontece actualmente. Essa notícia causou viva satisfação em todo o paiz, por isso que virá concorrer para a nacionalização do Brasil¹.

¹ “Vae ser nacionalizado o clero do Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2639, p. 2, 26 nov. 1938).

Finalizando o ano de 1938, a edição de Natal de *O Paladino* traz, na íntegra, o decreto de Reforma da Lei de Nacionalização², assinado pelo interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, que envolve modificações importantes no âmbito da educação, como a proibição de subvenção de governo estrangeiro, de diretores estrangeiros e professores que não falassem o idioma português nas escolas, bem como a exclusividade do ensino em língua vernácula, o cumprimento rigoroso das determinações de caráter civil emanadas da Secretaria da Educação e Saúde Pública nas escolas, além de sua fiscalização³. Observamos que o Decreto Estadual incidiu fortemente na regulação das instituições de ensino do Rio Grande do Sul.

A exclusividade do vernáculo em sala de aula, que passa a ser lei a partir do final de 1938, trouxe sérias consequências aos teuto-brasileiros que não tinham conhecimento da língua portuguesa, como observaremos no capítulo que trata das memórias da Campanha de Nacionalização. Em um Livro de Relação de Aulas de Arroio do Meio, correspondente ao ano de 1938, e disponível no museu do município, podemos observar o registro de tal intervenção. A Figura 11, na página a seguir, demonstra, entre as informações presentes no livro (como os vencimentos pagos pelo município para cada escola e o sexo dos alunos) um espaço destinado às “observações”. É neste espaço que, em letra cursiva e à caneta vermelha, está escrito: “Estrangeiro, não fala o vernáculo”.

² Decreto nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104104/Revista%20do%20Ensino%201940%20Abri1%20-%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

³ “A reforma da Lei de Nacionalização” (*O PALADINO*, ano 18, p. 6, Edição de Natal, 1938).

Figura 11 - Estrangeiro, não fala o vernáculo

3
Taquari
95

Vencimentos pagos pelo Município	Denominação da escola	Alunos			Observações
		Nº.	F.	Total	
25 000	Particular submencionada	13	6	19	Deixou em Junho de 1938 a frequência de 25 p. 400.000
✓ 25 000	Particular submencionada	13	7	20	
✓ 25 000	"	9	9	18	Estrangeiro - não fala o vernáculo
✓ 150 000	Col. S. Miguel	25	84	109	
✓ 35 000	J. de Loureiro				
50 000	Escola S. José	25		25	
✓ 70 000	Particular	6	5	11	
- 35 000	"	19	22	41	
50 000	"	43	27	70	
50 000	"			25	
50 000					
40 000					

Fonte: Livro de Relação de Aulas, p. 3, 1938, Casa do Museu, Arroio do Meio.

O livro de aulas de Arroio do Meio é um dos documentos que demonstra, juntamente com os Termos de Inspeção que veremos adiante, a intervenção e o controle rigoroso realizado pelas autoridades fiscalizadoras da Campanha de Nacionalização nas instituições de ensino do Alto Taquari.

2.3 As Ações da Campanha se Aproximam do Cotidiano dos Teuto-brasileiros: 1939

O aumento da repressão aos teuto-brasileiros, que verificamos a partir de abril de 1938, e foi se intensificando ao longo deste ano, teve continuidade durante 1939, quando as ações do governo passaram a influenciar mais diretamente sobre o cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes no Vale do Taquari. As práticas nacionalistas impostas pela

ditadura estadonovista, que contavam com propaganda política de caráter autoritário, veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural se acentuaram com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. Através do Departamento, foram produzidos livros, revistas, folhetos e cartazes, além de programas de rádio, radionovelas e documentários cinematográficos que tinham como intenção enaltecer a pátria brasileira, suas belezas naturais e seu povo trabalhador. Nas escolas, materiais didáticos, como o livreto “O Brasil é Bom” e o livro “Getúlio Vargas para crianças”, traziam explicações sobre o novo regime político e mostrava as suas qualidades, como analisado por Capelato (1998, p. 158-161). Nesse momento, segundo Oliven (1986, p. 51-52), “as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no Brasil devido à miscigenação racial cedem lugar a posições como as de Gilberto Freyre que frisam a ideia de que no Brasil haveria uma democracia racial”.

A construção da noção de uma “democracia racial brasileira” fez parte dos artigos publicados nos semanários que analisamos. Nos periódicos de 1939, por exemplo, temos em O Paladino textos como “O dever de patriotismo”⁴, divulgado pela Associação Rio Grandense de Imprensa, em janeiro, e “Adiante Brasil!”⁵, da U.J.B., relativo ao mês de fevereiro. O primeiro demonstra que cultivar o sentimento patriótico, paralelamente com o sentimento afetivo, é um dever do brasileiro e, quanto ao estrangeiro, este deveria “[...] respeitar as leis e acatá-las, sem obrigação formal e explícita de viver contra a sua vontade, num país, que não lhe merece respeito e consideração. E em que a despeito disso, não o abandona”. O segundo texto, traz a ideia de que o novo regime trouxe o progresso para a nação:

Enquanto, à nossa volta, o mundo se debate grotesca e tragicamente dentro de um pezadelo de inquietudes e problemas fatais, nosso povo trabalha, constrói aceleradamente sua civilização original e vive na tranquilidade que lhe asseguram as normas de uma construtora política que garante seu trabalho e sua continuidade progressiva.

Como a educação é parte integrante na construção da nacionalidade, foi neste período que foram criadas as Delegacias Regionais de Ensino no Rio Grande do Sul, pelo Interventor Cordeiro de Farias, com a finalidade de organizar a fiscalização escolar. Em nota anônima divulgada em O Taquaryense, o município de Taquari foi designado sede da 3ª região, que englobava Taquari, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Guaporé,

⁴ “O dever de patriotismo” (O PALADINO, ano 18, n. 851, p.2, 21 jan. 1939, MC).

⁵ “Adiante Brasil!” (O PALADINO, ano 18, n. 854, p.1, 11 fev. 1939, MC).

Margem, Triunfo e São Jerônimo⁶. A atuação do prefeito taquariense é destacada neste sentido pois, ao solicitar ao Secretário de Educação e Saúde Pública a criação de um Grupo Escolar e mais aulas no interior do município em virtude da “[...] nacionalização do ensino entre numerosa população escolar, que pouco conhece o vernáculo”⁷ e ainda designar novas diretoras, Guimarães recebe um fonograma de Coelho de Souza o elogiando: “Corpo Docente Collegio Taquary é o mais homogeneo e brilhante encontrei”. Em resposta, Guimarães agradece a nomeação das diretoras que “servirão motivo incentivar o culto instrucción esta terra e cooperar ainda mais com V. Excia, o reorganizador extraordinario da instrucción publica rio grandense”⁸. As três matérias não contêm registro de autoria.

Em Lajeado, o Colégio Sant’Ana (atual Colégio Madre Bárbara) passou a ser inspecionado pela professora Diná Piva, nomeada como “fiscal de aulas”. De acordo com Schierholt (1997, p. 40), “[...] Diná Piva tinha a atribuição policiaesca de verificar se no Colégio se ensinava a língua vernácula conforme os ditames governamentais. Cobia-lhe também policiar se alguma professora, pai, aluna ou empregada doméstica falava em alemão.” No Livro de Crônica do Colégio Sant’Ana, Schierholt transcreve a passagem que alude a repressão sofrida no colégio diante das atitudes tomadas pela fiscal:

[...] uma verdadeira opressão, usando arbitrariamente seu poder até o ponto de penetrar nos domínios onde, entre outras coisas, percebeu fronhas com letreiros em língua alemã. Foi logo denunciar ao delegado regional, e não se passava um dia que não incomodasse, ou por uma coisa, ou por outra; sofreu-se no Colégio um verdadeiro martírio, o que levou a superiora a recorrer à Secretaria de Educação, fazendo ir, pessoalmente, a professora Diva M. de Souza afim de advogar a nossa causa e nos justificar na Secretaria. (Livro de Crônica do Colégio Sant’Ana, SCHIERHOLT, 1997, p. 40).

Nesse aspecto, é provável que o historiador local, Lothar Hessel (1983), tenha razão ao se referir sobre a educação e o ensino no município de Estrela:

Numa visão geral, Estrela desenvolveu por muito tempo no plano escolar uma espécie de bi-cultura, uma cultura bidirecional, com um olho na velha Alemanha, outro no país a que geográfica, administrativa e politicamente pertencia. Isso por diversos anos sem maiores contrariedades até que pressões vindas do exterior, trazidas pelas lufadas hitleristas, vieram a toldar a vida no município; e num crescendo tal que em 1937 se desencadeou a Campanha de Nacionalização nas escolas municipais [...]

⁶ “Delegacia Regional de Ensino” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2646, p. 2, 14 jan. 1939, ML).

⁷ “Instrução Pública” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2647, p. 2, 21 jan. 1939, ML).

⁸ “Nomeadas as directoras dos Grupos Escolares deste município” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2654, p. 2, 11 mar. 1939, ML).

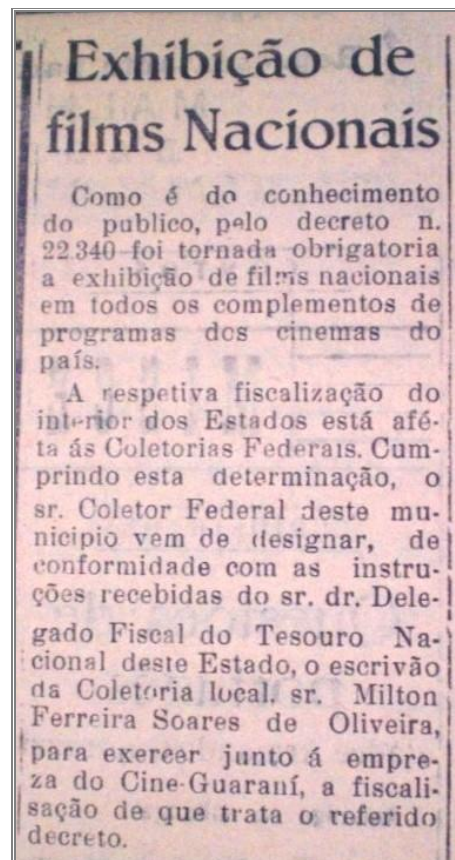
Quanto às demais ações que passam a interferir no cotidiano dos teuto-brasileiros, O Paladino anuncia, em março, a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nos cinemas do país (ver Figura 13) e, em abril, uma nota esclarecedora dos feriados nacionais que afirma: “Mesmo que não fosse obrigatório, sómente o espirito de brasilidade que deve animar a todos os filhos da nossa grande Pátria [...]”⁹. Em meio aos textos propagandísticos do Estado Novo, é noticiado o fechamento de três escolas particulares no município de Estrela, em virtude de não corresponderem à Lei de Nacionalização, conforme Figura 12.

Figura 12 - Fechamento de escolas no município de Estrela em virtude da não correspondência à Lei de Nacionalização



Fonte: O PALADINO, p. 3, 03 jun. 1939, ML

Figura 13 - Nota informando a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais



Fonte: O PALADINO, p.3, 11 mar. 1939, ML

⁹ “Feriados Nacionais” (O PALADINO, ano 18, n. 864, p.3, 22 abr. 1939, ML).

O Taquaryense noticia, em maio, informe da U.J.B. sobre o registro de estrangeiros residentes no Brasil, realizado pelas autoridades policiais locais, implicando a expulsão daquele que não cumprisse a determinação¹⁰. Neste contexto de privações aos imigrantes que viviam no país, o registro pode ser compreendido como uma forma de controle do governo sobre os estrangeiros. Nesse mesmo sentido, eram emitidos, pelas repartições de polícia, salvo-condutos que visavam o domínio do trânsito de estrangeiros pelas autoridades. Em um salvo-conduto emitido pela Delegacia de Polícia de Arroio do Meio, em 20 de dezembro de 1939, por exemplo, o Sr. Henrique Schneider teve de justificar sua passagem por Cachoeira e Ijuí. (vide anexo A) De acordo com Cancelli (1993, p. 138), pelo sistema de salvo-conduto implantado pela Polícia Civil do Distrito Federal, os “estrangeiros do Eixo” deveriam apresentar obrigatoriamente o documento, enquanto que “Aos demais, brasileiros e estrangeiros naturalizados era ‘aconselhada’ a retirada do documento. O passe poderia ser permanente ou temporário, sendo que os súditos do Eixo tinham acesso apenas a documentos temporários”.

Se a visita do Secretário da Educação e Saúde Pública causou tamanha movimentação no Vale do Taquari em setembro de 1938, imaginemos como foi a recepção pela visita do interventor federal, Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, em julho de 1939 à região. A programação da visita contou, segundo O Paladino, com a inauguração de uma Usina Suplementar no município, a passagem por escolas e pelo hospital, e também com organização de um baile em homenagem ao interventor. Em um artigo intitulado “Écos da visita de S. Excia, o Cel. Inteventor Federal”¹¹, temos um curioso texto, sem identificação e escrito para o próprio interventor, que discorre contrariamente à Campanha de Nacionalização mas, talvez por encobrir o texto com elogios ao Cel. Cordeiro de Farias, não foi censurado. Vejamos um trecho: “Vossa Exelencia bem o sabe que sem o concurso da colonia, não seria admissível construir-se algo de melhor no terreno administrativo. Tal como nós estamos convictos de encontrar na pessoa de Vossa Ex., um chefe probo e justiceiro, que certamente não se deixará influenciar pela arraigada campanha tão infeliz quão injusta contra nós desenvolvida”.

¹⁰ “A legalização da permanência de estrangeiros no Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2663, p. 1, 20 maio 1939, MC).

¹¹ “Écos da visita de S. Excia., o Cel. Inteventor Federal” (O PALADINO, ano 19, n. 879, p.3, 5 ago. 1939, ML).

O Dia do Colono, tradicional comemoração dos imigrantes alemães no dia 25 de julho de cada ano¹², foi motivo de preocupação em Taquari. Ao ser consultada sobre a possibilidade de comemoração da data, a professora Maria José de Sousa e Cunha, chefe do Serviço de Nacionalização do município, levou o tema à Diretoria Geral da Instrução Pública. Em resposta, Coelho de Souza não proibiu as festividades e, pelo contrário, as incentivou, conforme matéria anônima de O Taquaryense: “Nada mais justo do que a comemoração do Dia do Colono em que se evoca a figura dos primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande que tanto lhes deve ao seu progresso, na sua riqueza, no seu engrandecimento moral e cultural”. O Secretário da Educação, no entanto, enfatiza: “[...] *devendo, porém, todo o programma ser cumprido em vernáculo*” (grifo nosso)¹³. A ressalva final da resposta do Secretário da Educação deixa marcado seu poder de autoridade e o objetivo da Campanha de Nacionalização, num discurso que tentava integrar imigração e nacionalização.

Em tom de justificar a Campanha de Nacionalização, bem como de situar a presença dos imigrantes como uma ameaça e um problema a ser resolvido no Brasil, um artigo da U.J.B. publicado em O Taquaryense, denominado “Nacionalização e bom senso”, expressa que:

As unidades do Exército destacadas para essa delicada e grandiosa tarefa, vão agindo de modo a deixar a Nação confiante em um proximo futuro em que se verá completamente livre da **ameaça** que lhe pesa. As noticias que nos dão conta dessa campanha nacionalizadora, estão a nos convencer que ella marcará época em nossa historia pelo esclarecimento e patriotismo com que vão se desenvolvendo; prometendo, destarte para breve, a solução do complexo **problema**¹⁴. (grifos nossos)

No artigo, apesar de os imigrantes serem vistos como um complexo problema a ser solucionado, essa “ameaça” é admitida como um erro dos brasileiros:

[...] um descuido de nossa parte, quando não soubemos ou não pudemos encaminhar racionalmente as levas imigratorias facilitando-lhes a assimilação, ou quando, nos mantendo no erro, não providenciamos as escolas que certos nucleos estrangeiros não podiam dispensar [...].

O texto ainda salienta que é necessário ter bom senso – como assinala seu título – na nacionalização dos imigrantes para não comprometer a possível chegada de outros imigrantes no futuro que, segundo o artigo, são importantes para a “[...] evolução ethnica nacional que

¹² Sobre o Dia do Colono, ver nota 43, p. 42.

¹³ “Comemorações do ‘Dia do Colono’” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2671, p. 2, 15 jul. 1939, ML).

¹⁴ “Nacionalização e bom senso” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2673, p. 1, 29 jul. 1939, MC).

melhor convem à nossa grandeza e soberania”. O uso da violência é visto como errôneo no artigo: “Procuremos atingir o objectivo sem violencias inuteis e contraproducentes, pela instrução e educação adequadas, fazendo do imigrante e de seus descendentes, brasileiros pelo sentimento e pela razão”. Importante salientarmos que tanto violência física, como também simbólica foram utilizadas durante a Campanha de Nacionalização e, embora os textos jornalísticos não demonstrem esses fatos, eles podem ser observados através de documentos de intervenção, que são arrolados ao longo deste capítulo, como também nos depoimentos dos teuto-brasileiros que vivenciaram este período e nos textos memorialísticos sobre o Estado Novo, que são analisados no capítulo 3 desta dissertação.

A influência mais direta das ações nacionalizadoras, realizadas ao longo de 1939, também pode ser percebida em um informe anônimo enunciado por O Paladino em 02 de setembro, quando, às vésperas da semana da pátria, os professores das escolas particulares do município são “lembrados” de que a comemoração da escola é obrigatória, de acordo com o programa elaborado pela Secretaria da Educação e Saúde Pública do estado¹⁵. As comemorações relativas ao evento são noticiadas pelo semanário, que arrola toda a programação do evento em praticamente uma página inteira do jornal. Os imigrantes e descendentes de alemães também são atingidos através de notificações da Delegacia de Polícia: enquanto que em setembro temos um aviso assinado pelo delegado local, Dalton de Bem Stumpf, dizendo que a Delegacia de Estrela “agirá com máxima energia” no cumprimento das determinações que proíbem manifestações a chefes de partidos políticos de nações estrangeiras¹⁶; em novembro, instruções do Chefe de Polícia do estado, Aurélio da Silva Py, demonstram que, com algumas ressalvas, apenas o idioma nacional poderia ser proferido nas prédicas religiosas¹⁷.

A proibição do idioma alemão nas prédicas religiosas em novembro de 1939 gerou desconforto entre os pastores do Alto Taquari. Fonogramas encontrados na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), em Estrela, demonstram a tensão que envolveu a comunidade no período, bem como o papel de mediador que o presidente do Sínodo Rio-Grandense, Pastor Hermann G. Dohms, desempenhou no período. Entre os documentos

¹⁵ “Atenção, senhores Professores Particulares” (O PALADINO, ano XVII, n. 883, p.2, 2 set. 1939, ML).

¹⁶ “Delegacia de Polícia de Estrela” (O PALADINO, ano XVIII, n. 884, p.3, 9 set. 1939, ML).

¹⁷ “Somente o idioma nacional será usado no púlpito das Igrejas” (O PALADINO, ano XVIII, n. 893, p.2, 11 nov. 1939, ML).

encontrados na IECLB, temos dois fonogramas, um relativo ao mês de setembro, e outro ao mês de novembro que descrevem, respectivamente:

“Senhor Secretário Interior informou podemos continuar culto como antes até segunda ordem. Suspendo ordens semana finda.” (Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 09 de setembro de 1939, enviado pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, de Lajeado);

“Suspendam prédica sermão e cultos quaes fazem parte integrante predicas. Avisem pastores.” (Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 08 de novembro de 1939, enviado pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, de Lajeado).

As negociações em torno das possibilidades que o clero evangélico pudesse obter em relação às normas baixadas pelo governo faziam do Pastor Dohms, de acordo com Dreher (2001, p. 8), uma liderança étnica entre os luteranos, que mediava a relação pastores locais x governo, sempre tentando minimizar possíveis tensões que o conflito étnico poderia causar. A relação mais estreita entre Vargas e o catolicismo, dada a referência simbólica cristã que envolveu a construção de sua imagem enquanto “pai” e “chefe”, segundo Capelato (1998), tornava o processo de nacionalização forçada mais tenso nas relações da Igreja Evangélica do que na Católica, conforme Fáveri, que analisou a situação no estado catarinense:

Para a Igreja Católica, foi um momento de tensões tornando-se necessário o jogo político em defesa do clero, sendo permitido o exílio dos membros denunciados, o que não a isentou de prisões e problemas com o Governo, mostrando, entretanto, um tratamento diferenciado em relação ao clero evangélico, mais visado e, porquanto, inviabilizado para negociações. (FÁVERI, 2005, p. 191).

Os documentos provenientes da comunidade evangélica do Alto Taquari demonstram certo diálogo entre o Pastor Dohms e as autoridades governamentais, como veremos ao longo desta dissertação. No entanto, ressaltamos a necessidade de negociação que os dois lados precisavam manter, como assinala Fáveri (2005, p. 157): “Ele, o Estado, tinha mais poder, sim; podia mandar prender. Ponto. Mas precisava do apoio da Igreja, ou como faria para garantir a produção de sujeitos disciplinados e ordeiros?”.

Visualizamos esta necessidade bilateral através de uma correspondência enviada em 20 de novembro do Gabinete da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) para o Pastor Dohms. Este documento, assinado por Plínio Brasil Milano, em nome do Chefe de Polícia, informa que a circular emitida pelo Pastor Dohms aos demais pastores do estado “satisfaz

plenamente a legislação em vigor”¹⁸ e, sobre uma possível solicitação que envolve as prédicas religiosas, a resposta emitida na correspondência enviada ao Pastor explica: “Quanto ao ofício em que V^a Exci^a examina a questão das prédicas está sendo objeto de estudos”. Mesmo que a resposta do Gabinete da DEOPS pudesse ser apenas uma maneira de responder educadamente ao pastor e afastar a possibilidade de algum conflito, não podemos deixar de considerar o tom de negociação presente do documento (Anexo B).

Em conjunto com as ações mais localizadas em relação à nacionalização, os jornais exprimiam o contexto internacional relacionado à Segunda Guerra Mundial, que iniciava em 1939. Os comunicados enviados pelas agências jornalísticas ligadas ao governo para O Paladino e para O Taquaryense relatavam os acontecimentos na Europa e enfatizavam a posição de neutralidade do governo brasileiro em relação ao conflito – o que tinha consequência em nível local: em 09 de setembro, o delegado de Taquari, Claudio Heitor Bizarro, recebeu uma mensagem do Delegado de Ordem Política e Social de Porto Alegre solicitando que as autoridades municipais tomassem providências para proibir, “[...] especialmente na zona de colonização estrangeira, toda discussão pública sobre assuntos de guerra, vedando manifestações pró ou contra qualquer dos países em luta ou com possibilidades de entrar no conflito”¹⁹. A proibição em se falar assuntos relacionados à guerra é narrada pelos depoentes que relatam suas memórias no próximo capítulo desta dissertação.

O quartel final do ano de 1939 ainda possui alguns dados a serem analisados sobre este período, aos quais podemos observar o acirramento das proibições e da repressão aos teuto-brasileiros. No mês de outubro, O Taquaryense publica um conto enviado pela U.J.B. que tem como intenção transmitir uma “lição” aos imigrantes e descendentes que ainda não haviam se convencido de que, no Brasil, deveriam se comportar como brasileiros. No conto, é narrado um episódio sobre a vida de uma família de origem alemã (pai, mãe e filho) que vive no Brasil. Ao ser informado sobre a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o pai empolga-se chamando o filho para irem juntos ao Consulado alemão para este possa servir à Alemanha. Não concordando com a ideia, o filho abaixa a cabeça enquanto que o pai exaspera-se: “Que pensas? A tua patria então não é a Allemanha?”²⁰. O filho não responde e, segundo o conto,

¹⁸ Correspondência do Gabinete da Delegacia de Ordem Política e Social para o Pastor Dohms. IECLB de Estrela, 20 nov. 1939.

¹⁹ “A neutralidade do Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2679, p. 2, 9 set. 1939, ML).

²⁰ “O conto brasileiro – Terra Bem dita” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2683, p. 2, 7 out. 1939, MC).

sai “[...] definitivamente, para a liberdade azul das ruas livres e lindas”. O texto marca fortemente a oposição aos imigrantes alemães no Brasil que, segundo sugere o conto, não deveriam apoiar o seu país de origem, mas sim aquele país que os acolheu. Ao relacionar o Brasil com a ideia de liberdade e beleza, a Alemanha fica qualificada através da imagem do pai, simbolizando obrigação e autoritarismo, o que pode ser considerada mais uma estratégia de nacionalização no sentido de atingir as crianças.

A repressão às escolas também aparece em O Taquaryense em novembro de 1939, quando é noticiado anonimamente o fechamento do Curso de Religião, Alemão e Canto, que funcionava na Igreja Evangélica de Taquari²¹. E através do Livro de Inspeção das aulas de Lajeado, observamos a fiscalização realizada nas escolas. No Termo de Inspeção²² da localidade de Alto Sampaio (pertencente a Lajeado), datado de 25 de outubro, temos a seguinte descrição do Professor José (?-ilegível), fiscal de nacionalização: “As 10,30 horas, presentes 18 alunos de ambos os sexos, examinei os mesmos nas matérias de nacionalização, constando pouco adiantamento”²³.

Em relatório apresentado ao Interventor Cordeiro de Farias, ao qual o prefeito de Lajeado, João Frederico Schaan, faz uma espécie de balanço acerca da instrução pública do município referente ao ano de 1939, observamos a maneira como Schaan descreve o esforço da administração municipal em torno da nacionalização do ensino:

A Diretoria da Instrução Pública Municipal, em seu Relatório, dá uma idéia mais exata do que a Municipalidade tem feito para incrementar a instrução no interior do município e integrar a totalidade de seus elementos no melhor domínio do vernáculo e nos conhecimentos necessário à difusão do verdadeiro espírito de brasilidade. É com confortadora satisfação que consignamos a assertiva do sr. Delegado Regional do Ensino que Lajeado não é superado por nenhum outro município, na boa vontade e esforço no sentido da Nacionalização. [...]”²⁴

E quando escreve sobre as inspeções realizadas nas escolas das localidades pertencentes a Lajeado, o prefeito afirma:

²¹ “Fechamento de uma aula particular” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2687, p. 2, 4 nov. 1939, ML).

²² Até 1946, essa forma de inspeção é denominada “Termo de inspeção”. Após, passa a chamar-se “Termo de visita” e não menciona mais a fiscalização em torno das questões nacionais.

²³ Termo de Inspeção, 25 out. 1939, Alto Sampaio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº 0897.

²⁴ Relatório correspondente ao ano de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias. D. D. Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul por João Frederico Schaan – prefeito de Lajeado. 1940, Arquivo Histórico de Lajeado.

Nas frequentes viagens de inspeção às escolas municipais e às particulares subvencionadas efetuadas em 1939, pode constar que todos os professores particulares ministravam, com resultados apreciáveis, o ensino de acôrdo com as Leis de Nacionalização do Ensino decretadas pelo benemérito Govêrno do Estado.

Há grande dedicação no ensino do civismo. Todos os alunos cantam o Hino Nacional e o da Bandeira. Conhecem a Bandeira Brasileira que é hasteada no edifício escolar em todos os dias de festa nacional.

Em Setembro de 1939 o sr. Júlio Ruas, dd. Delegado Regional do Ensino visitou a quasi totalidade das escolas particulares do município. Encontrou, como era natural, defeitos no ensino particular de ordem técnica, mas reconheceu que todos os professores acatam as referidas Leis, afirmando mesmo que não encontrou em nenhum município da 3ª Região, da qual é digno Delegado, tanta boa vontade e tanto esforço no tocante à Nacionalização.²⁵

A análise das edições de 1939 de *O Paladino* e *O Taquaryense*, somada aos documentos encontrados na IECLB de Estrela, bem como ao Termo de Inspeção e ao relatório do prefeito de Lajeado ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, nos permite afirmar que este foi um momento em que as ações “nacionalizantes” do governo atingiram de maneira mais direta o cotidiano dos habitantes do Vale do Taquari. Também compreendemos que, apesar de não contar com uma população de maioria étnica teuto-brasileira ou italiana, os taquarienses originários de outros países que não o Brasil também foram alvo das restrições impostas pelo governo.

Ao examinarmos o conteúdo dos textos jornalísticos e informes de *O Paladino*, bem como as intervenções pelas quais o semanário passou – como o fim do apoio do SEIE e a proibição de divulgar anúncios no idioma alemão – verificamos como o jornal, tradicionalmente marcado por traços étnicos foi, entre 1937 e 1939, reformulando-se a partir do conteúdo imposto pelas agências jornalísticas articuladas ao governo: ufanismo patriótico e enaltecimento ao regime estadonovista e à figura de Vargas como um herói. O momento fatal para *O Paladino*, no entanto, ocorreu em dezembro de 1941, quando foi forçado a parar de funcionar como jornal. De acordo com Roque Schwertner (filho de um dos sócios do jornal, que mantém a salvaguarda de *O Paladino*), naquele ano, a sede do jornal foi invadida em função da Campanha da Nacionalização. As lembranças de Roque se referem às histórias contadas pelo seu pai, segundo o qual durante a invasão, os tipos metálicos com os quais era composto *O Paladino* foram “despejados” ao chão e misturados pelos invasores. A prisão do pai de Roque não se efetuou por motivo de ele conhecer bem o juiz municipal. Percebemos,

²⁵ Idem, p. 65-66.

assim, a importância das redes de sociabilidade neste período em que confiar no próximo podia ser um muitas vezes um erro, como veremos nas memórias narradas no próximo capítulo. Infelizmente não contamos com as edições dos anos de 1940 e de 1941, das quais Roque nunca teve notícias, desde o momento em que iniciou a organização dos jornais deixados pelo pai. Além de *O Paladino*, outro semanário que sofreu intervenção no período da Campanha de Nacionalização foi o “*Der Brummbär*” (traduzido para *O Murmurador*) de Arroio do Meio. De acordo Thomé (1984, p. 175), o informativo teve seu primeiro número “[...] aparecido em janeiro de 1930 e o último em agosto de 1939, quando fechou em consequência da 2ª Guerra Mundial”. *Der Brummbär* foi, ao lado de *O Paladino*, o segundo jornal bilíngue fechado na região do Alto Taquari durante a ditadura do Estado Novo. Infelizmente não se encontram mais edições do jornal disponíveis para uma possível pesquisa.

2.4 Cumprindo a Lei da Nacionalização: 1940

À falta das edições de 1940 e 1941 de *O Paladino*, utilizamos *O Taquaryense*, como fonte impressa, além dos demais documentos que abordam a questão da Campanha de Nacionalização no Alto Taquari como fonte de pesquisa. O ano de 1940 ainda é o período em que o governo Vargas expressava uma posição de neutralidade em relação a Segunda Grande Guerra. Embora o acirramento das tensões entre o governo e as populações imigrantes fosse fortalecido no momento em que o Brasil alinhar-se-ia aos Aliados em 1942 e, por conta disso, intensificaria a repressão aos chamados “súditos do Eixo” (alemães, italianos e japoneses) no Brasil, o ano de 1940, como veremos neste subcapítulo, e de 1941 tiveram acontecimentos nos quais as ações da Campanha de Nacionalização alteraram a trajetória dos teuto-brasileiros do Alto Taquari.

No que tange à educação, as ações da Campanha de Nacionalização foram intensificadas com a atuação de fiscais e demais autoridades locais que detinham a função de fiscalizar e controlar o cumprimento das medidas proibitivas decorrentes das normas estabelecidas. Em estudo realizado sobre a intervenção da política “nacionalizadora” na Comunidade Evangélica de Lajeado (CEL), bem como no Colégio Lajeadense (atual Colégio Evangélico Alberto Torres – CEAT), a historiadora Silvana R. Faleiro (2005) observa o papel desempenhado pelo Sínodo Rio-Grandense nestas duas instituições ligadas à Igreja Evangélica. Segundo Faleiro (2005, p.49), o Pastor Dohms, instruía as comunidades luteranas

a obedecer estritamente às determinações do Estado, o que destruía a arquitetura do modelo comunitário de ensino baseada na autonomia.

Através dos registros encontrados nos livros de ata do Colégio Lajeadense e da CEL durante o período da Campanha de Nacionalização, Faleiro explica que tanto a direção do Colégio quanto a direção da CEL não compactuavam com as normas que precediam da documentação oficial, de modo que tentavam contornar da melhor forma a incompatibilidade das normas com a realidade que a escola mantinha. As portarias e correspondências recebidas pela Escola tratavam de reafirmar a ideia de que o Hino Nacional deveria ser entoado ao ser iniciado o turno de trabalho, por exemplo. Não compactuando, portanto, com as normas advindas da Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola foi fechada em 1940 por intermédio da Delegacia de Polícia local. Sobre o episódio, Faleiro (2005, p. 53) escreve que:

A informação usual foi de que tudo ocorreu em função de prospectos escritos em alemão, que teriam sido apreendidos na então Vila de Arroio do Meio. Entretanto, por ocasião de uma visita feita por representantes da Escola ao gabinete do Secretário de Estado e da Diretoria do Serviço de nacionalização, foram elencadas outras razões, além do caso dos prospectos.

Discorrendo sobre estas “outras razões”, Faleiro informa que teriam contribuído para o fechamento da Escola atritos entre o Diretor (de origem alemã) e a professora-fiscal Maria Silveira de Vargas, que o teria classificado como brasileiro de segunda categoria; o confisco de um mapa e um globo com inscrições alemãs apreendidos pela professora-fiscal; a insuficiência da pronúncia em português pelo professor Wilmar Keller; entre outros fatos considerados incongruentes pela Secretaria da Educação e Saúde Pública. “Após inúmeras tratativas, a licença para a reabertura foi obtida no início de maio [de 1940], mediante várias condições”, afirma Faleiro (2005, p. 56). A partir de então, a direção passou a comprometer-se com as falas governamentais, tanto é que Faleiro passa a descrever a mudança na rotina da escola através de documentos como preleções e discursos da direção. Concluindo sua análise, Silvana Faleiro (2005, p. 60) aponta para a ideia de que:

[...] O que mais importava eram picuinhas burocráticas, e principalmente não ouvir falar o idioma alemão. [...] Propósitos pedagógicos, se havia, não mereceram atenção, ou não foram registrados, já que em nenhum momento aparecem nos escritos oficiais dos inspetores, feitos após cada visita.

A pesquisa feita por Faleiro demonstra que o intuito da Campanha de Nacionalização, pelo menos no que tange ao Colégio Lajeadense, era o de proibir a língua, de reprimir o desenvolvimento de uma identidade étnica teuto-brasileira que, mesmo sem

intenção, se reformulava a todo momento num ambiente propício para sua disseminação: a escola. A mudança no direcionamento das ações burocráticas, como o canto do hino e a alteração no idioma após 1940, por exemplo, ainda teve eco um ano mais tarde quando, em 12 de setembro de 1941, o até então “Colégio Lageadense” alterou seu nome para Colégio Alberto Torres, “[...] considerando que este grande brasileiro, em virtude de seus imensos serviços prestados à Pátria, merece a justíssima honra de servir de patrono para um estabelecimento de ensino [...]”, como consta em ata analisada pela historiadora (FALEIRO, 2005, p. 63).

A fiscalização sobre os grupos escolares de Lajeado também é observada através das visitas de inspeção de um fiscal da nacionalização, que visava garantir que o vernáculo e a educação cívica estivessem sendo ensinados aos alunos, Vejamos dois destes Termos de Inspeção:

Termo de Inspeção

Aos 14 dias do mez de Maio de 1940, as 10,30 horas fiscalizei esta aula particular de Alto Sampaio, 7° dist°, regida pela professora D^a Rosa Z. D.(?).

Estavam presentes 17 alunos de ambos os sexos, cujo adiantamento nas matérias de nacionalizaçõ é regular.

Alto Sampaio, 7° dist° de Lajeado, 14 de maio de 1940. Prof. José (Fontoura?) - fiscal de nacionalização.²⁶

Termo de Inspeção

Fiscalizei nesta data esta aula particular subvencionada de Sítio, 6° dist°, regida pela professora D^a Josefina D.(?) e Silva. Estavam presentes 27 alunos de ambos os sexos, todos lecionando de acôrdo com as leis de nacionalização.

Picada Sítio, 8 de agosto de 1940. Prof. José (?), fiscal de nacionalização.²⁷

Na documentação referente à IECLB de Lajeado também observamos o autocontrole que as instituições deveriam ter em relação às atividades nas quais se usava o idioma alemão. Em um relatório produzido pela Igreja Evangélica num período posterior ao Estado Novo, lemos o seguinte: “O jardim de infância, instalado em 1934 e mantido com dificuldades teve que ser fechado em 1940. Em consequência da nacionalização faltava uma pessoa competente para dirigi-lo. Mas em 1941 já pode ser reaberto.”²⁸ A exigência de professores que

²⁶ Termo de Inspeção, 14 maiO 1940. Alto Sampaio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro n° 0897.

²⁷ Termo de Inspeção, 8 ago. 1940. Picada Sítio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro n° 0924.

²⁸ IECLB Estrela, relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Ano desconhecido, p.7.

ensinassem o vernáculo se tornava um problema para antigos professores, que muitas vezes perdiam seu emprego, como também para os alunos, que eram obrigados a lidar com a mudança abrupta de idioma, como veremos nos relatos de memória analisados no capítulo seguinte. A importância do aprendizado da língua nacional é, inclusive, exaltada em artigo enviado pela Agência Nacional a *O Taquaryense*: “O que constitue a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua”²⁹. Esta frase, atribuída a Olavo Bilac é tomada, no texto, como uma “verdade fundamental, que o Estado Novo compreende e transforma em lemma e inspiração de muitas iniciativas”. Ainda enaltecendo a língua nacional o texto expõe que “A boa linguagem, isto é, o idioma em sua formosura natural é uma das bases do nosso reerguimento”. Desprezar o culto à língua é tido como mau gosto pelo autor do texto, que considera isso com um ato de “dissolução” e “impatriotismo”.

Como vimos anteriormente, o prefeito de Taquari, Nestor Guimarães, era bastante engajado no projeto político do Estado Novo. Esse alinhamento às ideias propostas pelo interventor Cordeiro de Farias e pelo Secretário de Educação e Saúde Pública foi observado através dos anúncios de *O Taquaryense* que sempre situaram Guimarães no enaltecimento e cumprimento das medidas pregadas pelo regime. O prefeito de Estrela, no entanto, não recebia tamanho destaque em *O Paladino* no mesmo período, talvez em virtude de não ser tão atuante como Guimarães, mas isso os documentos não nos permitem afirmar. O fato é que, em abril de 1940, *O Taquaryense* noticia que Alfredo Edmundo Steyer³⁰ foi exonerado do cargo de prefeito do município de Estrela, a seu pedido³¹. No lugar de Steyer, o major Sabino Menna Barreto, antes prefeito em Bento Gonçalves, foi nomeado³². É possível que essa mudança tenha relação com o alinhamento e atitudes tomadas por Steyer na administração de Estrela, mas os documentos analisados não comprovam a hipótese.

O alinhamento de Guimarães ao governo aparece nitidamente na matéria sobre o segundo aniversário da sua administração em Taquari. Em meio às festividades pelo segundo ano de Guimarães na prefeitura, os funcionários da prefeitura prestaram-lhe felicitações em nome de Helio Saraiva, que passa do cargo de correspondente da Polícia Civil para o de

²⁹ “A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional” (*O TAQUARYENSE*, ano LIII, n. 2708, p. 1, 6 abr. 1940, MC).

³⁰ De acordo com o livro *Estrela: Ontem e Hoje*, de José Alfredo Schierholt (2002), Alfredo Edmundo Steyer foi prefeito de Estrela desde 4 de janeiro de 1936.

³¹ “Prefeitura de Estrela” (*O TAQUARYENSE*, ano LIII, n. 2708, p. 2, 6 abr. 1940, ML).

³² “Prefeitura Municipal de Estrela” (*O TAQUARYENSE*, ano LIII, n. 2710, p. 2, 20 abr. 1940, ML).

secretário do município³³. Juntamente com esta comemoração é inaugurada a Praça da Bandeira que, de acordo com a oradora oficial da solenidade, a professora Carmen C. Vianna, atesta o “progresso” da administração de Guimarães e ainda é considerada “o relicário do que um povo tem de mais sagrado: o symbolo da sua Patria!”. Além disso, o discurso da professora informa que a praça seria, a partir de então, o ponto da cidade em que a bandeira nacional seria erguida em seu “magestoso mastro”, num “gesto unisono com a Nação inteira”. As matérias não mencionam autoria.

O ufanismo permeia o discurso da professora do início ao fim, e a bandeira nacional é descrita como símbolo glorioso da nação: “Ahi [na bandeira] palpita a nossa terra, a nossa gente, toda a historia da nossa civilização, que é um hymno de gloria que o Brasil lança ao mundo para attestar a toda a gente a grandiosidade de um povo bom, justo, trabalhador e patriota!”. Ainda conforme o discurso, o culto à bandeira torna os cidadãos verdadeiros brasileiros, o que coaduna com a ideologia do trabalhismo propagada pelo Estado Novo:

E só assim, finalmente, disciplinados e amando o trabalho – crearemos um ambiente propicio a todas as realizações e auxiliaremos varonilmente o illustre Presidente Vargas na heroica missão a que elle se impôs – fazer do Brasil uma Patria Nova e Feliz cujo povo possa sempre se apresentar a todas as nações como filhos de uma nobre terra, onde reina, onde governa e onde impera a – Ordem e Progresso.

O trabalhismo, segundo Capelato (1998), constituiu um dos traços definidores da política varguista, segundo a qual o trabalho deixaria a sociedade em ordem para um futuro de progresso. Assim, a noção de origem positivista de “ordem e progresso” privilegiava a ordem em detrimento da liberdade, a autoridade e a hierarquia em detrimento da igualdade. A organização política e social do Brasil, que passava durante o Estado Novo pela construção de uma identidade nacional que agrupasse as diferentes etnias que formavam a nação, teve o autoritarismo como marca na Campanha de Nacionalização. Em artigo escrito pelo colaborador de *O Taquaryense*, o integralista Mathias de Bittencourt, observamos este raciocínio:

O Brasil não tem, ainda, um typo racial definido, e, talvez, só daqui alguns seculos o terá; dependendo este – inversamente do que se verifica em outros paizes

³³ “O II aniversario da administração municipal” (*O TAQUARYENSE*, ano LIII, n. 2709, p. 2, 13 abr. 1940, ML).

constituídos por grupos étnicos homogêneos, definidos – da solução do problema social, ou melhor: da organização política do Brasil.³⁴

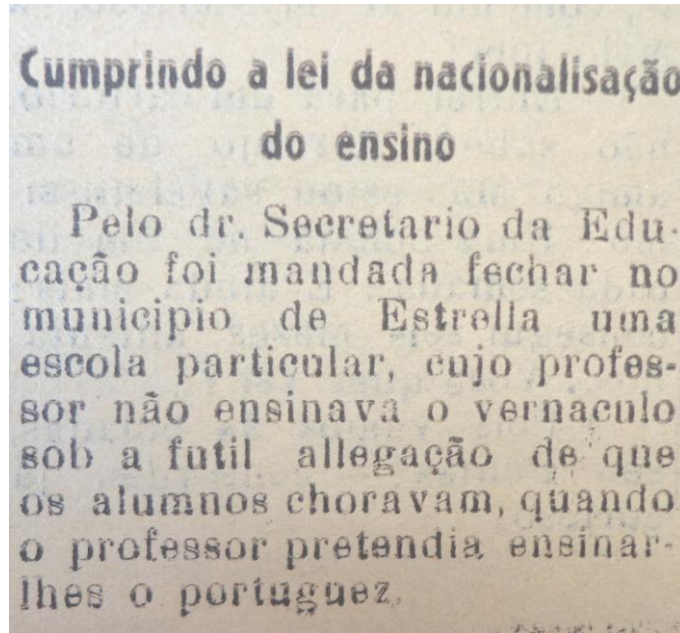
Outro artigo neste mesmo sentido, agora divulgado pela U.J.B., aborda a necessidade de imediata nacionalização de certos núcleos de imigrantes que se encaminhavam para a formação de quistos raciais e que “estavam a exigir uma série de enérgicas medidas como as que tomou oportunamente o presidente Getúlio Vargas”³⁵. Uma visita feita por Vargas às cidades catarinenses de Joinville e Blumenau é mencionada como forma de reafirmar a necessidade da intervenção nos núcleos de imigrantes. O discurso de neutralidade do Brasil em relação à Segunda Guerra Mundial também aparece no artigo, que cita o pronunciamento do presidente em sua estadia no estado de Santa Catarina, salientando que o Brasil “não é nem alemão nem inglês”. Vargas comenta ainda a eficácia da nacionalização no referido estado justificando-a na ação “da escola e das várias forças de assimilação geográficas ou políticas entre as quais está a do Exército Nacional que tem dado à integração desses colonos na comunhão nacional, através da caserna, uma cooperação de incommensurável valor”.

As “enérgicas medidas” através das quais tomou o presidente, com o apoio do exército e das unidades policiais e fiscais locais, comprometiam a continuidade de muitas atividades que tradicionalmente se utilizavam do idioma falado nas colônias: o alemão, no nosso caso. Em nota divulgada pelo O Taquaryense em setembro de 1940, comprovamos essa situação. Vejamos a Figura 14, na página a seguir:

³⁴ “O problema racial e o sentimento de brasilidade” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2720, p. 2, 29 jun. 1940, ML).

³⁵ “O Brasil é brasileiro” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2710, p. 2, 20 abr. 1940, MC).

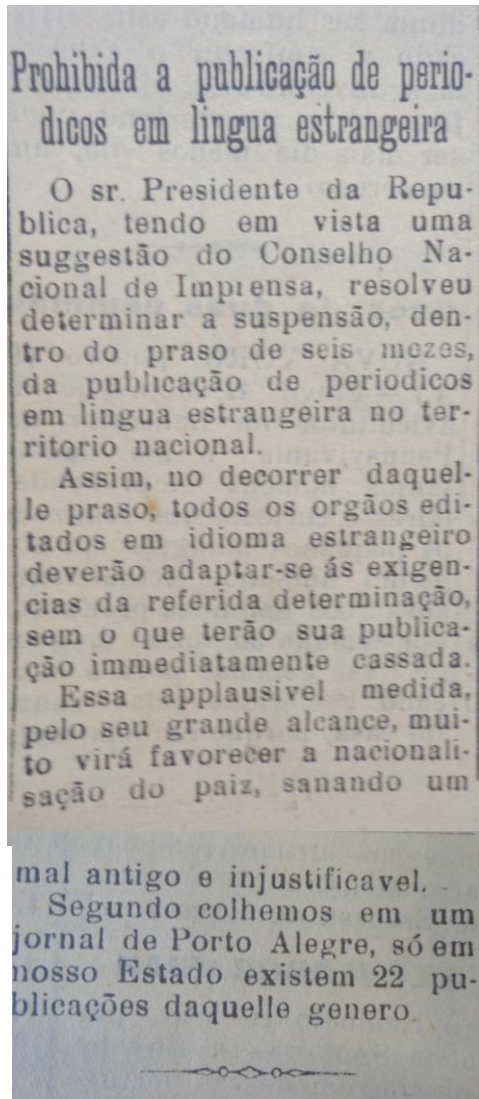
Figura 14 - Escola particular do município de Estrela é mandada fechar pelo Secretário da Educação



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2739, p. 2, 21 set. 1940, ML.

A notícia sobre o fechamento de uma escola em Estrela, a mando do Secretário da Educação Coelho de Souza descreve friamente o ocorrido. O fato de o professor não ensinar o vernáculo para seus alunos é justificado como fútil no jornal: os alunos choravam quando o professor pretendia lhes ensinar o português. E através de notas como esta que verificamos como as ações da Campanha de Nacionalização influenciaram o cotidiano dos descendentes de imigrantes de alemães. Aprender uma nova língua via imposição não foi tarefa fácil para as crianças da época. Veremos, a partir de memórias narradas sobre este período, como foi lidar com essa questão nas narrativas analisadas no próximo capítulo.

2.5 Alinhamento Norte-americano e Cerceamento às Instituições Religiosas, Escolares e à Imprensa: 1941



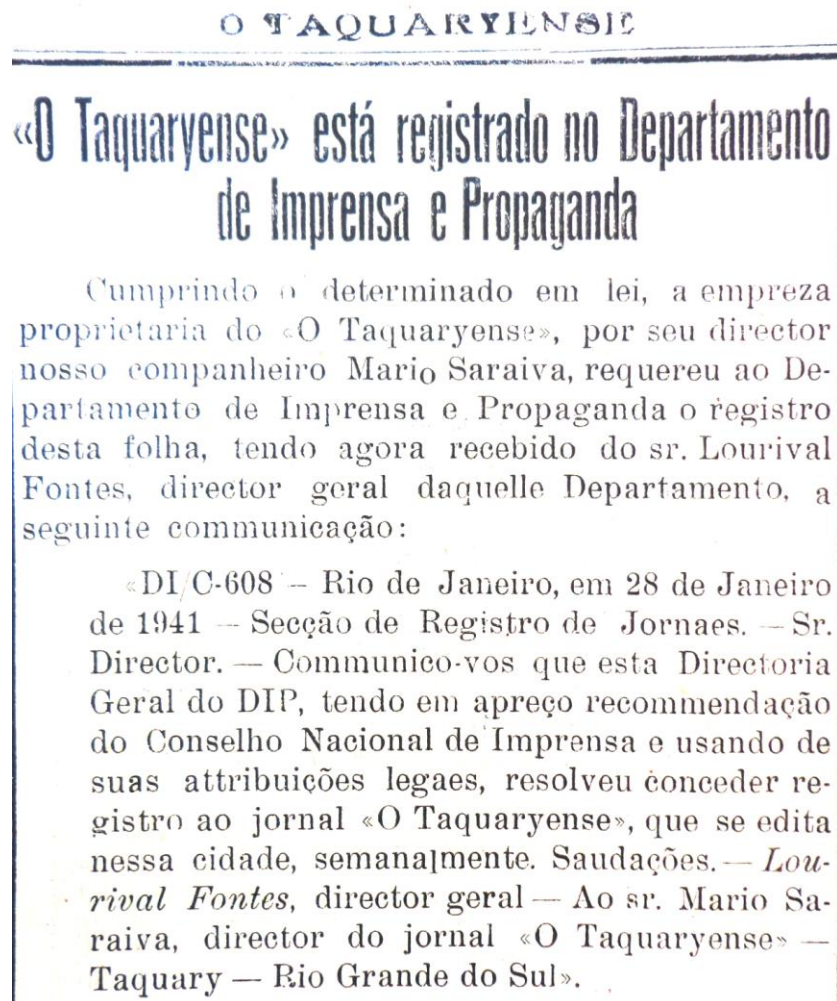
O ano de 1941 foi marcado por algumas mudanças significativas em relação às ações da Campanha de Nacionalização e ao início de um alinhamento brasileiro aos Aliados. Este foi o ano em que a imprensa de língua alemã foi proibida por lei federal, como visualizamos em matéria publicada em O Taquaryense (Figura 15):

Figura 15 - Por sugestão do Conselho Nacional de Imprensa, o Presidente Vargas determina o prazo de seis meses para suspensão de jornais em língua estrangeira no Brasil

Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2760, p. 2, 15 fev. 1941, ML.

Passível de intervenção em dezembro de 1941, e cientes da maneira como O Paladino parou de funcionar neste ano, compreendemos que o semanário, além de não ter se adaptado às exigências da determinação presidencial, manteve-se atuante mesmo após o prazo deliberado, mas tendo como consequência a invasão de sua sede. Já O Taquaryense teve outro destino, pois em fevereiro do mesmo ano foi concedido ao jornal o registro no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Vejamos a matéria sobre o assunto publicada na Figura 16, na próxima página:

Figura 16 - O Taquaryense recebe o registro no D.I.P.



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2760, p. 2, 15 fev. 1941, ML.

Sendo o D.I.P.³⁶ um órgão responsável pela divulgação e propaganda do regime varguista, verificamos a importância que tal registro significava no período. De acordo com Capelato (1998), a partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os periódicos foram obrigados a reproduzir os discursos oficiais, enfatizar as notícias dos atos do governo e publicar fotos de Vargas, tanto é que 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Apesar de muitos jornalistas não se deixarem levar pelas

³⁶ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tem origem em 1931, quando foi criado, pelo governo do Estado, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Em 1934, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que, em 1937 passou a nomear-se DNP. Este, por sua vez, transformou-se em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, quando era dirigido por Lourival Fontes.

pressões do poder, foram raros os jornais que não se deixaram corromper por verbas e favores oferecidos pelo governo, como foi, até certo ponto, o caso de O Paladino.

Em nossa fonte jornalística então registrada pelo DIP, podemos observar através dos comunicados das agências articuladas ao governo, a mudança de discurso político em relação à posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Como observamos em matérias publicadas pelo semanário em 1939 e 1940, a neutralidade brasileira no conflito era tema de muitas publicações. Em 1941, essa orientação política modificou-se: enquanto no início do ano verificamos artigos que defendem uma tomada de posição pragmática – “Apoiemos os alemães si a victoria desse povo proteger as clausulas essenciaes do nosso programma. Sejamnos porem, pela Inglaterra, si esse paiz patrocina a causa que nos engrandecerá, luctando contra os perigos que nos farão sobrar”³⁷ – a partir de agosto proliferam-se os textos que exaltam a solidariedade dos povos do continente americano, como se o alinhamento aos Estados Unidos fosse um dado certo desde a entrada deste na conflagração:

O auspicioso movimento pan-americano que é sinonimo de solidariedade continental, proclamando sua aversão aos regimes que tentam destronar a liberdade e a justiça do reino dos homens, tornou-se conduta obrigatoria para todos que prezam a sobrevivencia da civilização humana. Com a bandeira desse movimento, os empresarios da desordem e do regresso serão derrotados pelos missionarios da paz e do progresso.³⁸

Após definir o alinhamento aos Estados Unidos, portanto, o discurso presente nas matérias de O Taquaryense preza pelo pan-americanismo: “O perigo é cada vez maior para a America. Unamo-nos para enfrentá-lo, na certeza de que só unidos conseguiremos destruir a ameaça que paira sobre o Novo Mundo”³⁹. À união entre Brasil e Estados Unidos tem início a chamada Política da Boa Vizinhança, que previa um convívio harmônico e respeitoso entre os países do continente americano, bem como o intercâmbio de mercadorias e valores culturais entre estes países⁴⁰.

³⁷ “Nem pela Inglaterra e nem pelo ‘eixo’!” (O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2763, p. 1, 08 mar. 1941, MC). Notícia enviada pelo Centro de Expansão Cultural.

³⁸ “Adversários da bandeira” (O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2783, p. 1, 02 ago. 1941, MC). Notícia enviada pelo Centro de Expansão Cultural.

³⁹ “A América em guarda” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2785, p. 1, 16 ago. 1941, MC). A matéria é assinada da seguinte maneira: “pelo examinador”, talvez algum fiscal ligado ao governo.

⁴⁰ Sobre a Política de Boa Vizinhança, ver MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

As restrições aos estrangeiros continuam permeando as páginas de O Taquaryense em 1941. A alteração do artigo 13 do decreto assinado em 1939⁴¹, que dispunha sobre a adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros ao meio nacional é tema de um artigo enviado pelo D.E.I.P. para O Taquaryense. Segundo o texto, nenhum brasileiro filho de estrangeiro, menor de 18 anos, poderia ausentar-se do país – em companhia ou não de seus progenitores ou responsáveis. O motivo da restrição era justificado por “[...] evitar o perigo de que a intelligencia de nossa mocidade tome rumos diferentes, num momento de formação da mentalidade”⁴². Preocupado com um possível contato que desvirtuasse o brasileiro filho de estrangeiro,

O decreto do Presidente da Republica visa rebustecer no espirito do descendente de estrangeiros o amor e respeito à Patria. Formada a sua mentalidade, após ter disciplina de pensamento, já senhor de si mesmo e dono de uma consciência de brasilidade, nada o impedirá de viajar, aperfeiçoar os seus estudos.

Visando o controle dos estrangeiros domiciliados no país, em nota anônima de 28 de junho, O Taquaryense divulga em forma de aviso o texto que anuncia o prazo final para o registro dos mesmos na Delegacia de Estrangeiros, na capital do estado. O estrangeiro que não cumprisse o prazo determinado estaria sujeito à multa, prisão e até expulsão (caso houvesse dolo) do país. Já para os estrangeiros temporários, a nota adverte que entre as multas arroladas para aqueles que não cumprissem o determinado, estava um valor variando entre 500\$ a 5:000\$000, além de estarem sujeitos às penalidades acima mencionadas.⁴³

No que tange às prédicas religiosas realizadas em idioma alemão, a documentação encontrada nas repartições da IECLB de Estrela demonstram novamente as tratativas em torno da possibilidade de realização dos cultos em língua alemã entre o Pastor Dohms e o Secretário da Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza, assim como entre o Pastor e as comunidades evangélicas locais.

Em quatro fonogramas transcritos em um relatório da IECLB de Estrela, encontramos as negociações que passavam pela Secretaria de Educação, pela presidência do Sínodo Rio-grandense e desta para o pastor Sille, de Lajeado. O tema dos fonogramas gira em torno da possibilidade de as comunidades evangélicas realizarem instruções religiosas em idioma alemão.

⁴¹ Decreto-lei 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=11345>>. Acesso em 20 dez. 2013.

⁴² “Adaptação dos filhos de estrangeiros” (O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2768, p. 1, 19 abr. 1941, MC).

⁴³ “Registro de estrangeiros” (O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2778, p. 2, 28 jun. 1941, ML).

A troca de fonogramas tem início em 15 de agosto de 1941, quando o Pastor Dohms escreve para Coelho de Souza solicitando, “respeitosamente”, informações sobre proibições e medidas em vigor, pois recebera uma informação proveniente do município de Cachoeira, segundo a qual estaria proibido o catecismo luterano, além de que estaria ordenada a fiscalização dos cultos por funcionários da Secretaria de Educação.

Em resposta, no dia 18 de agosto, Coelho de Souza respondeu que o interventor do estado, por proposta da própria Secretaria de Educação, assinara um ato proibindo a instrução religiosa em língua estrangeira nos templos católicos e luteranos. Tratando-se de um assunto de ordem pública, como escreveu o secretário, a Chefia de Polícia estaria encarregada de baixar instruções e da fiscalização da norma.

Como não haviam sido publicadas as instruções policiais de proibição do ritual luterano anunciadas até então, o Pastor Dohms “toma a liberdade” para escrever a Coelho de Souza que ordenou que fosse reiniciada a preparação das crianças para a primeira comunhão por ele suspendida no dia 18 do mesmo mês. Contando com a complacência do Secretário, o Pastor Dohms afirma a necessidade de continuar as atividades eclesiais e, esperando as instruções definitivas, escreve que espera que seja lícito que os luteranos consultem as fontes originais da reforma. No final do fonograma, o Pastor assina: “respeitosamente, Dr. Dohms, Presidente Sínodo Riograndense”.

Respondendo o pastor, em 29 de agosto, Coelho de Souza informa que o interventor deliberou que, numa primeira fase do ato que nacionalizou o ensino religioso, ele fosse executado pela Secretaria da Educação. No final do fonograma, o secretário assina: “Saudações atenciosas, Coelho de Souza, Secretário Educação”.

Apesar dos diversos pronomes de tratamento e da demonstração de respeito mútua, uma análise sobre troca de fonogramas entre o pastor Dohms e Coelho de Souza demonstra o esforço do primeiro na manutenção do idioma alemão nos cultos e atividades da Igreja, bem como o papel de liderança étnica desempenhado pelo Pastor, que tenta minimizar o efeito das instruções do interventor. O Secretário da Educação, mesmo mantendo o respeito pelo Pastor, entretanto, não deixa de impor a sua autoridade e impede qualquer tipo de negociação com o mesmo. Durante o período em que as correspondências foram trocadas, dois fonogramas expedidos em São Leopoldo pelo Pastor Dohms foram enviados ao Pastor de Lajeado (veja anexos C e D). Datados de 18 de agosto, quando o Pastor solicita que seja suspendida a preparação dos confirmandos; e de 30 de agosto, quando o Pastor escreve que as instruções religiosas devem ser novamente suspendidas, até melhores esclarecimentos – os fonogramas

demonstram a flexibilidade com a qual o Pastor Dohms lidava para instruir e mediar à situação.

O esforço pela nacionalização, através da fiscalização nas escolas, na imprensa e às instituições religiosas, por exemplo, fizeram da Campanha de Nacionalização um marco positivo para as ambições do Estado Novo. Fechando o ano de 1941, os quatro anos de existência do Estado Novo são comemorados em artigo enviado pela U.B.I. a *O Taquaryense* que enaltece a figura de Vargas e os feitos do governo iniciados com o movimento de 1930 – tido como revolucionário pelo texto. O Estado Novo é enunciado como regime salvador do Brasil frente à desordem e confusão que poderia advir de “poderes inúteis”, certamente referindo-se aos comunistas que já haviam ensaiado a tomada do poder em 1935. O brado que o artigo faz ao Estado Novo soa exagerado à nossa leitura atual: “Não esqueçamos o quarto aniversário da implantação do Estado Novo. Ele foi e tem sido tão benéfico para o Brasil, tão grande e generoso para os seus destinos, que *chega ser até um crime esquece-lo.*” (grifo nosso). Difícil mesmo é esquecer um regime político que causou tantas perseguições, repressão e intervenção sobre as representações étnicas do país. O acirramento desta situação será apreciado ao lançarmos nossa análise ao ano de 1942, que verificamos neste próximo subcapítulo.

2.6 Intensifica-se a Repressão aos Teuto-brasileiros: 1942

1942 é o ano no qual a repressão aos imigrantes é intensificada no Brasil. Neste momento, para além de uma Campanha de Nacionalização, o país estava inserido no contexto da Segunda Guerra Mundial e, em função de seu alinhamento aos Aliados, o governo fortaleceu as restrições aos “súditos do Eixo” – imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses que viviam no Brasil. O estado de beligerância criou um clima de tensão no país, de modo que todo e qualquer estrangeiro poderia ser um potencial inimigo da nação. O temor de uma possível infiltração nazista no sul do Brasil e a conquista do território brasileiro fizeram parte do imaginário da época, como observamos em texto enviado pelo Centro de Expansão Cultural e noticiado em *O Taquaryense*: “No sul do país, há um movimento perfeitamente articulado que só mesmo a pericia e a astúcia do nosso presidente souberam neutralizar. [...] Com a desculpa de sermos raça inferior, Hitler vae planejando a

conquista de nosso território...”⁴⁴. De acordo com Dutra (1997, p. 35), o imaginário social se assenta no simbólico e “[...] sua existência implica a adesão a um sistema de valores e a um sistema de regras que se remetem à estruturação das forças afetivas que atuam sobre o conjunto da vida social”. Para isso se operam uma série de oposições, entre elas o bem e o mal e, conseqüentemente, o nacional e o estrangeiro.

A chamada “solidariedade” do governo brasileiro para com o governo norte-americano passa a ser ainda mais recorrente nos artigos enviados pelas agências governistas de imprensa. A tomada de posição brasileira em relação à guerra é descrita como inevitável nos textos jornalísticos em razão da “[...] injustificável e condenável agressão que acaba de sofrer a nossa gloriosa co-irmã ianque, afastando-nos assim, da nossa irrepreensível neutralidade, até então mantida.”⁴⁵ Junto a isso, o texto da U.J.B. ainda anuncia que o presidente Vargas distribuiu uma nota oficial à população brasileira solicitando que evitasse “[...] demonstrações que [pudessem] perturbar a tranquilidade necessária ao trabalho e à vida das nações”, e que deveria se unir e “[...] se manter numa atitude serena, pondo de lado qualquer intenção de partidarismo e acabar com o pernicioso jogo de opiniões pessoais”. Ao se referir aos imigrantes, o texto menciona que:

O Brasil, como todos nós sabemos, é país tradicionalmente pacífico e magnânimo, e que por isso mesmo recebeu, de braços abertos uma imensa caudal de imigrantes de todas as raças e de todos os quadrantes do mundo e, portanto, temos o dever de assimila-los sob todos os pontos de vista, seja racial, seja espiritualmente, para que adquira a consciencia nacional de nossos dias. Principalmente esses filhos de alem mar, que estão disseminados por todo o hinterlande brasileiro, mais que o proprio nativo, devem se compenetrar de que estão no Brasil, soberano e dono de si e, portanto, se absterem de qualquer manifestação de opiniões. Devem manter-se serenos e prestarem sua incondicional obediencia às nossas leis e às autoridades constituídas.

Aos discursos pragmáticos editados pelas agências jornalísticas articuladas ao governo no início de 1941, que passaram a apoiar os norte-americanos após a sua entrada na guerra na metade final deste mesmo ano, verificamos que, para além desta mudança de orientação, os artigos escritos em O Taquaryense no ano de 1942 acentuam esta ideia e intensificam o discurso contra a Alemanha, como se esta fosse a posição do Brasil desde o início do conflito: “Nunca nos enganamos e sempre nos apercebemos com claridade da falsa

⁴⁴ “Hitler e o Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2808, p. 1, 24 jan. 1942, MC).

⁴⁵ “A posição do Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2806, p. 1, 10 jan. 1942, MC).

amizade nazista para com os brasileiros”⁴⁶. Além disso, os textos que abordam o perigo nazista e a necessidade de o governo tomar medidas imediatas para acabar com o quinta colunismo⁴⁷ no Brasil passam a preponderar sobre o jornal: “Medidas enérgicas e imediatas devem ser tomadas pelo Poder Público, a fim de que a ação nefasta da Quinta Coluna e seus agentes não seja de molde a comprometer a segurança do Brasil e do Continente”⁴⁸, anuncia um artigo que ainda acusa jornais de serem pró-eixo e fomentarem atividades “antibrasileiras” nas colônias de imigrantes:

Desde logo voltamos a reclamar o fechamento imediato de todos os focos e núcleos de propaganda totalitária no país. Sobretudo jornais que defenderam a política agressiva do Eixo devem ser fechados. Mesmo que agora não façam de forma tão acintosa quanto antes essa condenável propaganda, ainda assim constituem perigosos centros de desagregação, devido à falta de entusiasmo e sinceridade com que se referem à nossa política pan-americanista. Por outro lado vemos diariamente como esses jornais procuram desviar a atenção da opinião pública do perigo latente da Quinta Coluna, não só procurando descobrir novas provas de supostas atividades políticas contra os poderes públicos, como também, falando em tom de melodrama, sobre a “inocência” das laboriosas colônias estrangeiras que a ação vigilante dos patriotas com o apoio de provas irrefutáveis, denuncia diariamente como perigosos centros de atividades anti brasileiras tão audaciosa é ação desses jornais nesse terreno que, ainda há poucas semanas, pretendiam eles invalidar com argumentos dessa ordem a esmagadora acusação do Sr. Coelho de Souza, secretário da Educação do Rio Grande do Sul, sobre as temíveis atividades nazistas em seu Estado.

O caráter imediato com que foram tomadas as atitudes do governo pode ser observado no âmbito religioso, pois tanto as comunidades católicas, como as evangélicas foram atingidas pela proibição das prédicas em idioma alemão. No caso das primeiras, em Arroio do Meio, “Em 03 de fevereiro de 1942, o Arcebispo Metropolitano enviou circular à paróquia determinando a suspensão de celebrações nas línguas dos países envolvidos.” (KREUTZ et al., 2011, p. 213), já em relação ao culto evangélico, ao qual possuímos uma gama maior de fontes de pesquisa, verificamos um fonograma enviado pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, de Lajeado, em janeiro de 1942. Vejamos a Figura 17, na página seguinte:

⁴⁶ “Indisfarçável inimigo” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2809, p. 2, 31 jan. 1942, MC). Texto assinado por Paulo Forte.

⁴⁷ O termo “quinta-coluna” tem origem na Guerra Civil Espanhola quando, no final dos anos trinta, o General Franco lutava para retomar o poder conquistado pela Frente Popular. Contudo com quatro colunas de tropas, Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna formada por espíões em Madrid.

⁴⁸ “Agir sem tergiversações” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2809, p. 1, 31 jan. 1942, MC). assinada pelo Examinador.

Figura 17 - Fonograma enviado pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, de Lajeado

Recebido de _____ por _____
 Dia Mês Ano Hora Min.
 em _____ à _____
 Classe do fono _____ N.º do Recibo _____
 Transmissão em Tensões Dia Mês Ano Hora Min.
 N.º _____ em _____ à _____ por _____

FONOGRAMA
 CIA. TELEPHONICA RIO GRANDENSE

PASTOR SILLE
 E. 555
 LAJEADO

Procedência S. LEOPOLDO 26 Palavras 24 em 30 1 42 1040 Min.
 TEXTO: REVOGADA CIRCULAR NOVEMBRO TRINTA E NOVE
 SUSPENDA CULTO EM AIS FUNCOES E SONEBRANDO SOMENTE
 SACRAMENTOS E ATOS SEGUNDO AGENDAS TRADUZIDAS
 AVISE PASTORES URGENTE
 DOHMS

IMPORTANTE: A Companhia não se responsabiliza por motivo de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega dos despachos.

Fonte: IECLB Estrela. Fonograma, 30 de janeiro de 1942.

A revogação urgente da circular enviada pelo Pastor Dohms ao Pastor Sille, em 1939 (ver página 75), expressa o clima de tensão que passou a envolver os membros da comunidade evangélica local. Solicitando a suspensão dos cultos e demais funções que fossem realizadas em língua estrangeira, o Pastor Dohms chama a atenção no fonograma para que os pastores da comunidade fossem avisados com urgência.

Dois dias após enviar o fonograma, o Pastor Dohms envia um “Regulamento de Emergência” (anexos E e F) junto a uma correspondência com instruções anexa aos pastores das comunidades do Sínodo Rio-grandense. O Regulamento é claro: apesar da proibição apresentada no fonograma acima, a comunidade não poderia deixar de se reunir. Para o entendimento de todos, o regulamento instrui os pastores a ler o evangelho com a meditação traduzida do “Livro Eclesiástico para as Comunidades” e, quanto aos cânticos sacros, eles poderiam ser tocados pelo órgão, mas não cantados. Para evitar inconvenientes, o pastor desaconselha ainda a leitura de meditações de autoria própria e as conversas em língua estrangeira na Igreja. O presidente do Sínodo Rio-grandense suspende os cultos juvenis e

solicita, insistentemente “[...] a continuação do trabalho de assistência das senhoras evangélicas das comunidades, desaconselhando, porém, as reuniões de costume”.

Na correspondência anexa ao Regulamento de Emergência (anexos G e H), o Pastor Dohms escreve que “[...] espera mais uma vez, que comunidade e pastores prestem estrita obediência às instruções proibitivas das autoridades civis” e que todos tenham o máximo de cuidado “na conservação da comunidade, do seu caráter estritamente luterano, da sua conexão ao amor fraternal não fingido, da assistência mútua entre todos, cumprindo desta maneira, fielmente todos os deveres de membros de uma comunidade da Igreja da Reforma”.

Em março do mesmo ano, outra circular é enviada pelo presidente do Sínodo Rio-grandense com instruções aos pastores locais. Desta vez, o Pastor Dohms comunica que, conforme o Chefe da Polícia havia lhe declarado, livros religiosos não seriam apreendidos pela polícia, mas apenas os didáticos e políticos. Aproveitando o ensejo, aconselha que, caso houvesse algum requerimento, os pastores deveriam “[...] entregar sempre a “Ordem da Vida Eclesiástica”⁴⁹, versão portuguesa”, além de reforçar a inteira observância do Regulamento de Emergência e suas instruções anexas pelos pastores.

A preocupação do Pastor Dohms com a fala em idioma alemão é compreensível num contexto em que se expressar em italiano, japonês ou alemão podia representar uma afronta para a soberania nacional. Em um artigo de O Taquaryense intitulado “Desmascaremos a Quinta Coluna”⁵⁰, uma espécie de “fórmula” para identificar quem é “quinta coluna” é divulgada. Para localizar um deles, bastava observar, segundo o texto: quem não concordasse com o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos; quem fosse contra a supressão da imprensa estrangeira no Brasil (esses jornais, segundo o texto, “pretendiam entravar a obra nacionalizadora das colônias estrangeiras, transformando-as em ‘quistos raciais’, a serviço da política imperialista de Berlim, Roma e Tóquio”); quem declarasse que a guerra fora provocada pelo judaísmo; quem afirmasse que os Estados Unidos quisessem violar a soberania brasileira; e ainda quem afirmasse que na Alemanha a religião católica era respeitada. Cada brasileiro deveria ser responsável e ficar atento a estas informações para impedir que o quinta colunismo se propagasse pelo país, caso contrário poderia ser considerado um traidor da pátria, conforme matéria enviada pelo Centro de Expansão Cultural:

⁴⁹ IECLB Estrela, circular n. 526/42, 16 mar. 1942.

⁵⁰ “Desmascaremos a Quinta coluna” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2815, p. 1, 14 mar. 1942, MC). Texto enviado pelo Rio de Janeiro, sem autoria mencionada.

Um brasileiro que tenha responsabilidade patriótica e que seja honesto, íntegro, alfabetizado, e até medianamente inteligente, percebe a dimensão do desastre que atingiria o Brasil se um dia viesse a ser dominado pelas doutrinas de opressão e de força. Esse brasileiro também se convenceria imediatamente que seria a maior das traições, o maior dos sacrilégios e a mais ignobil profanação à honra da nação, nutrir, um minuto sequer, simpatia pelas teorias preconizadas pelo eixo.⁵¹

Os textos contrários à Alemanha e aos imigrantes alemães e descendentes no Brasil se tornaram cada vez mais predominantes em O Taquaryense, sobretudo após a notícia do suposto afundamento de navios brasileiros pela Alemanha a partir de 1942. Como represália ao acontecimento, Vargas assinou o decreto n. 4.166⁵², que determinava o confisco de parte dos depósitos dos súditos da Alemanha, Itália e Japão no Brasil. Segundo O Taquaryense, em matéria anônima, tal atitude foi considerada justa, mesmo que a medida tenha causado “grande repercussão entre os estrangeiros atingidos”⁵³. Tem início, a partir de então, o ponto alto da repressão aos imigrantes, o que pode ser observado em artigo publicado pelo semanário em abril:

O momento é de alarme e requer todas as precauções. Os agentes do eixo não descansam e se infiltram perigosamente em todos os meios sociais, promovendo a organização de um ambiente propício para a futura dominação totalitária. É urgente o aniquilamento dos inimigos que convivem no Brasil.⁵⁴

O secretário do município e redator de O Taquaryense, Helio Saraiva, também se utiliza do jornal de sua família para expressar seu sentimento aos nazistas: “À mais essa vilania nazista, pois, o nosso desprezo de povo livre e civilizado”⁵⁵. O desprezo aos imigrantes e seus descendentes também foi decorrente deste contexto⁵⁶. Enquanto que durante a Campanha de Nacionalização o perigo para o governo era a formação de quistos étnicos que ameaçariam a construção da unidade nacional, a declaração de guerra brasileira ao Eixo fazia

⁵¹ “Haverá algum brasileiro totalitário?” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2816, p. 2, 21 mar. 1942, MC).

⁵² Decreto-Lei n° 4.166, de 11 de março de 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

⁵³ “Foi decretado pelo Governo da Republica o confisco dos bens dos súditos da Alemanha, Italia e Japão, em represália pelo afundamento dos navios mercantes brasileiros” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2816, p. 2, 21 mar. 1942, MC).

⁵⁴ “5ª coluna, o espectro dos brasileiros” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2820, p. 1, 25 abr. 1942, MC). Artigo enviado pelo Centro de Expansão Cultural.

⁵⁵ “À vilania nazista, o nosso desprezo” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2822, p. 2, 09 maio 1942, ML).

⁵⁶ Em algumas destas matérias verificamos que há uma possível associação entre a crítica ao nazismo e o ódio aos teuto-brasileiros que podiam nem saber do que se tratava o nazismo Nas entrevistas realizadas para esta dissertação, muitas vezes os depoentes afirmam que não tinham noção das atrocidades cometidas por Hitler na Alemanha.

com que os imigrantes e seus descendentes se tornassem um inimigo interno decorrente de um contexto internacional de guerra. As memórias daqueles que vivenciaram este período narram perseguições, invasões de domicílio e até casos de tortura pelos agentes do governo, como demonstramos no próximo capítulo.

Muitas das associações ginásticas e culturais nas quais os imigrantes e seus descendentes se reuniam também sofreram algum tipo de intervenção neste período. “Espaço de preservação de identidades, de constituição de lealdades e de representação de grupos sociais”, segundo Silva (2005, p. 307), os clubes germânicos eram considerados redutos antinacionalistas. Em Estrela, o clube germânico do município, a “Turn Verein Estrella”, atual Sociedade Ginástica de Estrela (SOGES)⁵⁷, foi tema do seguinte fonograma expedido pela Delegacia de Polícia de Estrela ao Cel. Chefe de Polícia do estado, em 14 de março de 1942: “Comunicamos Vossencia acabamos assumir por indicação Dr. Delegado Polícia este municipio, Direção Clube Ginastico Estrela desta cidade, verdadeiro fóco ante-nacionalistas, cuja medida foi tomada face instruções Delegacia Ordem Politica Social [...]”⁵⁸. E o documento continua: “Pode estar certo vossencia tudo faremos prosseguimento meritoria e patriotica obra combate inimigos querida Patria. Tudo pelo Brasil”.

A intervenção à Turn Verein Estrella, além de modificar sua denominação, que passou a ser Sociedade Ginástica Estrela, empossou uma nova diretoria ao clube e determinou em muito a maneira como a associação passou a organizar seus eventos, tipicamente ligados à cultura germânica. Esse momento ficou marcado como uma nova fase na história da SOGES, que passou a denominar, em seu acervo, o período que vai de 1907 (ano de sua fundação) a 1942, como “O Germânico”. A partir do ano de intervenção, a disposição da documentação do acervo⁵⁹ não conta mais com documentos em língua alemã, que eram predominantes durante o primeiro período da associação.

A disposição da documentação oficial da SOGES em seu acervo demonstra a maneira como a instituição representa a sua história para si e para os outros. Como a disposição da documentação no acervo não foi planejada de maneira aleatória, observamos que tanto a maneira como estão expostos os documentos, como a denominação dos períodos históricos da associação foram construídos obedecendo a representações do grupo que

⁵⁷ De acordo com Klipp, Assman e Mazo (2012), a SOGES era filiada a Liga de Ginástica do Rio Grande do Sul, que reunia associações de ginástica de várias regiões do Estado.

⁵⁸ Fonograma de intervenção à Turn Verein Estrella. Acervo da Sociedade Ginástica Estrelense. 14 mar. 1942.

⁵⁹ Os documentos oficiais da SOGES estão disponíveis para a consulta em um acervo fechado dentro da instituição. A documentação está exposta de maneira cronológica, imitando uma linha do tempo.

formulou a composição do acervo. O fato de haver um período denominado como “O Germânico”, por exemplo, pode representar a forma como o grupo que produziu o acervo pretende que tal momento seja lembrado.

Assim como a SOGES, outro clube do Alto Taquari que sofreu intervenção foi o Lageadenser Turnverein-Jahn de Lajeado que, segundo escreve o memorialista Mario Lampert (2011), teve seu nome modificado em 1939 para Sociedade Ginástica Lageadense-Jahn e “Durante a Segunda Guerra Mundial, cremos que em 1942, o clube foi alvo de intervenção por parte do DOPS. Ainda adolescente assisti ao presidente abrir a Assembleia Geral Extraordinária que o DOPS mandara convocar.” (LAMPERT, 2011, p. 13). Em 1944, o nome do clube viria a modificar-se novamente para Clube do Comércio de Lajeado, hoje incorporado ao Clube Tiro e Caça. Além das associações ginásticas, as sociedades de Tiro ao Alvo foram especialmente atingidas durante a Campanha de Nacionalização, pois possuíam armas e atiradores treinados em seu núcleo. Em Teutônia, a “Schützenverein” (atual Sociedade Cultural e Recreativa da Linha Clara, SCR) “[...] cessou suas atividades em 1938, quando foram forçados a desativar seus estandes de tiro, bem como eliminar todo o arquivo histórico e documental da entidade, que era escrito em língua alemã.” Em função desta intervenção, “Além do acervo, as armas também foram confiscadas. Alguns itens [da SCR] foram salvos, como, por exemplo, um dos primeiros alvos, datado de 1910, que foi enterrado pelos antigos sócios e encontra-se atualmente na sede da sociedade” (KLIPP; ASSMAN; MAZO, 2012, p. 82).

As sociedades ginásticas tinham uma grande importância para a sociabilidade dos imigrantes alemães e seus descendentes, que tinham nestes clubes um lugar de identificação do grupo étnico a partir do idioma, das danças, jogos e festas germânicas. O conjunto formado pelas escolas comunitárias, instituições religiosas e clubes formava, portanto, o complexo associativo do grupo étnico:⁶⁰

[...] até por ser a ginástica uma atividade nascida de dentro do nacionalismo alemão – e as sociedades recreativas em geral servirem de pilares da preservação identitária na ótica germanista, ao lado da escola comunitária teuta e do catolicismo e luteranismo de imigração (SILVA, 2005, p. 310).

⁶⁰ Sobre os clubes sociais, a historiadora Eloisa H. C. da Luz Ramos realizou sua tese de doutorado focalizando estes espaços enquanto representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras em São Leopoldo entre os anos de 1850 e 1930. Ver RAMOS, E. H. C. L. *O Teatro da Sociabilidade* : os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras - São Leopoldo 1858-1930. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

O perigo encontrado nas associações germânicas estava na ideia de que este poderia ser um possível ambiente de confabulação contra o governo e de doutrinação nazista. Os clubes, majoritariamente formados por imigrantes e descendentes poderiam ser caracterizados como um ambiente que isolava o grupo e o diferenciava em relação aos demais, de modo a se tornar um alvo para as autoridades locais. A questão do relativo isolamento dos imigrantes alemães no Brasil foi motivo de suspeita em outros momentos da nossa história, tanto é que início do período republicano, “a principal crítica à política imigratória do Império teria por base justamente o que chamavam de isolamento e enquistamento dos colonos alemães resultantes do assentamento em colônias homogêneas” (SEYFERTH, 1994, p.13). Em texto divulgado por O Taquaryense em julho de 1942, verificamos que os imigrantes são colocados na posição de “hóspedes” do Brasil, o que traduz na impressão de que o texto expressa que eles não seriam dignos de direitos na terra onde vivem:

O Brasil tem sido para milhões de alienígenas uma segunda patria mais generosa que a própria terra de origem deles. [...] Conseguem direitos, riquezas e garantias às vezes em prejuízo dos próprios naturais. [...] Porque é certo que reconhecemos o serviço que nos prestou o braço estrangeiro na construção do nosso progresso. Isso, porém, já pagamos, e com juros. Mas também é certo que o Brasil somente aos brasileiros pertence. [...] Queremos tão somente que eles se coloquem em suas posições de hospedes e tenham em mente que cada um manda em sua casa. Porque aquele que assim não proceder sofrerá as consequências, seja de nacionalidade que for.⁶¹

“Ter em mente que cada um manda em sua casa”, como descreve o excerto acima, significava ter de se subjuar às proibições que, de maneira abrupta, modificaram o cotidiano de muitas pessoas, fossem imigrantes e descendentes, ou não. Afinal, o contexto histórico em que o país e o mundo em geral vivenciavam era de extrema mudança. Em um relatório de autor desconhecido da IECLB de Lajeado, podemos observar, em parte, como algumas dessas transformações foram sentidas pela comunidade evangélica local:

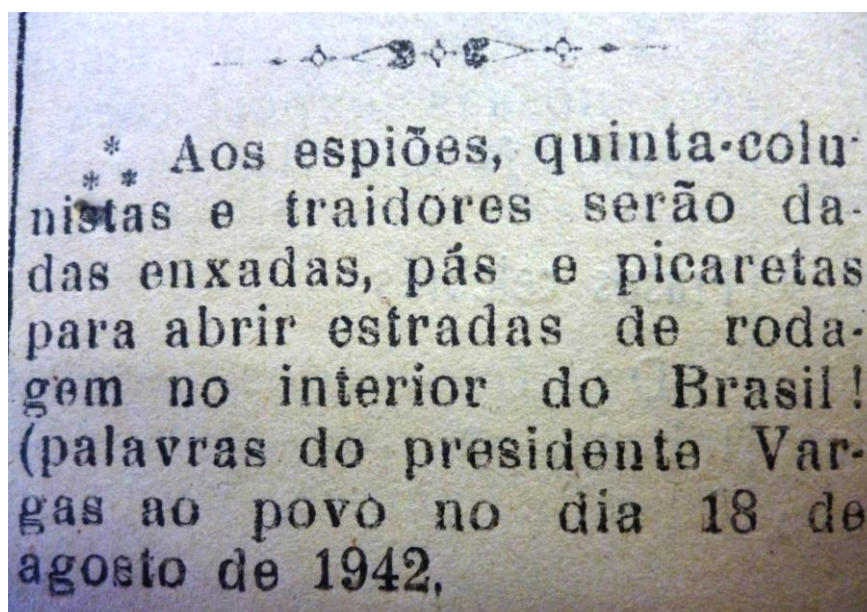
O ano de 1942 trouxe grandes dificuldades à comunidade. Ainda em janeiro foi interdito todo o uso de uma língua estrangeira, quer nos cultos, que em particular. E o pastor sendo estrangeiro, foi preso em 1-2-1942. Não lhe sendo permitido voltar a Lajeado, o P. Sille foi pastorear a comunidade de Campo do Meio, na paróquia de Montenegro. Hoje ele está dirigindo a paróquia de candelária. O sucessor do P. Sille veio a ser o Ver. Otiried Scheele, natural de Kassel, que vinha exercendo as suas funções em Ijuí. A situação que êle encontrou foi sobremaneira difícil, antes de mais

⁶¹ “A atitude dos estrangeiros para com o Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LV, n. 2832, p. 1, 18 jul. 1942, MC). Texto assinado por A. de Carvalho.

nada pelo fato de o Brasil entrar em guerra com o país de sua origem. Assim mesmo ele pode prestar os seus serviços à paróquia até 1948.⁶²

O relatório demonstra o peso da repressão: o Pastor Sille havia sido preso por ser estrangeiro e o novo Pastor passara dificuldades porque era de origem de um país do Eixo. A Campanha de Nacionalização não poupou nem os religiosos, como se este tipo de atitude pudesse “abrasileirar” um cidadão. Assim como esta punição, entretanto, os depoimentos orais, como veremos adiante, e O Taquaryense ilustram outras maneiras que as autoridades locais encontravam para punir quem ousasse pronunciar um simples “guten morgen”, ou fosse suspeito de estar traindo a pátria brasileira. Vejamos na Figura 18 o recado anônimo sem título anunciado no semanário:

Figura 18 - Nota anunciando as consequências àqueles que traíssem a pátria



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVI, n. 2842, p. 2, 26 set. 1942, ML.

O cumprimento de serviços públicos como punição aos teuto-brasileiros que desrespeitassem as normas proibitivas foi bastante comum durante o Estado Novo. Através dos depoimentos orais narrados no próximo capítulo nos aprofundaremos nesta questão.

⁶² IECLB Estrela, relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Ano desconhecido, p.7.

2.7 Das Medidas Proibitivas ao Fim da Campanha de Nacionalização: 1943 a 1945

Ao acirramento das tensões envolvendo os imigrantes alemães e seus descendentes em decorrência da declaração de guerra do governo brasileiro contra o Eixo, em 1942, verificamos que no ano de 1943, apesar de ainda intenso, o revanchismo aos imigrantes é tenuemente amenizado, pelo menos no que tange às matérias anunciadas em *O Taquaryense* – que passam a enaltecer crescentemente os feitos da Inglaterra e Estados Unidos no conflito.

Os artigos contendo tom de ameaça e desprezo pelos alemães que predominavam nas páginas de *O Taquaryense* diminuem de intensidade, no entanto, a cautela em relação às possíveis espionagens desenvolvidas por pessoas ligadas ao Eixo no Brasil é constantemente frisada:

Constantes continuam sendo entre nós as atividades de espionagem do Eixo. Sob permanente ação de mimetismo, debaixo de todos os disfarces vem se desdobrando as manobras diabólicas e tenebrosas da infame quinta-coluna em nossa amada pátria. [...] Oportunistas maquiavelicos, estes espíões, auxiliados por grande numero de brasileiros desnaturados, estão como a hiena traiçoeira à espreita para desfechar o bóte almejado. Devemos ter a maxima cautela a fim de combater, na medida de nossas possibilidades, as forças do Mal, não dando trégua ao inimigo.⁶³

Consideradas, como menciona o artigo, como “forças do mal”, as forças do Eixo são compreendidas como incivilizadas pelos textos jornalísticos, que passam a creditar o avanço dos Aliados na guerra à Inglaterra em detrimento da Rússia, como neste artigo enviado pela U.B.I.:

É um erro supôr-se que a Russia salvou esse tipo de civilização e de cultura que defendemos, que foi a força que decidiu os destinos da guerra. Não tivesse a Inglaterra ouvido Churchil e batido o pé disposta a vender caro a sua derrota, a lutar de rua em rua, de casa em casa e de homem em homem, resistindo ao desanimo que se apossara de todo o velho continente, e a estas horas era a Alemanha que ditava as ordens ao mundo, senhora absoluta do triunfo.⁶⁴

A vitória russa sobre os alemães em Stalingrado é admitida, entretanto apenas é reconhecida se estiver atrelada com a superioridade inglesa: “Naturalmente que os russos estão prestando ao mundo civilizado um auxílio inestimável [...], mas jamais lograriam obter a vitoria, que lhes fugiu desde que a Ilha britânica não capitulou”. Observamos, a partir destes

⁶³ “Eles procuram dividir os brasileiros” (*O TAQUARYENSE*, ano LVI, n. 2874, p. 1, 15 maio 1943, MC). O artigo é assinado por Luiz Noschang.

⁶⁴ “Quem salvou o mundo foi a Inglaterra” (*O TAQUARYENSE*, ano LVII, n. 2888, p. 2, 21 ago. 1943, MC).

excertos, a valorização da campanha bélica inglesa em detrimento a russa, assim como a incipiente afirmação dos Estados Unidos enquanto bastião da democracia no mundo: “Não foi a Rússia que salvou o mundo de Hitler. Foi a Inglaterra que, resistindo, tornou possível, ou melhor, deu tempo aos Estados Unidos de se tornarem o celeiro das democracias”.

O destaque dado à Inglaterra também é anunciado em artigo que discorre sobre a atuação dos jornalistas da imprensa do interior do Brasil. Segundo o texto, do Centro de Expansão Cultural, apesar das dificuldades que possuem para manter os jornais, a única “riqueza” que não havia sido restringida e racionada aos jornalistas era o seu “brio patriótico”. E quanto à função jornalística na guerra, a matéria expõe que:

Desde a deflagração da luta mundial, os jornais do interior, desde os maiores até os mais diminutos, serviram aos ideais da humanidade. A nação mais consagrada e enaltecida pelo jornalismo nacional foi a Inglaterra, em virtude da resistência heroica que o povo desse país ofereceu aos inimigos dos princípios de que todos carecemos para viver.⁶⁵

Em relação às matérias locais, destacamos o informe anônimo sobre a Semana da Pátria de 1943, no qual observamos o preparo realizado com os alunos nas escolas para este evento. Em mensagem enviada para O Taquaryense, alunos do Grupo Escolar Pereira Coruja, de Taquari, escrevem mensagem que é publicada no jornal para os moradores do município: “A mocidade brasileira cheia de afeto e de admiração pelo Brasil, que é a sua estremeçada terra, sente despertar mais forte sua alma e com maior entusiasmo, à aproximação da Semana da Patria”⁶⁶. O ensino cívico, conteúdo obrigatório nas escolas, tinha na semana da pátria seu ponto alto, pois este era um dos momentos em que o patriotismo ensinado aos alunos era apresentado para as autoridades locais. A não participação das escolas no desfile de comemoração pela independência do Brasil podia significar o fim da subvenção às instituições, como verificamos em uma circular enviada pela Secretaria do Interior do estado para a Diretoria da Administração Municipal de Lajeado. Para receber subvenção do governo, as entidades deveriam:

[...]

- c) haver admitido a inspeção e fiscalização da Prefeitura, sem prejuízo de sua autonomia;
- d) tratando-se de estabelecimento de ensino, associação desportiva, operária ou assemelhados, torna-se necessário atestado fornecido pelo Secretário da Prefeitura,

⁶⁵ “O Brio patriótico dos jornalistas do interior” (O TAQUARYENSE, ano LVII, n. 2905, p. 1, 18 dez. 1943, MC).

⁶⁶ “Semana da Patria” (O TAQUARYENSE, ano LVII, n. 2889, p. 2, 28 ago. 1943, ML).

de que participou das solenidades cívicas, para que recebeu convocação e se for o caso de que cumpriu as determinações referentes à arregimentação da juventude.⁶⁷

O alinhamento do prefeito de Taquari, Nestor Guimarães com a política estadonovista observa-se pelo bom relacionamento deste com o Secretário de Educação e Saúde Pública, assim como com o interventor federal no estado. Ao deixar o cargo na interventoria, em 1943, Cordeiro de Farias envia um telegrama a Guimarães que ratifica esta ideia. Explicando a situação ao prefeito, Cordeiro de Farias agradece a Guimarães a cooperação prestada ao seu governo e afirma que o prefeito deverá permanecer na administração municipal. Elogiando o trabalho de Guimarães, o interventor ainda salienta: “Devo ponderar que não deve sofrer menor descontinuidade a obra de ordem, trabalho e harmonia sempre reinante nesse município, em face do momento excepcional que estamos vivendo e para maior segurança e grandeza do Brasil”⁶⁸. Verificamos que o fato de posicionar-se sempre conforme a política governista garantiu a permanência de Guimarães no poder político municipal, mesmo havendo a troca de interventor no estado. A satisfação com a administração de Guimarães também é percebida quando, no ano seguinte, O Secretário de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza viaja ao distrito taquariense de Bom Retiro para a inauguração de um Grupo Escolar. Aproveitando o ensejo, o Secretário visita os Grupos Escolares do município de Taquari, sendo que, em um deles, teve a “[...] oportunidade de interrogar os alunos e inteirar-se do desenvolvimento do plano de ensino naquele estabelecimento [...] mostrando-se favoravelmente impressionado com tudo que lhe foi dado observar, o que consignou no termo de inspeção que lavrou”⁶⁹. Após os alunos terem feito homenagens a Coelho de Souza, o mesmo agradeceu:

Agradecendo, o dr. Coelho de Souza proferiu uma brilhante oração, externando sua gratidão pela expressiva homenagem de que era alvo, frisando a simpatia que sempre Taquari lhe inspirou, bem como focalizou as linhas mestras de sua gestão na Secretaria da Educação, as quais disse, ter invariavelmente subordinado a mais estrita honestidade e tenacidade.

⁶⁷ Circular nº 119-18-1943, de 29 de abril de 1943, Circulares da Diretoria das Prefeituras Municipais – Secretaria do Interior-Diretoria da Administração Municipal – 1939 a 1945. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro n. 0920A

⁶⁸ “Um telegrama do General Cordeiro de Farias ao dr. Nestor A. Guimarães” (O TAQUARYENSE, ano LVII, n. 2890, p. 2, 4 set. 1943, ML). Matéria anônima.

⁶⁹ “Visitou este município o Dr. Secretario da Educação” (O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2946, p. 2, 7 out. 1944, ML). Matéria anônima.

A preocupação com a educação perpassou todo o período do Estado Novo afinal, para construir uma versão da identidade nacional brasileira, era necessário o ensino cívico. Nesse sentido, este também foi um período no qual a alfabetização da população foi incentivada: “Por isso, alvitraríamos que o governo federal ou as interventorias obrigassem as 1500 Prefeituras ou Municipalidades do Brasil inteiro a extinguirem o analfabetismo local a fim de que todos os brasileiros pudessem trabalhar pela grandeza do país.”⁷⁰ Nas regiões de imigração alemã, como é o caso do Alto Taquari, os alunos tinham que aprender o vernáculo, como vimos anteriormente, e em vista disso, as escolas eram inspecionadas por fiscais do governo, motivo pelo qual eram emitidos os Termos de Inspeção, como os que exibimos ao nos referirmos aos anos de 1939 e 1940. Em 1945, mesmo após a Alemanha já ter se rendido, as visitas de inspeção ainda fazem parte da agenda dos fiscais, como a realizada em 18 de julho deste ano, que transcrevemos a seguir:

Termo de Inspeção

Em inspeção a esta escola verifiquei deficiência no ensino das matérias de nacionalização.

São Miguel, 18 de julho de 1945. Ass. (?) fiscal.⁷¹

Podemos também observar a preocupação e importância que os professores deveriam dar à educação moral e cívica através de uma fotografia que faz parte do acervo da Casa do Museu, de Arroio do Meio (anexo I), que mostra um professor rodeado de alunos em torno da bandeira nacional, juntamente com uma placa na qual está escrito: “Ama com orgulho a terra em que nasceste pois não conhecerá país como este”. Saber o vernáculo também dificultou as atividades das OASE’s (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas) que pertenciam à microrregião do Alto Taquari. Fichas encontradas entre os documentos da IECLB de Estrela, que contêm o histórico das OASE’s de Lajeado, Paverama e Teutônia, demarcam o período da Segunda Guerra Mundial como um momento em que seus trabalhos foram suspensos⁷². Sendo a OASE um agrupamento de senhoras que promovia o auxílio a entidades carentes, os estudos bíblicos, visitas a pessoas doentes e trabalhos manuais para ajudar a comunidade, por exemplo, observamos que a interrupção das suas atividades decorreria em função da simples fala do idioma alemão, pois bastava isso para possibilitar a delação destes grupos enquanto

⁷⁰ “O problema brasileiro” (O TAQUARYENSE, ano LVII, n. 2918, p. 2, 18 mar. 1944, MC). Artigo assinado por Mario Pinto Serva.

⁷¹ Termo de Inspeção, 18 jul. 1945. São Miguel, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº 0924.

⁷² Fichas com o histórico das OASE’s de Paverama, Lajeado e Teutônia. Sem data. IECLB Estrela.

redutos de “quintas coluna”. Veremos, através das memórias narradas sobre a Campanha de Nacionalização no próximo capítulo, que muitas vezes, rixas pessoais motivavam a denúncia daqueles que se expressavam em idioma alemão.

A perseguição aos imigrantes alemães e seus descendentes foi em parte impulsionada pelos artigos presentes nos jornais. Já no final de 1944, as atrocidades cometidas pelo regime nazista passam a ser atribuídas à população de origem germânica em geral, como se todos os alemães fossem culpados e concordassem com a obra de Hitler. Verificamos isso ao observarmos um texto enviado de Londres⁷³ para O Taquaryense que menciona o que chama de “dupla personalidade” de Hitler e que confere esta característica a todos os alemães:

Esse tipo de mentalidade, não é exclusivo de Hitler. Ao contrário, é um rasgo universal nos alemães. Na realidade, é uma reação devida ao complexo de inferioridade de que sofrem os alemães, que se origina no fato de que sempre tiveram inveja da cultura inglesa e francesa, e da superioridade técnica que possuem os norte-americanos.⁷⁴

Ao elogiar as culturas inglesas e francesas, bem como a superioridade técnica norte americana, o texto considera essa dupla personalidade alemã (que ao mesmo tempo em que comete atrocidades, cultua obras de arte, como menciona o artigo ao se referir a Hitler) como decorrente da inveja dos alemães. Nota-se que o argumento utilizado no artigo é vazio e sem embasamento, apenas fazendo questão de construir uma imagem negativa da população de origem germânica – atentamos aqui que não estamos defendendo as atitudes cometidas pelo regime nazista, mas sim enfatizando a ideia de que não era todo o alemão que estava a favor da ditadura de Hitler – como fizeram os textos da época, como este enviado de Washington, do Serviço Especial da Inter Americana, para O Taquaryense:

O mundo não poderá jamais esquecer que o povo alemão compartilhou dos despojos das criminosas conquistas do exercito nazista e nunca se lembrou de formular um protesto sequer contra as sanguinárias atrocidades praticadas pela Gestapo [...] Ainda hoje, mesmo após as catástrofes verificadas em todas as frentes, os alemães ainda se mantêm fieis a Hitler e portanto não podem ser totalmente isentados de culpa.⁷⁵

⁷³ Verificamos que, a partir de 1944, O Taquaryense passa a divulgar artigos enviados por agências jornalísticas da Europa e Estados Unidos.

⁷⁴ Os criminosos alemães, ‘amantes da arte’” (O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2951, p. 2, 11 nov. 1944, MC).

⁷⁵ “Não haverá confraternização com os alemães” (O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2951, p. 1, 11 nov. 1944, MC).

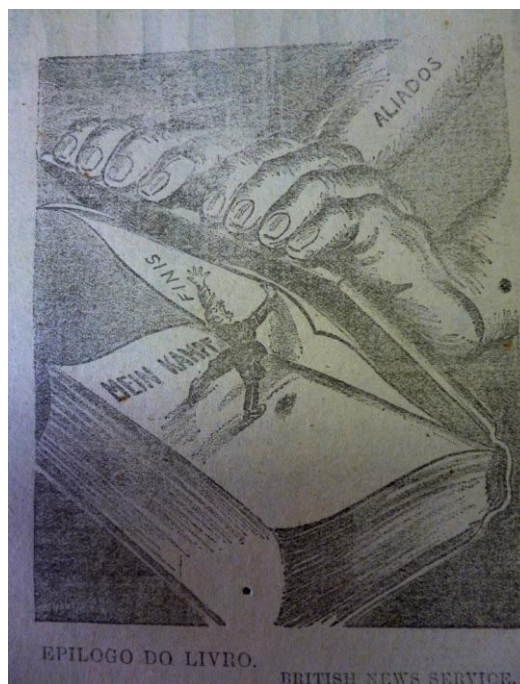
O clima de vitória que atingiu os Aliados com a rendição alemã e o suicídio de Hitler foi divulgado em O Taquaryense através de charges realizadas pelo British News Service. Ironizando o regime nazista e enaltecendo a superioridade dos Aliados, as charges fizeram parte das edições do primeiro semestre de 1945 no semanário. Visualizamos algumas destas charges nas Figuras a seguir:

Figura 19 - Charge – “O Beijo da Morte”



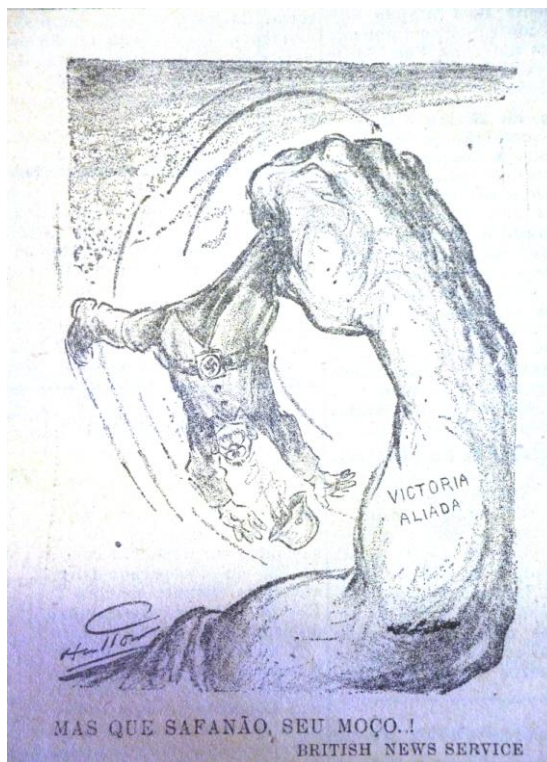
Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2960, p. 3, 18 jan. 1945.

Figura 20 - Charge – “Epílogo do Livro”, os Aliados colocam ponto final na obra de Hitler



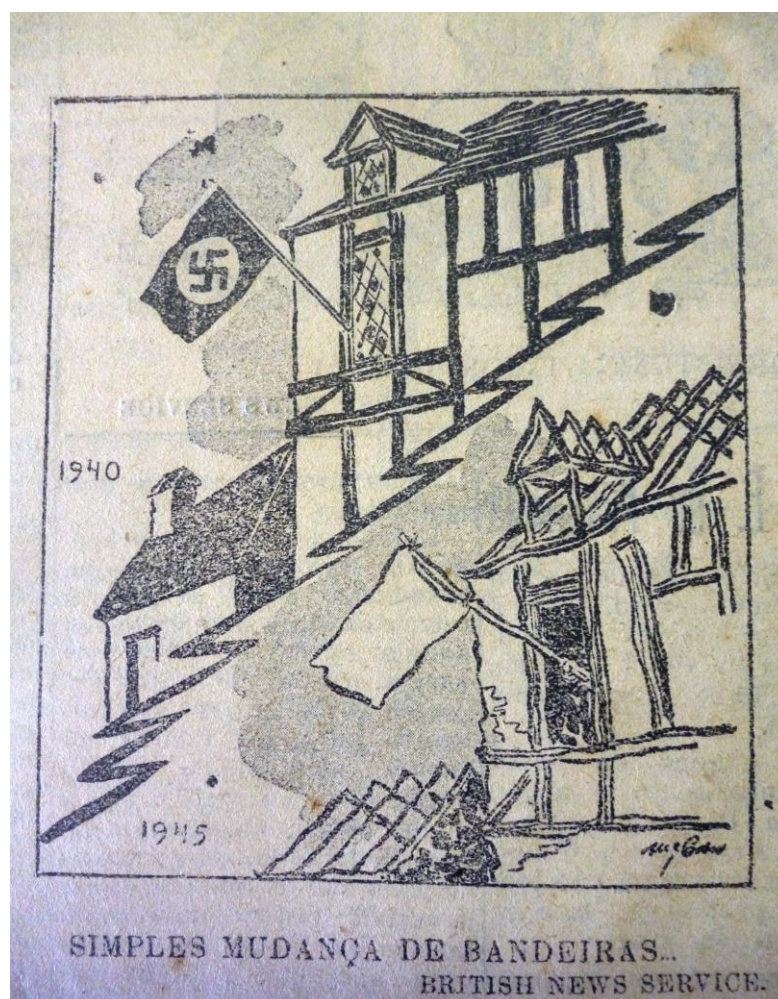
Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2975, p. 2, 5 maio 1945.

Figura 21 - Charge - “Mas que Safanão, Seu Moço”, a força Aliada derrota o frágil Hitler



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2979, p. 1, 2 jun. 1945.

Figura 22 - Charge – “Simples Mudança de Bandeiras”, a Alemanha antes e após a guerra



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2979, p. 1, 2 jun. 1945.

Em meio às imagens que satirizam Hitler, verificamos textos exaltando a vitória Aliada em O Taquaryense. De acordo com o semanário, as notícias de rendição das tropas alemãs passam a ser comemoradas através de comícios em Taquari, que contava com habitantes do município lutando na Força Expedicionária Brasileira (FEB):

[...] o dia 8, porém, o Dia da Vitória, com a rendição feita pelos seus chefes supremos que se entregaram à clemência dos vencedores, foi brilhantemente comemorado entre nós, pois Taquari se orgulha de possuir humildes filhos seus, fazendo parte da heroica Força Expedicionária Brasileira.⁷⁶

⁷⁶ “Rendição incondicional da Alemanha” (O TAQUARYENSE, ano LVIII, n. 2976, p. 2, 12 maio 1945, ML). Matéria anônima.

Ainda segundo O Taquaryense, a população de Taquari se reúne diante da bandeira hasteada, de frente à Prefeitura e,

Levando bandeiras do Brasil e retratos do dr. Getúlio Vargas, Roosevelt, Churchil, [?] ao som de musica e tambores dos garbosos alunos do Colegio Serapico, cantam entre vivas aos heroicos soldados aliados [...] Autoridades falaram sobre a grande vitória pelas armas do bem contra as legiões do mal, sendo as suas palavras cortadas de aplausos da grande massa popular que, dando expansão aos seus sentimentos de brasilidade, não cessou um só instante de demonstrar a alegria e a satisfação.

O Taquaryense, um jornal alinhado à política governista, nos informa como a notícia da rendição alemã fora comemorada no município de Taquari. No entanto, compreendendo que as informações expressas em um jornal são uma representação da realidade forjada conforme os interesses do grupo que o compõe, precisamos atentar ao fato de que, mesmo Taquari sendo marcado pela imigração açoriana, as matérias anunciadas ao longo do período que analisamos nos permite concluir que também existiram grupos prejudicados com a Campanha de Nacionalização e seu acirramento, em 1942, em Taquari. A intervenção ocorrida em O Paladino, em 1941, nos impede um olhar sobre como a recepção desta notícia se deu no Alto Taquari, no entanto, os depoimentos orais lançam possibilidades sobre esta questão, pois o fato de terem parentes morando na Alemanha preocupava os teuto-brasileiros do Alto Taquari, como veremos adiante. Assim como os jornais, documentos como os Termos de Inspeção escolares, os salvo-condutos, as circulares e os fonogramas, por exemplo, permitem nossa análise sobre a eficiência operacional das ações desenvolvidas pela Campanha de Nacionalização em nossa região de análise. A maneira como ela é rememorada atualmente, no entanto, é o tema do nosso próximo capítulo, que busca dar voz àqueles que experienciaram este período através de textos escritos por memorialistas e das memórias narradas por aqueles que vivenciaram as consequências da Campanha da Nacionalização.

3 MEMÓRIA DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO

Quando analisamos notícias divulgadas por jornais, atas, circulares, fonogramas e correspondências, nos deparamos com documentos que, em conjunto, traçam um painel representativo do passado mas, apesar disso, por estarmos tratando de um processo histórico, devemos estar conscientes de que estes documentos foram produzidos por grupos determinados e, por isso, forjados conforme os seus interesses, de modo que parte dos sujeitos históricos envolvidos pode não estar contemplada neste painel. Este capítulo se encarrega de explorar um âmbito da história no qual os documentos não alcançam: analisamos a memória recente construída sobre a Campanha de Nacionalização no Alto Taquari. Com esta análise, é possível reafirmar, contrapor ou ainda lançar a dúvida sobre as diferentes versões de um fato, além da possibilidade de adentrarmos no âmbito das relações humanas, que envolvem sentimentos como o ódio, a raiva e a intolerância e, assim, através da memória, representam o passado.

A busca de testemunhos vivos da Campanha de Nacionalização no Alto Taquari nos leva a uma reflexão daquilo que nos é narrado nos depoimentos, de modo que é fundamental enfatizarmos a margem que distingue a história da memória. Além de compreendermos a particularidade desta, como algo relacionado ao que é íntimo das pessoas, levamos em conta que a memória também deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações e transformações, conforme Pollak (1992). A memória é uma forma de representação do passado construída a partir da forma como as pessoas concebem, sentem, significam o mundo, o seu mundo. De acordo com Thomson (1997, p. 57), as memórias trazem aspectos de nossa identidade, de modo que:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, o que pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

Memória e sentimento de identidade estão articulados e, no caso desta dissertação, observamos como a identidade étnica teuto-brasileira, construída através do germanismo, num período anterior ao Estado Novo, influenciou na maneira como os imigrantes e seus descendentes seriam atingidos com uma campanha que visava à formação de uma identidade nacional brasileira. Compreendendo, entretanto, a identidade como um sentimento constantemente reconstruído de acordo com as situações em que o sujeito vive na sociedade, e

direcionando nosso olhar para o grupo étnico do Alto Taquari, cabe relativizarmos o alcance do discurso das lideranças étnicas nas comunidades germânicas do interior do estado (Gertz, 2006). Sendo assim, apesar de considerarmos a importância do discurso germanista na formação do grupo étnico teuto-brasileiro, compreendemos a identidade étnica teuto-brasileira de acordo com o sentido acadêmico atribuído *a posteriori* a ela, qual seja, um processo dinâmico construído na interação com a sociedade nacional, que seleciona traços culturais como marca característica e é passiva a diferentes apropriações de acordo com o momento histórico e a região em que os grupos teuto-brasileiros estiverem inseridos. Nesse sentido, além de estar relacionada às alterações sofridas pela nossa identidade pessoal, a memória também é constantemente reconstruída conforme nossas experiências do presente. “Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo (THOMSON, 1997, p. 57).

Ao concretizar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães em um texto, devemos ter em mente os “muitos tempos da memória”. Enquanto que o passado é o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados, e o presente é o tempo da redação da narrativa, a memória tem um papel intermediário entre essas duas temporalidades (PINTO, 1998, p. 206). Nesse sentido, ao analisar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães e os textos memorialísticos, nos orientamos pela perspectiva de que as narrativas foram construídas a partir de temporalidades distintas, nas quais a memória acerca do processo da nacionalização forçada foi sendo reformulado de acordo com as experiências de vida de cada um deles.

Através da metodologia da história oral, foram realizadas vinte entrevistas com descendentes de imigrantes alemães que habitaram a microrregião do Alto Taquari durante o período do Estado Novo e, além disso, contamos, neste capítulo, com as narrativas escritas por memorialistas que externaram suas memórias através de livros: Herbert Bergesch (2000), Olavo Black (2004) e Leandro Lampert (2011).

Realizados num período bastante posterior ao Estado Novo, estes escritos memorialísticos se inserem no contexto de revalorização dos grupos étnicos, que se fortaleceu a partir dos anos cinquenta. Ao analisar essa questão na zona de colonização italiana do estado, Beneduzi (2011, p. 8), assim como Zanini e Santos (2013) tomam o exemplo da Festa da Uva – realizada em Caxias do Sul – que deixou de acontecer durante o Estado Novo, “Na medida em que o projeto de nacionalização acaba excluindo esta festividade do calendário de eventos possíveis dentro de uma política de valorização do nacional.” Segundo as autoras,

“Após este período repressivo, houve certo apagamento de manifestações mais públicas das vivências da origem italiana e também de culto à italianidade” (ZANINI; SANTOS, 2013, p.3). O ressurgimento das festas e manifestações de grupos étnicos, no entanto, é retomado nas décadas seguintes, principalmente durante os festejos do centenário e sesquicentenário da chegada dos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul, respectivamente. No Alto Taquari, os anos sessenta marcaram o surgimento do mais antigo grupo de danças folclóricas alemãs do Brasil¹, o que reafirma a condição dinâmica da identidade étnica que, conforme o período histórico, formula determinados símbolos para se autorrepresentar e afirmar. Os textos memorialísticos se inserem neste contexto de renovação identitária do grupo étnico, num momento mais propício para se narrar as histórias envolvendo os sentimentos de ódio, raiva e intolerância.

Em função de abordarmos textos memorialísticos e memórias narradas pelos sujeitos que “sentiram na pele” os efeitos da Campanha de Nacionalização, sublinhamos a constatação acerca da memória feita por Maurice Halbwachs (2006, 1ª ed. 1959), a partir do qual o tema da memória passou a ser objeto de estudo das áreas do conhecimento que focalizam a dinâmica das sociedades, e não somente o indivíduo (como a psicologia clínica e a psiquiatria). O sociólogo concebe a estrutura social da mesma, sendo que a memória é construída de acordo com a relação social e o lugar onde o indivíduo se encontra na sociedade. Halbwachs já apontava para relação entre a memória e o sentimento de identidade, afirmando que a memória é influenciada pela vontade dos sujeitos de se apresentar como parte de um grupo (memória coletiva), ora por sua vontade de se apresentar como um indivíduo distinto dentro do grupo (memória individual). Assim, quando pretendem se identificar com determinada coletividade, os sujeitos tendem a lembrar dos acontecimentos da forma como esta coletividade o lembra e, quando pretendem marcar sua individualidade, tendem a lembrar do que a sua experiência foi distinta do grupo. Apesar, no entanto, de estabelecer essa diferenciação, Halbwachs (2006, p. 72-73) faz uma ressalva importante ao afirmar que ambas se interpenetram:

[...] se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância.

¹ Surgido no ano de 1964, o Grupo Folclórico de Estrela é mantido pela Comunidade Evangélica de Estrela até dias atuais.

Como estamos tratando aqui de relatos individuais, é preciso ter em mente não apenas esta questão, mas também outra: durante a época da Campanha de Nacionalização, os entrevistados eram bastante jovens, tinham entre um e vinte e quatro anos no ano de 1942, quando da intensificação da repressão aos teuto-brasileiros, de acordo com Gertz (1991, p. 65). Quando se refere às memórias de criança, Halbwachs afirma que a sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, faz a criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê.” (HALBWACHS, 2006, p. 82). Podemos dizer, então, que os entrevistados se lembram de tais episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “[...] num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período” (HALBWACHS, 2006, p. 82). As entrevistas realizadas com as duas depoentes mais jovens, que nasceram durante o Estado Novo, por exemplo, demonstram os sintomas deste processo nas lembranças sobre aquilo que ouviam a partir da fala dos pais e avós. Assim como eram muito jovens naquele período, atualmente nossos depoentes possuem uma idade considerada (entre 72 e 95 anos), de modo que, assim como em qualquer entrevista, é necessário fazer uso do bom senso, mas com uma cautela maior. Situações como a dificuldade de audição e a pouca disponibilidade para conceder a fala por muito tempo, por exemplo, devem ser levados em conta para que a entrevista não se torne um inconveniente para o depoente e para que seus limites não sejam ultrapassados. A relação entre entrevistado e entrevistador deve ser harmônica para que os objetivos do segundo também sejam alcançados.

Em relação à distância entre os fatos narrados e os acontecimentos em si, Pollak (1992), principal autor no qual esta dissertação se sustenta para abordar a memória, explicou que a memória, além de ser um fenômeno construído coletivamente, é submetido a flutuações e transformações. A memória seria, assim, projeção ou identificação com determinado passado. Segundo o autor, a memória ainda é seletiva; herdada, em parte, não se referindo apenas à vida física da pessoa; sofre flutuações de acordo com o momento; é um fenômeno construído a partir de mecanismos conscientes e inconscientes; e possui uma relação estreita com o sentimento de identidade.

Apresentamos, com isso, os vinte depoentes que concederam suas entrevistas em suas respectivas residências, entre os anos de 2010 e 2013², nos municípios de Estrela, Lajeado e Arroio do Meio (a relação dos entrevistados encontra-se no Apêndice B). Serenita Ruschel nasceu no município de Estrela em 1918, estudou o idioma alemão na escola antes de 1938 e era dona de casa durante a época do Estado Novo. Sonha Emília Balensifer, nascida em Montenegro em 1920, teve aula nos idiomas alemão e português e por volta de 1940 passou a morar em Estrela, quando casou e se tornou dona de casa em Corvo, antigo distrito de Estrela. No ano de 1922 nasceu Eugênio Noll na cidade de Estrela. Eugênio estudava em uma escola evangélica no momento em que ocorreu a proibição do ensino em língua alemã. O fato de trabalhar junto com o pai em uma fábrica de café possibilitou a convivência entre Eugênio e os clientes da fábrica. A quarta entrevistada trata-se de Helga Maria Schnorr, que nasceu em Estrela no ano de 1925 e estudou em uma escola católica particular. Helga teve aulas nos dois idiomas, e durante a década de 40 já estava casada e era dona de casa. Os estrelenses Gerda Agnischock Müller e Silvino Birck, e a lajeadense Ermilda Jaeger, nascidos em 1926, eram estudantes durante a década de 1940, e passaram pelo momento de transição do ensino em alemão para o idioma português. Martha Maria Petry, nascida em Conventos em 1927, além de estudante, auxiliava a mãe trabalhando no hotel da família quando posteriormente mudara-se para Arroio do Meio. Álvaro Romualdo Noschang, também nascido 1927, estudou em escola particular em Corvo e em 1941 foi para o seminário em Gravataí. Hoje Álvaro é padre na cidade de Estrela. Outro entrevistado que seguiu o caminho religioso foi Antônio Victório Bohn, que nasceu em 1928 em Estrela, e foi para o seminário em Gravataí no ano de 1943. Antônio hoje é pastor em Lajeado, mas antes de ir para o seminário, estudou em grupo escolar em Corvo e trabalhou como cozinheiro na casa de um professor. No mesmo ano que nasceu Antônio, nasceram Walter Jaeger, em Lajeado, e Ida Hammes Mallmann, em Conventos. Ambos eram estudantes, mas Ida ainda trabalhava com a mãe e a irmã Martha Petry num hotel da família em Arroio do Meio, onde a família passou a morar no final da década de trinta.

Hertha Regina Birck nasceu em 1929 na Delfina, interior de Estrela, e durante o período da Campanha de Nacionalização era estudante e agregada em uma casa de

² Algumas entrevistas foram realizadas num período anterior ao mestrado a fim de construir o projeto de dissertação. As entrevistas tiveram como tempo médio de duração quarenta minutos e cada um dos depoentes assinou uma Carta de Cessão na qual concederam a entrevista e sua utilização nesta pesquisa. Não transcrevemos todas as entrevistas neste trabalho em função do número de páginas, mas selecionamos para esta dissertação as narrativas mais pertinentes para a análise em questão.

descendentes alemães. Pedro Waldemiro Müller, nascido em Estrela 1929, e Eli Hart e Tea Mathilde Becker Hunemeier, que nasceram no mesmo município em 1931, eram estudantes durante o período abordado na pesquisa. As irmãs Delcia Laci Lohmann Freitas e Wally Edel Lohmann nasceram em Teutônia nos anos de 1933 e 1935, respectivamente. No período da Campanha de Nacionalização, ambas viviam e estudavam em Lajeado. Finalizando a relação dos entrevistados, temos ainda os relatos de Renate Hilgemann, que nasceu em 1941 e era filha de um pastor luterano que, embora nascido na Alemanha, vivia em Estrela, e Miriam Kolling, nascida no ano de 1942 e moradora de Arroio do Meio no período da nacionalização forçada.

Em função da organização do texto, este capítulo se divide em três eixos temáticos, assim definidos a partir do conteúdo das entrevistas. No primeiro eixo temático, abordamos as memórias sobre as alterações no cotidiano dos teuto-brasileiros a partir da proibição do idioma alemão. O segundo enfoca as questões em torno da repressão sobre os teuto-brasileiros e as estratégias utilizadas por estes para driblar as ações dos agentes do governo e, para finalizar, o terceiro eixo temático discorre sobre as marcas que a memória legou aos entrevistados.

3.1 Eixo 1: O cotidiano em torno da proibição do idioma

Neste primeiro eixo temático, as memórias e os textos memorialísticos sobre a Campanha de Nacionalização abordam a questão mais específica da proibição do idioma alemão e as alterações que esta determinação gerou no cotidiano de vida dos teuto-brasileiros do Alto Taquari. Através de narrativas que envolveram a vivência desses sujeitos em espaços de sociabilidade como as escolas, as igrejas e os tradicionais bailes de kerb's, verificamos como o controle das autoridades sobre a população de origem estrangeira era intenso e se dava por toda a parte, inclusive nas residências dos mesmos.

Em relação à proibição do uso do idioma alemão, percebemos que alguns entrevistados não estabelecem uma relação entre o contexto político nacional e a proibição em si mas, embora a maioria associe a proibição do idioma à participação do Brasil na guerra, uma minoria se remete à ditadura de Vargas como razão da medida proibitiva. Enquanto que Serenita³ expressa: “[...] prendiam muito os que falavam alemão. Simplesmente não podia

³ Utilizamos o primeiro nome para nos referirmos ao entrevistado.

falar alemão, só português.”; Eugênio compreende a questão como um problema local do município de Estrela: “Ora, a questão muito foi daqui da localidade, não era em toda parte”. Já Dona Sonha lembra vagamente que foi na época de Getúlio Vargas que ocorreu a proibição.

A medida proibitiva era divulgada na região através de cartazes, como lembram Silvino e Antônio, que fala: “Essa proibição veio com cartazes pra tudo que é lado [...] quando o Brasil entrou em guerra [...] [estava escrito nos cartazes:] ‘proibido falar em alemão, italiano e japonês’, eram colados em toda parte porque era ditadura e ninguém podia protestar” (Veja cartaz na Figura 23, na próxima página). A maneira encontrada pelos agentes da Delegacia de Polícia para vigiar os imigrantes e descendentes era, segundo os entrevistados, ficar escondidos atrás de muros e matagais à espreita de uma ocasião: “Eles se preparavam, ficavam de tocaia”, diz, Eugênio. Para completar o time de vigilantes, os relatos apontam para a participação de civis que costumavam denunciar situações de uso do idioma alemão. Estes eram os “deutscher fresser” – tradução que os entrevistados utilizam para a expressão “comedor de alemão”, em alemão – a quem os teuto-brasileiros deveriam ficar atentos: “Então a frase era: ‘está vindo um deutscher fresser’, ó, da kommt ein deutscher Fresser”, afirma Helga. Delcia e Wally também se lembram desta expressão e, ao explicar o significado da mesma, esta afirma que os deutscher Fresser “eram os bem brasileiros”. O receio em cruzar com esses delatores era grande, e motivo de preocupação dos pais, como lembra Delcia: “A mãe dizia ‘cuida que ele é um deutscher Fresser!’”. Ao serem questionados sobre o uso desta expressão, Ermilda diz se lembrar, e Walter relata: “Era esse tipo de gente que fazia isso [delatar os ‘alemães’]”.

Figura 23 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês



Fonte: Documento cedido por Flávio Jaeger, morador do município de Estrela. Na parte inferior do cartaz consta o carimbo da Delegacia de Polícia do município.

A dificuldade em, de uma hora para outra, ter de aprender outro idioma é bastante referida pelas mulheres entrevistadas. O fato de, em sua maioria, as meninas da época acompanharem os afazeres domésticos das mães, permitiu com que as memórias narradas por elas se relacionasse mais ao âmbito privado. Embora existam exceções, como veremos posteriormente, são as mulheres que narram os episódios relacionados às questões familiares. A obrigatoriedade em se falar um idioma diferente do costumeiro, por exemplo, é lembrada a partir das conversas e cuidados que as meninas tinham com as mães e avós: “A mãe tinha muita dificuldade, ela falava tudo errado! Não entendia nada... ela morreu com 99 e meio e não sabia nem falar português direito...” afirma Delcia. Completando a informação lembrada pela irmã, Wally recorda que “Nós fomos no médico e aí eu digo ‘olha, ela fala mal, ela não sabe se defender no português...’, aí diz ele [o médico] assim ‘deixa ela falar!’, aí ele fez assim ‘fala, diz onde dói’... Aí a mãe ‘dói aqui, dói ali’, começou a falar...”. Observamos, a partir deste exemplo dos depoimentos de Delcia e Wally, que a fala em idioma alemão fazia parte do cotidiano dos teuto-brasileiros, e sua proibição atingia aspectos da vida diária que não tinham relação alguma com um suposto nacionalismo alemão ou uma ligação ao nazismo.

Esta situação também é verificada nos relatos de Miriam que, nascida em 1942, se recorda das conversas que ouvia de suas tias: “É, eu era muito nova. Eu nasci em 42, a guerra acabou em 45... eu só me lembro que as tias às vezes falavam, a gente pegava lances às vezes das tias falando, né? Quando o pessoal ia pro açougue não podia falar o nome da carne, então elas batiam na bunda, sabe? Então os açougueiros sabiam o que eles queriam. Eu me lembro de vagas coisas.”

As irmãs Martha e Ida também narram as dificuldades que passaram com a avó no hotel que a família tinha. Martha se lembra de uma situação na qual o irmão teve de dar esclarecimentos na delegacia: "Não, quando foi proibido, não podia mais falar. A nossa avó não podia falar português, ela não sabia, aí tinha que cuidar porque se não... Uma vez o mano foi chamado na delegacia porque a vó falou alemão. Sim, o Henrique foi, por causa da vó. A vó falou alemão... Ela não sabia falar português, tinha 80 e tantos anos...". Já Ida recorda como a mãe lidou com a proibição: "Até a mãe que não sabia falar português, ela aprendeu na amarra! A gente tinha hotel, e então ela aprendeu a falar, ela até falava bastante bem... Se defendia muito bem".

O fato de trabalharem com a mãe no hotel fez com que as duas irmãs se envolvessem no âmbito mais público das relações sociais. A morte do pai enquanto as duas eram ainda crianças, tornou necessário que elas trabalhassem e, com isso, as lembranças em torno da Campanha de Nacionalização dilatam um pouco do círculo mais privado de lembranças. Martha, por exemplo, se lembra das intervenções que a polícia fazia no hotel: "Nós no hotel, quem vinha, nós tínhamos que fazer tudo que a polícia mandava e tinha que levar na delegacia, da pessoa que vinha no hotel, né? Aí tinha um formulário especial, e tudo tinha que ir para a delegacia, sobre os hóspedes que vinham". Apesar de Martha não recordar o conteúdo do formulário, é provável que o mesmo tivesse como objetivo o controle daqueles que se hospedavam em Arroio do Meio.

Martha e Ida também falam sobre a obrigatoriedade em hastear a bandeira nacional no corredor do segundo andar do hotel e, em função disso, se lembram do caso de uma mulher chamada Sueli Figueiredo, identificada como fiscal, que teria comentado "[...] que se tivesse uma bandeira da Alemanha estaria guardada, né?". Segundo Ida, "Essa era pelo duro mesmo, ela tinha raiva dos alemães!", e Martha completa: "A dona Sueli Figueiredo 'é um coração de uma brasileira que fala, de uma brasileira que pede vingança'". Tudo indica, portanto, que Sueli Figueiredo era uma das fiscais da nacionalização atuando no hotel, e a fala das irmãs demonstra a intolerância praticada contra os "alemães" do período.

Em relação ao uso da bandeira nacional, Leandro Lampert (2011, p. 9-10) escreve sobre um caso acontecido em Lajeado que envolveu um vendedor do item: "Apareceu na cidade, um vendedor de bandeiras do Brasil. Tinha três dimensões, para o tamanho do medo de cada um. O diligente vendedor acertou com a marcenaria do Hoffmann, a confecção de 100 mastros. Garantiu aos que adquirissem e hasteassem a bandeira, jamais seriam chamados de 'quinta-colunas'". Lampert também rememora um fato que o envolveu quando viajava à

casa dos avós em Estrela, pois precisou de um salvo-conduto para seguir viagem: “Instituiu-se a obrigatoriedade de emissão de um salvo-conduto pela Delegacia de Polícia, sempre que algum lajeadense desejasse se dirigir a outro município. O encarregado de conferir a documentação era o... cobrador do ônibus. Todos os meses eu ia de ônibus, sozinho, num sábado, visitar meus avós em Estrela e voltava aos domingos de tarde. Fui na D.P. e saí com o documento na mão. Informei o objetivo da viagem – visitar meus avós – Na ida, tudo bem. Na volta, ao entregar o meu salvo conduto, foi recusado pelo cobrador, porque era só de ida e não mencionava a volta. Já com os olhos marejados, fui salvo pelo motorista, que me perguntou: você não é um dos guris do Mário? E assumiu as responsabilidades pelo transporte de um menino de 10 ou 11 anos, muito pouco perigoso. Voltei para casa assustado. Algum tempo depois, a exigência descabida foi cancelada. Foi meu primeiro contato com a burocracia e o ‘jeitinho’ brasileiro” (LAMPERT, 2011, p. 8). O uso de salvos-condutos, como mencionamos no capítulo anterior, tinha a função de justificar a viagem das pessoas que transitavam de um município a outro e também tinha o papel de controlar quem entrava ou saía de uma localidade. No caso narrado por Lampert, verificamos que nem mesmo as crianças eram poupadas dessa situação.

Segundo os entrevistados, muitas vezes quem falava em idioma alemão era delatado por civis, os famosos “deutscher fresser”, como vimos. Ao serem perguntados sobre a participação destes civis entre aqueles que perseguiram os teuto-brasileiros, os relatos de cinco, dos vinte entrevistados se referem aos lusos como perseguidores em função da inveja que estes tinham da prosperidade que os “alemães” vinham obtendo na agricultura, observemos alguns trechos:

“Era uma gente lusa que tinha muita raiva dos alemães, muita inveja. Então naturalmente aquela inveja deles desde o começo [quando os alemães chegaram ao Brasil] persistiu, porque os alemães vinham aqui, faziam agricultura e prosperavam, tinham casa bonita e tudo, e os outros queriam sombra e água fresca. Tinha gente que não era autoridade nem nada, mas iam denunciar. Nas estradas, se alguém dizia ‘guten morgen’, ao invés de bom dia, já chegava. Não precisava nem de testemunha, ia lá, denunciava e eram presos.”, afirma Antônio. No mesmo sentido, Eugênio relata: “Era, como eu posso te dizer, ciúmes, inveja. Os alemães estavam indo muito bem e eles, pra trás, né.” Na fala de Eli, fica bem marcada esta noção de que o “alemão” era um povo trabalhador: “Graças aos estrangeiros que vieram pra cá que o nosso Brasil é fantástico, né. Apesar de tanta pilantragem e tudo, mas graças aos

imigrantes que vieram de fora. Mas é o poder. Tem uma frase de Abraham Lincoln: ‘se queres conhecer o homem, dê-lhe o poder’, é uma coisa assim.”

Nestes três relatos podemos observar uma concepção muito bem definida pelo grupo étnico teuto-brasileiro: a ideia de que o povo alemão é trabalhador, contida no *ethos* do trabalho. Sugerindo que todo descendente de alemães possui essa característica, a mesma é legitimada ainda nos dias de hoje na fala dos entrevistados. Devemos compreender, entretanto, que esta “inveja” mencionada pode encobrir as tensões existentes na relação cotidiana entre ambos os lados, como afirma Fáveri para o caso catarinense:

A intolerância, via de regra, se dá no confronto relacional, ou relações de poder e, no caso das relações durante a Segunda Guerra Mundial, em Santa Catarina, a intolerância para com os estrangeiros e descendentes era também uma resposta aos preconceitos destes para com os brasileiros, e de larga data. Sem culpados ou inocentes, portanto. O que não quer dizer que devemos aceitá-la como natural, pelo contrário (FÁVERI, 2005, p. 127).

O fato de muitos descendentes de imigrantes chamarem, atualmente ainda, os brasileiros de “pelo duro”, e estes chamarem os alemães de “alemão batata”, é um pequeno resquício resignificado destes confrontos bilaterais que faziam parte das relações diárias entre os diferentes grupos. A questão do menosprezo ao idioma alemão, existente ainda nos dias atuais, é situada na narrativa de Padre Álvaro:

[...] hoje, as crianças e jovens não sabem [...] eles têm vergonha de falar alemão. Então quando eles são muito assim, quando percebem que são superiores, eu conto a história da gata que foi comer queijinho com seus gatinhos na cozinha e advertiu: “cuidado com o cachorro, ele é safado”. Quando muito bem estavam comendo o queijo, o cachorro meteu a cabeça dentro da cozinha, a gata viu e mais que depressa fez assim: “au, au, au”, e o cachorro estranhou isso, deu meia volta. Aí ela disse pros seus filhinhos: “eu sempre digo, é bom conhecer dois idiomas”.

Através de seu relato, o Padre Álvaro nos transmite justamente aquilo que Benjamin (1994) considera estar em falta em nossa sociedade: a transmissão da experiência. Assim como considera Fáveri, para o caso catarinense,

A língua passou a delimitar a fronteira entre o *atrasado* colono e o *civilizado*, ou seja, a geração do pós-guerra cresceu com vergonha do sotaque, aprendeu o português e “desaprendeu” a língua dos pais e avós, emudeceu. A campanha de nacionalização forçada, somada ao medo de falar e os traumas daí resultantes, a necessidade de inserção na sociedade brasileira, no contraponto ao sentimento penoso de rebaixamento, e o medo de cair no ridículo diante dos outros, os obrigou ao “esquecimento” da língua materna (FÁVERI, 2005, p. 442).

A lembrança do cuidado que se deveria ter com a fala em língua alemã também é referida quando os entrevistados falam sobre os bailes de Kerb`s, as missas e cultos que, como vimos no capítulo anterior, em função de serem espaços de sociabilidade frequentados pelos teuto-brasileiros, foram instituições bastante cerceadas pelas ações da Campanha de Nacionalização. As medidas proibitivas, segundo os depoentes, trouxeram dificuldades para aqueles que ainda não tinham aprendido a falar em português, principalmente os mais idosos, como é possível verificar na fala de Álvaro: “E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada, porque as pessoas não entendiam o português, né”. De acordo com Fáveri (2005, p. 165), “Se o clero estava na mira da ordem e visto como questão de segurança nacional, a repressão tocou fundo na cotidianidade das colônias, porque interferiu no sagrado, nas orações e ofícios até então do costume.” E interferiu também no trabalho dos religiosos, como aconteceu com o pai de Renate, um pastor luterano preso por não saber falar o idioma português. Sobre o caso, a entrevistada afirma: “Sim, nem a liderança sabia falar português, nem elas próprias...”.

Evangélico, Walter recorda as dificuldades com que passou em relação à necessidade de mudança de idioma nos cultos, o que condiz com as tensões que envolveram o Pastor Dohms, as comunidades evangélicas locais e a Secretaria de Educação e Saúde Pública, como verificamos anteriormente: “Bom, na evangélica tinha... os cultos eram só em alemão, os pastores eram todos alemães, então teve um tempo durante este período que quase que não tinha mais culto na igreja evangélica. Eu me lembro que eu fiz minha comunhão aqui, que eu devia ter o que? 13 anos? Lá em 41 ou 42... Na época já tava proibido, que foi na guerra do Brasil né? E as aulas de preparação para a comunhão eram em alemão, tudo em alemão... Eu sei que eu passei muito trabalho para entender em alemão, e eu entendia um pouco, aí tinha que decorar certas coisas que o pastor perguntava... Eu apanhei um pouco para chegar lá...”.

Antônio traz consigo a lembrança da fiscalização realizada nas igrejas, tema das conversas da roda de amigos do professor Eidt, onde Antônio trabalhava como cozinheiro: “Em Arroio do Meio na igreja eles entravam nos domingos pra ver quem tinha livro de reza em alemão e conforme a conversa lá [na casa do Eidt], ainda levavam junto [prendiam], se alguém protestava”. A proibição, segundo Lampert (2011, p. 10), estava por toda a parte: “Em frente à igreja, à esquerda, havia uma grande cruz de madeira, com os dizeres: em português –

Salva a tua alma e em alemão Rehte deine Zelle – (ou algo parecido). Os dizeres em alemão foram removidos.” O patriotismo, que tomava conta inclusive nas igrejas, é recordado por Silvino: “Cantávamos em alemão na Igreja. Depois foi mudado e a Igreja foi obrigada a botar a bandeira brasileira de um lado do altar e a outra do estado, algo assim. Mas tinha que ter, era obrigado a ter uma bandeira do Brasil, lá no altar”.

As memórias dos tradicionais bailes de Kerb`'s no Alto Taquari são bastante curiosas. Constituindo-se em ambientes propícios para a diversão, para “esquecer” os problemas do dia a dia, os bailes também eram cenários de prisões e perseguições aos que se comunicavam no idioma alemão. Oito dos vinte entrevistados contam histórias sobre prisões em bailes. Os depoentes afirmam que, como as bandinhas tocavam músicas alemãs, a estratégia dos músicos era apenas tocar a base instrumental da música, como afirma Eli: “Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão, era só bandinha. Banda não cantando não tem problema. [...] Mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo”. Herta, Ida e Serenita também recordam estas situações, respectivamente: “A música em si ainda ia, mas cantar não”, “Só tocava música... naquele tempo não precisava cantar nos bailes, era só instrumental”. “A gente cantava, mas durante a guerra não”.

Entre as lembranças da constante vigilância presente nos arredores dos salões de bailes, observamos o quão difícil era controlar a fala no final das festas, quando a bebia já fazia efeito nos “alemães”: “Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e ‘papapa’ em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. [risos] No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas [...] pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura.”, relata Silvino.

A fala a seguir de Antônio também demonstra uma ocasião semelhante. Deferimos que os policiais “procuravam” momentos ideais para sua ação. Antônio comenta que havia ocasiões em que a polícia acompanhava os teuto-brasileiros no próprio baile, fazendo com que a sensação de vigilância fosse potencializada: “Lá em Corvo só tinha um brigadiano, ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] que condução? Era lá no Ano Bom, caminhão de carga só. Ônibus ainda não existia, caminhão de carga, tudo mundo ia em pé no caminhão. Naquele baile lá no Ano Bom, que ficava a uns 4 ou 5 km para o interior e o brigadiano ia nesse mesmo caminhão. E esse alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] [...] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho ‘floriado’, né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta e falou:

‘para de cantar em alemão’ e ele não parou, aí [o brigadiano] bateu no rosto dele, aí ele [o alemão] disse em português bravo: ‘bate aqui também’ [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa). Na volta pra casa do baile, ele [o alemão] não pode nem voltar pra casa dele, o caminhão passou na frente da casa dele e foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos”.

Ainda sobre os bailes, Renate lembra que algumas músicas foram proibidas, e Wally não esquece os “soldadinhos” que ficavam de tocaia. Esses procedimentos aumentavam a rigidez no controle sobre os imigrantes e seus descendentes. E como veremos, a fiscalização se dava também no ambiente escolar, atingindo as crianças.

No que se refere, portanto, às alterações ocorridas no âmbito escolar, todos os entrevistados que eram estudantes no período do Estado Novo (Gerda, Silvino, Ermilda, Martha, Antônio, Walter, Ida, Herta, Pedro, Eli, Tea, Delcia e Wally) lembram que a proibição do idioma alemão ocorreu de modo abrupto. Nesse sentido, as memórias sobre a dificuldade em aprender um novo idioma são constantes, e a sala de aula era o local onde esta tensão se estabelecia, no caso dos nossos entrevistados. Observemos, por exemplo, como Ida descreve essa situação vivenciada por ela e pela irmã Martha quando estudavam nem uma escola católica de Arroio do Meio: “Quando nós fomos para Arroio do Meio a gente não falava nada em português. Nada, nada, nada! Por isso que quando nós saímos de Conventos nós estávamos na 4º série, e quando nós chegamos em Arroio do Meio nós passamos para a 3º por causa da língua, porque nós não sabíamos falar, tivemos que primeiro aprender”.

Silvino também recorda as dificuldades que teve com o novo idioma: “Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão”. As memórias de Tea corroboram com essa situação: “Tinha o pessoal do interior que só falava alemão, nem conhecia o português...”.

Lembrando a inocência que detinha sobre o contexto histórico do período, Wally fala sobre a situação em que a professora questionava a nacionalidade dos alunos no Colégio Lajeadense: “Pra tu ver como eu era burrinha! Quando eu fui no colégio a professora perguntou ‘É da Alemanha?’ e eu aponte logo o dedo e disse ‘sou da Alemanha!’” (risos). As irmãs também comentam o medo que tinham pela professora, o que demarca também a

moralidade presente nas instituições de ensino da época: “Nós tinha medo da professora... afirma Delcia. “Professora falou, mãe falou, pai falou, era aquilo ali. Amém nós atrás. Sem gozação nem nada... Não existia isso... A palavra dos pais e da professora, meu Deus! Ela era majoritária. Isso era uma mulher fora de série, era um respeito que tinha.”, relata Wally.

A arbitrariedade presente nas relações sociais do período também compõe o relato de Walter, que narra uma ocasião na qual um ex-colega do Colégio Lajeadense (uma criança!) havia sido preso: “Me lembro de um colega sim... Nessa época eu já tava aqui no São José, e ele, o meu colega, ele estudava no Alberto Torres [Colégio Lajeadense]. O jardim da casa dele dava pra atual rua Júlio de Castilhos, ali... E ele estava no jardim da casa dele falando com a mãe dele em alemão, que a mãe dele só falava alemão... E o delegado viu, tava passando na rua e viu, e prendeu o garoto. Não sei quanto tempo ele teve engaiolado, não sei se foi só um dia ou foi uma semana, isso eu não me lembro, mas eu me lembro que eu vi ele no pátio na cadeia sentado... Ele tinha a minha idade, isso deve ter sido lá por 41, 42. Mas era assim mesmo, na época era assim... era a época da ditadura, imagina o poder que um delegado tinha! Então eles faziam o que queriam e não acontecia nada... mas muita gente continuou falando alemão... Tava cheio de gente que não falava português, como a mãe desse garoto, como vai se comunicar, né?”

Ao descrever em seus textos memorialísticos as alterações pelas quais passou o município de Lajeado durante o Estado Novo, Olavo Black (2004, p. 68) se refere às instituições escolares: “Nos educandários de maior expressão, foram introduzidos ‘professores de nacionalização’. Em localidades de menor porte, ditos doutrinadores, literalmente mesmo contra a vontade da comunidade, assumiam a direção das escolas, sob desapropriação, em detrimento do antigo professor”. No que tange à fiscalização escolar, Black escreve que “Em 1939, em Lajeado, a enviada governamental, sob este prisma, tentou impedir o Diretor Dick de lecionar ‘matérias de nacionalização’, como português, geografia e história. Arbitrariamente alegou que, pela nova lei, tais matérias deveriam ser ministradas por brasileiros e que ele era de *origem*” (BLACK, 2004, p. 68). O rígido controle sobre as escolas mencionado por Black nos remete aos Termos de Inspeção reproduzidos no capítulo anterior.

A visita dos fiscais de nacionalização também é lembrada por Álvaro: “E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que

eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né”. Tea também guardou na memória a fiscalização sob a qual a escola estava sujeita: “A escola já era governada por uma delegada, que foi por muitos anos delegada de ensino aqui em Estrela, que foi a Edite [?]. Ela visitava as escolas”.

Além das visitas de inspeção, segundo Black (2004, p. 69) “[...] a maioria das escolas foi obrigada a alterar sua denominação, pois não poderia permanecer nenhum vestígio de germanidade. Passou-se, assim, a homenagear grandes e desconhecidos vultos nacionais, sem afinidade e identidade com o local.” Como vimos no capítulo anterior, as escolas que não ensinavam o civismo e não participassem dos momentos de louvor patriótico, deixavam de receber subvenções. O culto à pátria é fortemente lembrado pelos entrevistados, que narram os momentos de “hora cívica” desenvolvidos nas escolas. De acordo com Antônio e Walter, respectivamente: “O português e o patriotismo, isso tudo existia muito forte, hino nacional e as horas cívicas a gente fazia, era obrigatório fazer hora cívica. Mas o alemão não era proibido, até nós tínhamos aqueles primeiros livros com as duas línguas, traduzindo... por que em casa só se falava em alemão. Depois da guerra ainda vinham alunos que mal sabia dizer bom dia, pois em casa só falavam em alemão”. E “Foi justamente o governo do Getúlio Vargas que estimulou isso. Tinha muito essa questão de civismo, paradas da juventude que dava na rua, a gente aprendia na escola a cantar os hinos... Era Hino Nacional, era Hino da Bandeira, Hino da Independência, enfim... (risos)”.

A programação da escola é rememorada por Herta: “Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa). Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira, isso a gente sabia na ponta da língua”.

Quando perguntados se tinham algo contra a hora cívica, os entrevistados expressavam que não, como podemos observar na fala de Antônio: “Não, o patriotismo funcionava bem, a hora cívica era toda em português: o hino nacional, o hino à bandeira, o hino da independência... ‘já podeis da Pátria filhos’... aí nós não tínhamos nada contra”.

Tea, no entanto, demonstra como suas ideias em relação aos desfiles cívicos mudaram ao longo do tempo: “A gente quando era bem pequena achava aquilo o máximo, mas depois, quando a gente era grande achava aquilo um purgante! (risos)”.

Para Herbert Bergesch, a Semana da Pátria de 1940 ficou marcada na memória: Bergesch foi um dos alunos escolhidos da Escola José Bonifácio, de Beija-Flor, para representar os alunos do interior do estado nos festejos da Semana da Pátria de Porto Alegre. Em seu livro, o memorialista escreve que todos os rapazes convocados deveriam estar vestidos de calças azuis, camisa branca e tênis. De acordo com Bastos (1998, p. 47-48),

a ação educativa extra-escolar envolvia a realização de caravanas nacionalistas e a comemoração das datas cívicas. Coelho de Souza chama de ‘nacionalização sentimental’ a iniciativa de organização de caravanas de ‘coloninhos’ que o interventor trazia a Porto Alegre durante a semana da Pátria, chamando-os de ‘gauchinhos’, hospedando sempre vinte deles no Palácio de Governo [...].

Bergesch (2000, p. 26) escreve que, durante a viagem à capital, os alunos estiveram “[...] sempre sob os cuidados duma professora, a qual denominavam Dona Branca e mãe dos coloninhos”. Em Porto Alegre, o memorialista escreve que os alunos haviam sido distribuídos em famílias que tinham se prontificado para hospedá-los e foi na capital que o autor afirma ter assistido a “[...] vários lindos desfiles pelas avenidas da cidade.” e, pela primeira vez, ter ido ao cinema. Através destas ações educativas, o Secretário de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza, incentivava a difusão do patriotismo no meio infantil. Quando retornavam para o interior, os colegas instigavam a curiosidade naqueles que não tiveram a mesma oportunidade⁴.

Em relação aos efeitos da nacionalização forçada, houve, como observamos no capítulo anterior, escolas que tiveram de fechar suas portas em função de não terem se adequadado às determinações emanadas pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. A respeito do Colégio Lajeadense, sobre o qual nos detivemos anteriormente, o memorialista Leandro Lampert (2011, p. 11) escreve: “Outra violência descabida foi o fechamento do Colégio Lajeadense, acusado de defender supostas ideologias nazistas. O Colégio Evangélico era bilíngue e nada mais do que isso. O aluno era instruído em todas as matérias em português e alemão. Tinha fama de disciplinador e de elevado nível didático. A comunidade inteira revoltou-se e o Colégio terminou reaberto, vigiado e trocando de nome para Colégio Alberto Torres.”

⁴ Lúcio Kreutz (2005, p.75) subdivide as ações educativas promovidas por Coelho de Souza em escolares e extraescolares. As ações escolares se remetiam à expansão da rede escolar estadual, à nacionalização rigorosa do sistema escolar particular, à criação do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos, em 1939. As medidas extraescolares incluíam as Caravanas Nacionalistas, realizadas em várias partes do estado, a Parada da Juventude Brasileira no dia 5 de setembro, e as caravanas, que levavam todo ano quinhentos “coloninhos”, principalmente de regiões de imigração alemã, para ficarem por sete dias na capital do estado, onde deveriam participar das comemorações da Semana da Pátria.

Muitas vezes, não era apenas a escola que fechava, ou mudava de nome, mas também o professor acabava sendo preso, como relata Antônio. Na época do ocorrido, Antônio trabalhava como cozinheiro na casa do professor Eidt, o qual costumava reunir amigos em sua casa para ler as notícias dos jornais, conversar sobre a Ação Católica, da qual Eidt era presidente, e sobre notícias em geral. Segundo o depoente, durante o período em que o Brasil se encontrava declarado em guerra contra a Alemanha, havia espiões que iam escutar as conversas na casa do professor, achando que ele era um “nazista camuflado”. Antônio recorda quais eram as notícias comentadas na roda de amigos do professor: “Antes da noite então os amigos dele se reuniam pra tomar chimarrão e olhar os jornais. Aí aparecia nos jornais aquelas manchetes ‘os alemães nazistas afundaram mais um navio brasileiro’ e vinham as notícias da guerra. ‘Hitler invadiu a Áustria primeiro, começou a invadir os países ao redor’ e então eles liam e comentavam essas notícias dos jornais”.

Segundo Antônio, os jornais lidos na roda de amigos do professor eram “A Nação” e também o “Neue Deutsche Zeitung”. “Esses eram os jornais que eles comentavam e alguém depois andou fazendo fofoca de que esse grupo da Ação Católica era camuflado, que de fato era um grupo nazista, que torciam para a Alemanha e... nazista camuflado, já diz tudo né. Mas não era, era a Ação Católica”, relata Antônio. Observamos que “Como instituição disciplinar, as escolas apresentavam a sala de aula como espaço de vigilância tanto do professor em relação aos alunos quando o oposto” (KERBER; SCHEMES; PRODANOV, 2012, p. 150).

Em razão de trabalhar na casa do professor, Antônio consegue descrever como foi a prisão daquele: “Então em 1942 ele [o professor] foi fazer suas férias na casa dos pais dele em Santa Cruz e, no dia que ele voltou, alguém noticiou: ‘agora ele está de volta!’. No outro dia que ele voltou bateu a polícia de Estrela lá. Era um 29, um... como se diz hoje um delegado, naquele tempo tinha outro nome, era tempo da ditadura, não era prefeito que tinha, era intendente... não tinha eleições democráticas. Getúlio não era democracia (pausa). Então no outro dia bateu lá um 29, com um(s) policial(ais) e um tal de delegado de Estrela e perguntaram por ele, rodearam ele, fizeram mil perguntas, revistaram toda a casa, levaram junto [o professor]. Não tinha armas, mas ele tinha um binóculo, um binoculozinho, assim, de observar coisas. Ele tinha o rádio à galena, rádio era coisa de luxo, porque tava começando o rádio naquele tempo. Rádio de galena era um radiozinho barato que os pobres tinham, ele era pobre. Se botava ele [o rádio] lá na torre da igreja pra se pegar alguma coisinha. Os primeiros rádios eram de galena, não tinha alto-falante, nem nada, era fraquinho. Levaram junto esse binóculo e tudo que era livro que tinha em alemão dentro de casa... livros inocentes que a

Alemanha mandava pra nós, de cantos pra escola, todos os cantos em alemão, que cantávamos na escola e também nos cultos. Então alguém tava de olho, a gente sabe mais ou menos quem foi, um inimigo que ele tinha, não vou dizer o nome, porque foi o grande suspeito que fez essas denúncias. Era alguém que morava lá, uma pessoa normal. Havia uma rixazinha, já to dizendo demais. Então ele foi preso naquele dia, levaram ele pra Estrela, ficou três semanas lá retido. Não numa cadeia assim... era mais a base de perguntas e coisas, então levavam lá pra descobrir qualquer coisa, e continuavam chamando gente de Corvo, no fim aquela vila não tinha mais um homem em casa. Eram chamados a Estrela pra depor, pra espionar, pra falar... Então ‘você gostaria que a Alemanha ganhasse a guerra?’ O sentimento era muito natural, né, a gente não tava contra a Alemanha, mas depois quando veio aquela guerra assim, o sangue pede isso, de fato a gente torcia pra Alemanha, mas não pra arrasar nós aqui no Brasil. E o Eidt foi o primeiro, ficou três semanas, os outros ficaram menos. De repente, num dia voltou todo batalhão pra casa, mandaram de volta”.

Antônio ainda demonstra o perigo em que se encontrava convivendo na casa do professor: “Não me levou preso [o policial] porque eu era menor, se não naquele dia eu também ia junto. Porque eu era quem tava mais envolvido com aquele grupo. De repente podiam ter me levado, porque na ditadura vale tudo né”.

Não temos informação que comprove se o professor Eidt era ou não nazista, no entanto, observamos que Antônio faz estas associações em seu relatos e que as reuniões de grupos eram vistas com suspeita pelos policiais e por civis na época. Qualquer atitude dos teuto-brasileiros que pudessem ter uma possível associação com o nazismo era motivo de delação, inclusive a escuta de rádio, como vimos na história do professor Eidt e veremos em mais relatos adiante, e qualquer fala em língua alemã. As lembranças narradas por Antônio sobre a prisão do professor têm um nível de detalhamento que pode se justificar pela tensão que tal acontecimento ocasionou no depoente e assim, ficou marcado. O relato de Antônio ainda desdobra outra situação bastante comum na época, como veremos no segundo eixo temático: as rixas pessoais que envolviam civis na delação dos imigrantes e seus descendentes.

Quando acham graça de determinadas situações, como é o caso do relato de Álvaro ao falar sobre o colega da escola que foi punido por falar em alemão, ou quando Silvino e Antônio contam as histórias de prisões nos bailes, podemos observar a questão dos “muitos tempos da memória” (PINTO, 1998). O distanciamento entre o acontecido e a narração do fato possibilita que, neste último momento, os entrevistados deem risadas do que contam, algo

que provavelmente era visto com temor durante o tempo do acontecimento. Como pudemos observar, as ações e a fiscalização desencadeada pela Campanha de Nacionalização estiveram presentes em quase todos os espaços vivenciados pelos teuto-brasileiros: nos ambientes dedicados para a oração (instituições religiosas), para o divertimento (bailes), para a educação (escola), assim como para o espaço mais reservado dos cidadãos, a sua própria residência.

3.2 Eixo 2: Repressão e estratégias utilizadas pelos teuto-brasileiros para driblar as ações nacionalizantes do governo e das autoridades locais

Este segundo eixo temático aborda a repressão sofrida pelos imigrantes alemães e seus descendentes, bem como os desdobramentos que esta questão envolvia. Os relatos de confisco de objetos, rixas pessoais, abuso de poder, perseguições e delações, assim como as punições àqueles que não se comportavam como brasileiros, narram as relações sociais que permeavam o dia a dia dos teuto-brasileiros no período da ditadura varguista. Em contrapartida a estas situações, no entanto, nos deparamos com as estratégias utilizadas pelos teuto-brasileiros para driblar as ações desencadeadas pelos agentes do governo, pelos policiais e pelos “infiltrados”⁵.

A repressão aos teuto-brasileiros é referida em todos os depoimentos orais. Todos os nossos narradores têm alguma história para contar sobre perseguições, confisco de objetos e delações. As mulheres, que em sua maioria pouco falavam sobre questões que não estivessem relacionadas ao ambiente familiar, também guardam na memória estas situações. Torna-se impossível, portanto, falar sobre a Campanha de Nacionalização sem falar da repressão que envolveu a vida cotidiana dos teuto-brasileiros. O contexto histórico de guerra oportunizou o afloramento de antigas rixas pessoais, brigas entre vizinhos e disputas por poder. Os “alemães”, por exemplo, eram denunciados pelo simples motivo de reunirem-se em grupos em suas residências, o que era considerado quinta-colunismo. Segundo Fáveri (2005, p. 113),

Oportunizada a denúncia, ficavam legitimadas as detenções e por esse motivo a intolerância ultrapassou fronteiras do admissível e entrou nos espaços privados: o medo silenciou e levou à auto-vigilância; era um tempo de perseguição, de rancores.

⁵ Utilizamos o termo “infiltrados” para nos reportarmos aos civis que não trabalhavam para a Delegacia de Polícia, mas se infiltravam entre os teuto-brasileiros a fim de delatá-los. Isso acontecia, como veremos, em virtude de antigas rixas entre vizinhos, disputa por poder e também em troca de alguma recompensa. Os infiltrados costumavam ser chamados de “deutscher Fresser” pelos alemães, o que significava “comedor de alemão” em português, segundo os entrevistados.

Muitas vezes, os infiltrados deduravam alguém em troca de algum dinheiro ou até comida. O historiador local, José Alfredo Schierholt (1992, p. 166) afirma que: “Para receber favores ou praticar vingança, muitas pessoas se escondiam junto às paredes para ouvir, no recesso do lar, em reuniões familiares e comunitárias, a fala estrangeira, nem que fossem orações.” Em relação aos nossos entrevistados, um fato que envolveu um “famoso” infiltrado⁶ de Estrela é narrado por Eli. Durante a Campanha de Nacionalização, era comum a invasão policial nas residências dos teuto-brasileiros para averiguar se havia na casa algum livro ou objeto que se remetesse a Alemanha. Pois na casa de Eli havia um antigo diário que pertencera ao seu avô. O diário, que descrevia a viagem feita pelo avô da Alemanha até o Brasil, não teve o destino desejado pelos familiares, que até hoje ressentem o fato. Vejamos como Eli narra este episódio: “O pai do meu pai, que eu não conheci, era alemão, ele veio da Alemanha com um livro em que tomou nota de toda viagem. Não sei se são dezoito meses ou oito meses viajando em alto mar. O vô anotava num livro tudo, que ele veio da Europa, a viagem, tudo. Mas escrito em alemão. Daí ele [o infiltrado] foi ‘pega lá’ e tocou fogo no livro. Ele era carrasco mesmo... ele era tão cretino que [dizia]: ‘pra não te prender, eu quero linguíça, quero banha’. Essa cretinisse. Mas não era só ele, tinham muitos em outros lugares. O meu irmão tem ódio hoje ainda do [infiltrado]”.

Outra ação de um infiltrado é rememorada por Wally: “Isso foi aqui em Lajeado, isso eu me lembro que tinha um, eu não lembro o nome dele, então ele passava nas casas e quem falava alemão ele denunciava. Ele era aquele brasileiro puro, nato... Então ele passava e escutou o nosso vizinho que tinha padaria, o Kipper, João Carlos Kipper, e ele escutou e ele foi pra cadeia. Tava falando alemão dentro de casa com a mulher dele”. Nem as palavras ditas dentro de casa eram poupadas, e a fala a seguir de Ida expressa também a ideia de que os delatores tinham como objetivo receber algum benefício em troca da delação: “Tinha lá o Mallmish[?], que ele adorava contar as coisas para a polícia para ele ganhar...” Quando questionada sobre o que o infiltrado queria ganhar, Ida afirma: “Não sei, a confiança da polícia, né? Não sei se ganhava alguma coisa por fora... Ficava espiando nas casas pra ver se alguém falava alemão, para contar para eles...”. De acordo com Cancelli (1993, p.140), que analisou a violência durante o Estado Novo, o fato de haver registro de delações significava que os objetivos repressivos da Campanha de Nacionalização estavam sendo alcançados, pois

⁶ Este “famoso” infiltrado é mencionado por diversos depoentes de Estrela, no entanto, todos solicitaram que seu nome fosse preservado. “Como a cidade é pequena, e seus descendentes estão ainda aí, é melhor não colocar o nome dele”, comentou um dos entrevistados.

Sob uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos antipatrióticos e indignos, e que o terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias, a população agia mais uma vez como delatora.

Para não serem pegos de surpresa por algum infiltrado ou policial, portanto, cabia aos teuto-brasileiros esconderem os objetos e livros que aludiam de alguma forma a Alemanha. Ao escrever sobre este tema, o memorialista Leandro Lampert (2011) se lembra das apreensões: “Espingardas de caça e revólveres de defesa pessoal foram confiscados dos suspeitos, sem recibo. Seus registros de propriedade foram requisitados com endosso em branco e sumiram-se na neblina. Rádios, automóveis, máquinas fotográficas também. O telefone, telégrafo e o correio censurados. Se alguém tivesse sobrenome alemão, já era suspeito. Se abandonado ou influente, já era um sujeito perigoso. Se fosse evangélico, muito pior. Se tivesse sido membro da Ação Integralista já era considerado um traidor em potencial e nefasto espião do Eixo. Criou-se um clima de terror e propício para extorsão de dinheiro de vítimas inocentes e indefesas. Eram obtidos ‘empréstimos’, que jamais seriam ressarcidos. (LAMPERT, 2011, p. 8).

Martha se recorda de quando visitava uma colega da escola, que era filha de um amanuense. Na casa da amiga, Martha se lembra de ver muitos livros apreendidos pelo pai da mesma: “Eu tinha uma colega, ela fez o ginásio em Lajeado... Ela era filha do, aquele tempos os senhores da polícia se dizia amanuense, na época o jardim, aí a gente fazia lições junto, ia junto no ginásio, aí eles tinham os livros em alemão que eles tinham apreendido, aí diz assim a mãe dela ‘olha ali os livros da alemoadá’, que ali embaixo tava... Eu ficava bem quietinha e tudo, não abria a boca pra nada...”.

Gerda também relembra das invasões às residências quando fala que seu pai queimou vários livros em língua alemã no forno da casa, com medo de uma possível prisão em função dos livros que possuía, assim como lembra Martha: “A gente teve que esconder do lado do forno, onde tinha um defumador. A gente escondeu ali dentro. A gente tinha que esconder tudo! Nós tínhamos aquelas revistas alemãs e tudo... A gente teve que se desfazer de tudo”.

A tensão provocada nos “alemães” em função de uma possível invasão às suas residências fazia com que os mesmos procurassem diversas maneiras para camuflar e esconder seus objetos, como narra Ermilda: “É, porque as pessoas às vezes tinham um livro em casa em alemão, e eles escondiam com medo que eles viessem e iam ser presos...”. Sonha se lembra da história de um senhor que escondeu seus livros enterrando-os perto de uma árvore, e Walter relata o que seus pais fizeram em sua casa: “Não, não... A gente tinha em

casa livros em alemão e essas coisas, então a gente teve que dar um sumiço neles, né? Mas isso com certeza!”.

A possibilidade de que os “alemães” estivessem escutando, através das ondas curtas de rádio, os discursos de Hitler, também era motivo de desconfiança dos policiais. Para desviar a atenção desta e de possíveis outras suspeitas, os teuto-brasileiros arranjaram várias formas de driblar a atenção dos policiais e infiltrados. Desse modo, as narrativas sobre as maneiras encontradas para escutarem o que os entrevistados chamam de “Deustschevelen” (a transmissão de notícias da guerra diretamente da Alemanha) são bastante interessantes, pois era preciso se esconder para ouvi-las. Como a quantidade de pessoas que tinham rádio no Alto Taquari era escassa devido ao alto preço do instrumento, como falam os entrevistados, a solução era se reunir nas casas daqueles que possuíam o aparelho. Herta, que era agregada em uma casa de descendentes de alemães, se lembra de como os amigos e vizinhos da família faziam para saber das notícias da Alemanha: “[...] a polícia desconfiava que tinha alguma coisa lá [na casa da família] mas eles não descobriam o que era. Porque eles [os que estavam reunidos] faziam de conta que estavam ali [dentro casa], mas uma outra ficava no rádio e tomava nota das notícias, numa casinha de lenha. Tomava nota de como era: ‘tantas pessoas morreram, e isso aconteceu, e esses passavam fome’, [notícias] da guerra lá da Alemanha. Deustschevelan, se diz, esse rádio alemão, pegava a notícia de lá. Ela tomava nota com atenção e então quando a polícia ia embora, ela saía e contava tudo para os outros que estavam lá reunidos. Ninguém desconfiava que lá tinha rádio, ou alguma coisa... era um galpão bem nos fundos da casa. Todos estavam nervosos, porque tinham pais e irmãos lá [na Alemanha]”.

A preocupação com os parentes, como observamos na fala de Herta, também é referida por Eli (que tinha um irmão na guerra) e por Gerda, que relata: “Então eu lembro que os dois [rádios], escondidos lá em casa, na sala assim, com tudo, janela, tudo fechado, tudo trancado para ouvir as notícias que a, como se diz, que as ondas curtas transmitiam. Então eles conseguiam pegar alguma coisa, para ter alguma notícia de lá [Alemanha], porque todos eles tinham parentes. Então era uma preocupação pelo parentesco também, né que ficou lá”.

Eli conta que um de seus irmãos mais velhos costumava escutar rádio com amigos, enquanto que a mãe rezava: “A mãe quase não dormia. Como o meu irmão mais velho, ele ia na, eles iam no pai do Günter Wagner, acho que duas vezes por semana eles iam escutar, escutar o Adolf Hitler lá, mas a mãe [dizia]: ‘isso tá proibido, vocês vão aí olha, vocês vão aí presos, eu vou deixar vocês’”. Pedro se lembra do caso de um tio, que foi preso em Roca

Sales por ser denunciado de que “estava transmitindo pra Alemanha de dentro do galinheiro [...]”.

Ida também se lembra de um irmão que ouvia rádio escondido: “Primeiro tempo, o meu irmão mais velho, este que faleceu primeiro, ele escutava Alemanha... escutava escondido sempre”. E Tea narra o confisco realizado com o rádio do seu pai: “E aí eles recolheram o rádio do meu pai, e quem usou ele foi o delegado daquela vez que tava aqui na delegacia, e aí o pai era muito amigo, ele não matava uma mosca nem se metia, porque ele era ‘assim’, né? Aí dentro de um mês eles devolveram o rádio pra ele, mas ele veio todo lacrado, que ele não podia escutar a Alemanha...”. Considerado um objeto pertencente a “elite”, como afirma Renate, não era qualquer pessoa que tinha condições de comprar um aparelho receptor: “As pessoas de mais posses tinham rádio, mas os outros não tinham... depois que... ter um rádio era caríssimo”. Sendo assim, era comum formar grupos de amigos para ouvir as notícias da guerra na casa daqueles que possuíam o aparelho. A necessidade em se inteirar dos fatos também se dava em função de, como vimos, muitos teuto-brasileiros terem parentes vivendo na Alemanha.

As formas encontradas para não dar oportunidade para uma possível prisão eram diversas. Wally, apontando a mão para um relógio de parede na sala onde ocorreu a entrevista, se lembra de um fato que envolveu o objeto. Aparentemente um relógio comum, o objeto escondia uma história interessante: “Eu sei que o vô do meu marido, ele tinha esse relógio, e esse relógio era da Alemanha... ele tinha uma águia assim em cima, a águia era o símbolo da Alemanha. Então eles contavam que tava roubando tudo, os rádio e relógios alemão, tudo... eles tavam tirando, né? Aqui em Lajeado. Aí eles cerraram a águia e esconderam, enterraram ela, e nunca mais acharam (risos)”.

Outra maneira de passar despercebido pelos policiais era alterar os nomes e sobrenomes alemães. Silvino exemplifica isso contando que pessoas com o sobrenome Reis (pronunciado Rais, em alemão), “abrasileiravam” seu sobrenome pronunciando-o como Reis. Gerda recorda-se do caso de um menino que foi recomendado a se apresentar com um nome “brasileiro”: “[...] ensinaram ele em casa: ‘tu não fala alemão com ninguém, e se alguém te perguntar como é teu nome, teu sobrenome, tu diz que é Cardoso’. E não é que o guri até velho, agora, tinha o apelido de Cardoso!”. Outro comentário feito por Gerda, e que também é mencionado por Álvaro é que os pais e avós costumavam falar às crianças, que brincavam em frente de casa, que os avisasse quando um policial passava perto da residência. Analisando o caso catarinense, Fáveri (2005, p. 115) também observou esta situação: “Em casa, as pessoas

falavam baixo, sussurravam, e mantinham sempre alguém da família, geralmente uma criança, à espreita de algum desconhecido.”

Muitas vezes a proibição do idioma causava circunstâncias inconvenientes para os imigrantes alemães e seus descendentes e, legitimados pelas medidas restritivas, os policiais acabavam por abusar do seu poder de autoridade. O interesse por parte do Estado em proibir manifestações contrárias a sua proposta, conforme Carneiro (1999), fazia com que este mantivesse regulamentos que se antecipassem ao risco de uma possível rebelião. Assim, “Esses regulamentos traduziam-se como ‘atos legais de violência’, dando a necessária autoridade à ação policial” (CARNEIRO, 1999, p. 336). Um caso de abuso de poder policial é lembrado por Herta, que conta a história de uma idosa que, ao passar por policiais, deu-lhes bom dia em língua alemã (*guten morgen*). O resultado foi, segundo a depoente, que um policial correu para pegar um balde de água e molhou a senhora “da cabeça ao chão”. Após contar o episódio, Herta afirma: “Isso eu nunca mais me esqueci”. Outra maneira comum de menosprezar os “alemães” pegos em flagrante falando em idioma alemão era obrigá-los a fazerem trabalhos públicos, como escreve Lampert (2011, p. 7-8): “Flagrado falando alemão, o preso era conduzido ‘por diante’ até a prisão, onde passava a noite em vigília junto com presos comuns na mesma cela. Na manhã seguinte, lhe era entregue um balde, um escovão e sabão, e forçado a lavar a latrina externa do presídio, que atendia os presos, soldados e visitantes. Depois de humilhado ao máximo era mandado para casa.”

Neste sentido, as irmãs Martha e Ida também narram um fato que envolveu o sogro da primeira: “Aí o meu sogro e o padre Inácio fugiram ligeiro pra casa, porque viram aquele cara que denunciava tudo, né? Pegaram e foram pra casa... mas pegaram uns quantos! Tinha a procissão de Corpus Christi aí uns quantos colonos tavam lá capinando na praça enquanto a procissão passava...”. Apesar de o sogro de Martha e o padre terem conseguido fugir do delator, as irmãs lembram que alguns teuto-brasileiros que não tiveram a mesma sorte tiveram que cumprir serviços públicos com punição de haverem falado em idioma alemão, como expressa Ida: “Eles foram presos na época da procissão de Corpus Christi, aí eles botaram eles pra capinar para desaforo. Aí eles se ajoelharam lá... Foram presos também”. Como afirma Gertz (2005, p. 57), “Assim, a ‘nacionalização’, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao ‘exótico’ do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocadamente ‘subversivos’”.

Quando escapavam de um serviço público, no entanto, muitos dos teuto-brasileiros acabavam sendo presos. Foi o que aconteceu com o padeiro, o “Schenk”, conhecido por Ida

e Martha. Segundo as irmãs, o motivo da prisão se dera porque o padeiro “falou alemão, porque era alemão”. Este fato, no entanto, não terminou bem, pois em razão da tortura sofrida na cadeia, Schenck acabou por se enforcar na prisão. De acordo com Ida, “O Schenck foi agredido sim, eles botavam eles num tonel”, e Martha complementa: “Até na água tinham posto, o Schenck quase foi afogado... Eles apanhavam”. Ao serem questionadas sobre como a notícia da morte foi divulgada em Arroio do Meio, Ida lembra: “Ah, foi um choque né? A gente sabia que o coitado era um cara honesto, uma pessoa boa... E no fim não aguentou. Outros conseguiram passar por cima... muitos foram presos também”.

Outro caso de tortura é referido por Antônio e Eli, que se referem ao “poço da angústia” que seria, como descreve o primeiro: “um tanque com água até aqui [altura do pescoço] e com uma bomba não podia parar [de bombear], não sei quantas horas, uma bomba daquelas de bombear água pra fora, daquelas manuais, pois não tinha eletricidade. E com a água até [o pescoço] fica bombeando se não se morre afogado, e os pés presos embaixo e não podia parar”.

Delcia também rememora uma situação envolvendo tortura na prisão: “O pai do Günter, ele era da Alemanha... ele falava alemão e português também no fim, mas quando ele falou alemão, eles levaram ele lá pra Porto Alegre – assim contaram, né? – e daí eles botavam umas barra de gelo e ele ficou três semanas pingando aquelas barra porque ele falava alemão... Ele era da Alemanha. É, assim, e pingava aquela água gelada no inverno... E ele sem roupa, parece... Isto eles contaram, eu não sei se é ou não é”. As formas de tortura variavam, mas tinham um sentido punitivo que com certeza não iria mudar o sentimento de pertencimento dos considerados “alemães”. Em Santa Catarina, uma das práticas utilizadas pelos policiais era fazer com que o preso ingerisse óleo, como se tal atitude pudesse abrigar o cidadão. De acordo com Fáveri (2005, p. 264):

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), aparece com sentido simbólico de ‘batismo’ [...] [se tornar brasileiro após ingerir óleo]; ou, noutra leitura, forma de humilhar e fazer abrigar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores.

Renate, que nasceu em meio ao processo de nacionalização forçada, em 1941, se recorda da prisão do pai, um pastor luterano que chegou a ser deslocado para uma colônia penal do estado: “Mas o meu pai, assim, eles passaram maus bocados com esse negócio de estar lá na colônia penal... lá eles até se davam bem, eles tinham muita folia porque toda a

alemoada tava junto lá, plantavam batata e não se esforçavam muito, mas quando ele foi solto, depois de um mês, porque ele veio de vapor... Ele disse que ele comprou um Correio do Povo, se escondeu atrás daquele Correio do Povo e fez de conta que entendia aquilo para não precisar falar com ninguém, né?” Talvez por ser muito pequena no período em que o pai fora preso, os pais de Renate tenham encoberto o lado negativo da prisão ao contar para a filha. Como a entrevistada afirma, apesar de “maus bocados”, o pai se “dava bem e tinha muita folia” na prisão, curiosamente, foi esta lembrança que permaneceu na memória de Renate, afinal, de acordo com Pollak (1992, p. 5), “A memória é seletiva”. Quando questionada sobre o que teria acarretado a prisão do pai, Renate afirma: “Isso alguém deve ter dado parte... Ele só sabia falar alemão, aí então a igreja naquela época mandava estudantes que davam apoio e que tinham que assumir o serviço falando português, e que também tinham que dar aula... Então meu pai aprendeu português assim, né. Mas isso era proibido para todo mundo, quem era alemão, ia preso”. Ao ser instigada sobre o momento da prisão do pai, Renate se lembra de quando ele fora tirado de casa: “Vasculharam. Entraram no escritório, né. Jogaram tudo no chão, alguns livros levaram junto, que eles achavam que fosse nazista, mas meu pai acho que nem tinha... Mas quando tu não entende nada, tu acha que tudo é nazista, porque era em alemão”. O caso do pai de Renate demonstra como os religiosos eram perseguidos durante a Campanha de Nacionalização e como foi difícil para os pastores e padres da época, assim como para os fiéis, se adaptarem às novas normas. Segundo Carneiro, a repressão por parte do governo tinha como objetivo homogeneizar o pensamento a fim de diminuir os riscos de contestação e

Sua ação diária [da repressão], calcada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios registrados como meros ‘termos de declaração’, perseguia um único objetivo: dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito (CARNEIRO, 1999, p. 336).

Para finalizar este eixo temático, ainda temos um caso curioso relatado por Tea. Trata-se de encontros que reuniam, segundo Tea, os “fãs do Hitler”, e aconteciam na “Hitler Haus” sob a liderança de uma mulher chamada Dora. Segundo Tea, “A Dora então era um pouco mais instruída, era uma senhora solteira, e ela então lia em alemão e explicava muita coisa, porque eles tinham vindo recentemente da Alemanha”. Tea ainda completa: “[...] meu pai nunca participou, mas a mãe gostava dessas coisas...”. Embora os pais de Tea nunca tenham frequentado esses encontros, como afirma a depoente, é bastante possível que se

referiam à divulgação do nazismo, bem como um movimento de apoio ao Führer na guerra liderado por Dora.

Saber se os casos de prisões narrados e as reuniões na casa de Dora se tratavam realmente de movimentos de apoio ao nazismo ou simplesmente alguma manifestação do sentimento de pertencimento ao país de origem dos seus ancestrais, é impossível, pois não possuímos comprovações a esses fatos. No entanto, podemos verificar como, na maioria das circunstâncias narradas, o simples fato de falarem o idioma alemão, possuírem objetos e livros provenientes da Alemanha e ainda se reunirem em grupos para ouvir as notícias da guerra, para saber em que condições sobreviviam seus parentes, era considerado suspeito pelos policiais, ou ainda se transformava na oportunidade ideal para que antigas rixas de vizinhos viessem à tona e provocassem alguma delação. O abuso de poder por parte das autoridades policiais, bem como por parte do infiltrados que chegaram a queimar o diário do avô de Eli na frente da família, por exemplo, fez parte do cotidiano dos teuto-brasileiros. Em virtude disso, restava aos “alemães” criar estratégia para se defenderem das perseguições, delações e prisões. Segundo Fáveri (2005, p. 413), “Driblar era também resistir/transgredir”. Abrasileirar os nomes e sobrenomes, esconder ou queimar livros e objetos, além de simplesmente calar-se, como fez Martha ao descobrir que o pai de sua colega apreendia livros alemães, eram as formas encontradas não apenas para prevenir-se, mas também para amenizar as tensões, o medo.

3.3 Eixo 3: Marcas da memória

O terceiro eixo temático desvela algumas das marcas que a memória da Campanha de Nacionalização legou aos entrevistados. Através das falas em torno de sentimentos como o medo, a raiva e a intolerância – de acordo com as lembranças do tempo de criança e a devida ação do tempo – observamos os significados deixados pela Campanha nas narrativas construídas pelos senhores e das senhoras atualmente. Sendo que, na maioria dos casos, os entrevistados falavam pela primeira vez sobre este tema, verificamos as semelhanças e diferenças percebidas entre os depoimentos dos homens e das mulheres, bem como as mensagens deixadas por estes que são os testemunhos ainda vivos do Estado Novo.

Quando contatadas para realizar entrevistas sobre “a época em que foi proibido falar em alemão”, muitas das mulheres entrevistadas se limitavam a dizer que não “sabiam” falar

sobre o assunto, ou mesmo que não “entendiam” de política e que isso era “assunto para os homens”. No entanto, a persistência em ouvi-las prevaleceu e, aos poucos, durante as entrevistas, percebíamos o quão importantes eram as narrativas destas mulheres⁷. O fato de, em sua maioria, as mulheres viverem mais estritamente no ambiente doméstico nos anos trinta e quarenta não inviabiliza que elas se lembrem de situações aludidas ao período, ou que elas não sabiam o que estava acontecendo no âmbito público naquele período. Citando entrevistas feitas com donas de casa da Normandia sobre a guerra, Pollak (1992) verificou que os relatos trazem uma lembrança bastante precisa da vida familiar, mas não ocorrem da mesma forma quando relacionados a datas públicas, da vida política. O fato de constituírem-se como mulheres casadas e donas de casa durante a Campanha de Nacionalização, fez com que mulheres como Serenita, Sonha, Helga e Ermilda silenciassem mais diante dos questionamentos mas, apesar disso lembrassem momentos ligados ao âmbito familiar. Em muitas das perguntas, por exemplo, Helga afirmava: “Os homens lembram bastante, é que os homens, como eles ficavam nas cidades, viam mais”. Ermilda se recusava a dar entrevista, mas enquanto seu marido Walter prestava depoimento, ela fazia intervenções e se lembrava das lides domésticas do período: “Eu frequentava a escola sim, mas eu tinha que ficar em casa e cuidar da mãe, a mãe era muito doente, né. Então eu parei de estudar muito cedo, né, porque eu tinha que cuidar da mãe... porque a minha mãe, ela praticamente não falava português, só alemão. Em casa só se falava alemão, por causa da mãe, que não falava português...”.

Lembrando como as mulheres vivam nos anos quarenta, Delcia afirma: “A mulher não tinha vez. A minha vó nunca votou, a minha mãe começou a votar... quer dizer, vocês imaginam como era... era só o homem e ele era a palavra e o cabeça.” Tea também faz uma reflexão sobre as mudanças que o tempo trouxe para as mulheres: “Eu sei que no meu tempo... hoje meus filhos me cobram que eu não trabalhei e não estudei fora, mas eu disse que no meu tempo não era assim, a gente ficava em casa. A mãe dizia que se a mulher sabe cozinhar, sabe costurar, sabe fazer tudo, tu não precisa... Só que naquele tempo era muito fácil pra ti conseguir uma pessoa, uma doméstica. Agora é muito raro”. Miriam, também nascida durante a Campanha de Nacionalização, se lembra de como viviam as mulheres enquanto ela era uma criança: “Sim, ficávamos muito em casa, porque a vó também não sabia nada de português... a vó sabia o que era feriado, isso ela sabia! E mais uma ou outra palavra, pouca

⁷ Muitas vezes, como assinala Michael Pollak (1989, p. 5), “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

coisa... porque eu passava muitas horas com a vó, porque as tias iam pra roça e eu ficava com a vó”. E Wally se recorda sobre as possibilidades de futuro que as mulheres possuíam: “Na época da minha mãe não existia mulher trabalhar fora. Não existia! A Delcia e eu iniciamos trabalhando em um balcão em um comércio, porque não existia... Ou tu era professora, ou tu não era ninguém. Tu era preparada pro casamento”.

Tanto Wally, Tea e Delcia, assim como Gerda, Martha, Hertha e Ida frequentavam espaços de sociabilidade que permitiam um contato social mais amplo, como a escola, o hotel no caso de Martha e Ida, e a casa onde trabalhava, no caso de Hertha. Os homens entrevistados também, além de irem à escola, conviviam em outros espaços, como é o caso de Eugênio, que trabalhava na fábrica de café do pai, de Álvaro que ajudava os pais num hotel, ou de Antônio que era cozinheiro na casa de um professor. Desse modo, estes entrevistados relacionavam-se com pessoas diferentes do seu grupo familiar e, segundo Halbwachs (2006, p. 93) “[...] as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola”. O fato de os depoentes se lembrarem de muitos acontecimentos dos quais “ouviram falar” nos remete a concepção estabelecida por Pollak (1992) de que, além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens, e por lugares que igualmente podem ser lembranças vivenciadas ou vividas por tabela. Neste último caso, pode tratar-se de transferências, projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa, e não aquele que a pessoa relaciona em sua memória.

A presença do medo que a repressão aos teuto-brasileiros gerava nos mesmos é também muito mencionada durante os relatos. Observemos, pois, algumas frases mencionadas durante as entrevistas: “A minha mãe tinha medo, muito medo de noite. Porque assim, na colônia fica muito quieto também de noite. A maioria tinha medo pelos filhos que iam [para a guerra]. A maioria tinha muito medo! Eu sei que tinha parentes do interior e tudo.” (Renate), “Eu me lembro até hoje que tinham umas pessoas que tinham muito medo na época, né. (Ermilda), “Se tinha medo porque a discriminação gerava isso... a pessoa era chutada... era inferior...” (Walter). Segundo Carneiro, “Tanto o medo quanto a censura funcionaram como poderosos instrumentos de controle social, emanando, cada qual ao seu modo, *energia* que, por sua vez, colabora para a sustentação dos sistemas autoritários”, desse modo, “O medo faz calar, tem energia para isso. Instalado pelo pânico (de propagação rápida), o medo sufoca”. (CARNEIRO, 1999, p. 335).

A intolerância para com os estrangeiros também exacerbava preconceitos em ambos os lados, alemão e brasileiro. Se estes eram considerados “pelo duro”, aqueles eram considerados “colonos”, “atrasados”. De acordo com Fáveri (2005, p. 417), um dos efeitos imediatos que o processo de nacionalização forçada propiciava era “[...] a vergonha de falar, ou seja, diante de todo um discurso que denunciava o estrangeiro e depreciava sua língua *exótica e atrasada*, ligada ao colono, portanto, avessa ao moderno.” Delcia se lembra ainda de como os “alemães” eram depreciados: “Eu sei que nós ia na aula aqui e tinha aqui na esquina uma Moraes, a Naide, não sei como era o nome... Aí ela dizia assim ‘alemoa batata come queijo com barata!’ (risos). Aí eu falei em casa pra mãe ‘eu tenho uma raiva!’, aí diz a mãe ‘não responde, não responde nada se não o pai vai pra cadeia!’” (risos).

Apesar de atualmente se divertirem com estas lembranças, observamos que por muito tempo a relação estabelecida entre a fala do idioma alemão no interior do estado e a ideia de atraso, foi bastante acentuada. Halbwachs (2006, p. 94) já afirmava que a memória muda porque o nosso lugar na sociedade se desloca, “[...] certos traços se apagam e outros se destacam, conforme o ponto da perspectiva de onde a examinamos, ou seja, segundo as novas condições em que nos encontramos quando nos voltamos para ela”. Isso acontece também com as lembranças sobre as prisões nos bailes e as punições através de serviços públicos, como vimos anteriormente.

Quanto à guerra em si, não existe uma homogeneidade nos relatos. Talvez por serem ainda muito jovens no período, não tinham opiniões sobre o que era certo ou errado, sobre se concordavam ou não e, por isso, os entrevistados comentam mais as lembranças vividas por tabela: “Quem era alemão sempre torceu pra Alemanha!” como afirma Tea, ou “Acho que dos alemães a grande maioria era ‘nós vamos ganhar, nós vamos vencer’, e daí o Hitler lá também mentia, sempre tava ganhando as batalhas, e acho que era bem o contrário, então...”, relata Renate. E lembrando-se do irmão, Ida declara: “Tinha muito alemão que era a favor do Hitler, porque a gente não sabia até que ponto, o que era, quem era o Hitler! Aí muito alemão era a favor. Tinham os, agora até fala nesta novela né? Dos integralistas! Eles eram, até o meu irmão, o Hugo, ele era a favor dos integralistas... não sei se fazia parte, mas era a favor. Porque não sabiam exatamente o que era, o significado. Mas depois que o pessoal se inteirou dessas barbaridades que foram feitas, aí...”. Observamos como, em função do caráter dinâmico da memória, sempre relacionada ao contexto social em que o narrador está envolvido, a percepção em torno da imagem de Hitler se modificou com o tempo.

Uma situação que envolveu diretamente a família de Delcia e Wally, no entanto, permitiu com que um episódio em relação à guerra ficasse sobremaneira marcado em suas memórias. Ao verem um grupo de homens se deslocando para lutar na guerra, ficaram apavoradas em saber que seu pai poderia ser o próximo chamado: “Aí eu sei que um ano, não sei o ano, nós fomos lavar roupa e a mãe foi junto, em um arroio, e ali tinha uma pontezinha e ali as pessoas estavam passando com o cavalo pra ir pra Estrela, porque eles foram chamados [para a guerra], e a mãe chorava muito... Aquilo tudo tu grava, pequeninha como tu é, tu vai gravando... E eu ‘Que que é isso? O que que é isso?’ e a mãe disse ‘Tem guerra, eles vão pra Alemanha, e a próxima o pai vai ir também, e o tio Leopoldo e o tio Arnoldo...’. E aquilo eu gravei. Depois eles choravam também, a mãe contou pras tia que o pai, mais tarde ia faltar gente, e que a mãe chorava porque ela com duas filhas lá, e de onde ia vir o alimento?”. Observamos, através da lembrança de Delcia, a preocupação das mulheres neste período, que envolviam as dificuldades que as mães teriam para prover o alimento e cuidar dos filhos sem o auxílio financeiro dos pais. Felizmente, o pai das irmãs não precisou ir à guerra, assim como aconteceu com o irmão de Ermilda, que embora convocado, não foi chamado. A mãe dela, no entanto, sofreu muito com a notícia da convocação do filho: “A minha mãe até doente ficou, porque ela sofria do coração... então isso afetou muito”. Segundo a narradora, o sofrimento da mãe não aguentou saber a notícia da convocação, e ela veio a falecer antes de saber que o filho acabou não sendo chamado.

Como podemos observar, as memórias em torno da Campanha de Nacionalização no Alto Taquari envolvem muitas lembranças que expressam tristeza, indignação e raiva, sentimentos que, em grande parte, podem ter sido construídos posteriormente em função da revalorização da identidade étnica alemã. Mas também verificamos que muitos dos depoimentos revelam momentos lembrados hoje com sorrisos e piadas, em razão do distanciamento entre o tempo atual e o tempo do fato narrado. Quando perguntados sobre os sentimentos deixados pela Campanha de Nacionalização houve entrevistados que, apesar de reconhecer as situações de risco que corriam os teuto-brasileiros, diziam não sentir efeitos diretos em suas vidas, como afirma Sonha “Eu sei que foi triste para os alemães, né”, e Álvaro: “Eu não me impressionei muito, eu era guri naquele tempo mesmo, eu queria aprender a falar português, então a coisa bem pra mim não foi terrível, eu não senti, mas as pessoas idosas sofreram muito. Só que a gente ficava com certa raiva dos Estados Unidos porque arrastaram o Brasil pra guerra, né. Então, desde lá, os ingleses pior ainda, porque exploravam o Brasil”.

Houve, no entanto, aqueles que demonstravam raiva e mágoa, principalmente quando presenciaram alguma situação de perseguição ou passaram por situações repressivas em suas famílias, caso este de Eli, que continua manifestando o ódio que ele e sua família sentem pelo infiltrado que queimou o diário de seu avô. Antônio, que presenciou a prisão do professor em cuja casa trabalhava, afirma: “A gente não podia protestar, não era democracia. Não existia greve, nem nada. Sabe como é a ditadura, tem que baixar a cabeça se não apanha, vai pra cadeia e não pode nem protestar. Ditadura é assim né, o chefe é um né”.

O ressentimento à época da Campanha de Nacionalização é expresso pela mágoa que Eugênio diz sentir. Pedro fala do sofrimento que os teuto-brasileiros passaram juntos, e que a situação porque passavam era bastante constrangedora. Uma vontade de nem se lembrar de tudo que aconteceu aparece no relato de Silvino: “Infelizmente aconteceram muitas coisas que a gente fez assim de esquecer e já não se lembra mais. A gente mesmo passou pro esquecimento já para não lembrar mais daquelas partes negras que passaram. [O que ocorreu] não era do querer da gente, estávamos loucos pra ver a página virar”.

Como a identidade social está ligada a uma imagem de si também para os outros, conforme Pollak (1992), podemos ter uma ideia, através dos relatos de como alguns dos descendentes de alemães se sentiam enquanto grupo no momento da Campanha de Nacionalização, quando a política nacional colocava o alemão, o italiano e o japonês como “o outro”, o não assimilado. Assim como escreve Pollak (1992, p. 5):

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

“Ver a página virar” e se esquecer das partes negativas do passado, como podemos ver na fala de Silvino, eram sentimentos que demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados no Alto Taquari. Através das entrevistas, observamos que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas e missas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver nos depoimentos que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como isso era imposto. As mudanças

implantadas pelo Estado Novo ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, por aqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime. O período posterior ao Estado Novo provocou um abafamento sobre a repressão realizada sobre os grupos étnicos do país e a imagem de Vargas como herói nacional se tornou vitoriosa. A análise a partir das memórias narradas neste capítulo têm a intenção de, assim como afirma Bergesch (2000, p. 34), “Lembramos aqui algo que está caindo no esquecimento” e, com isso, permitir que esta (outra) história seja contada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, adentramos uma região ainda pouco explorada pela historiografia que aborda a Campanha de Nacionalização: o Alto Taquari. Foi através das viagens em torno dos municípios de Estrela, Lajeado, Teutônia, Arroio do Meio, Colinas e Taquari que, a cada fase da pesquisa de campo, se descobria mais referências em torno da temática de trabalho. A dificuldade encontrada na busca pelos documentos revela uma situação encontrada em diversos municípios do interior do estado: a falta de preocupação do poder público em preservar a sua história, em valorizar a memória do seu povo. O Paladino e O Taquaryense são dois patrimônios do Vale do Taquari que clamam por algum mecanismo de preservação. Não fosse o esforço de salvaguarda a partir dos descendentes das famílias que criaram os jornais, esta dissertação teria uma lacuna muito grande em relação à maneira como eram divulgadas as informações do governo e os fatos ligados à Campanha através das matérias locais. Os documentos referentes à comunidade evangélica estão contemplados aqui pela sorte do acaso: foram encontrados misturados no meio de um corredor da parte administrativa da IECLB de Estrela e iriam ser mandados a São Leopoldo para serem guardados, segundo a informação que nos foi apurada. Em meio a um “monte” de papéis descontinuamente organizados, no entanto, foram encontradas circulares, fonogramas e correspondências do período da “(des)nacionalização”, o que possibilitou o conhecimento sobre a atuação do Pastor Dohms em suas instruções sobre a proibição do idioma alemão na comunidade local, por exemplo. Em contrapartida, a pesquisa na documentação local do Vale do Taquari nos permite destacar Arroio do Meio como município que vem investindo em sua história através das ações desenvolvidas na Casa do Museu, que busca a reunião e reflexão em torno das fontes que traçam sua trajetória histórica, assim como a educação para o patrimônio, que envolve todas as gerações através das oficinas que o museu municipal produz.

A busca por pessoas que tivessem acima de 72 anos e estivessem dispostas a narrar suas memórias sobre a proibição do idioma alemão também contou com dificuldades, mas o fato de a autora ter crescido em um dos municípios analisados foi fundamental para arregimentar depoentes. Nesse ponto, observamos a importância das redes de sociabilidade presentes em pequenos municípios: dizer ser filha de fulano, sobrinha de cicrana, neta de determinada pessoa, enfim, contribuiu na aproximação com os entrevistados que, em sua maioria, costumavam desconfiar no primeiro contato realizado. E, aos poucos, compreendemos que o receio inicial em falar sobre a Campanha de Nacionalização, ou

melhor, sobre “aquele tempo em que foi proibido falar em alemão”, se dava em função de ser uma das primeiras vezes em que os depoentes falavam sobre o assunto. Pouco falado, mas presente na memória daqueles que ainda podem narrar os acontecimentos, este tema deveria fazer parte do conteúdo das aulas sobre a história local nas escolas dos municípios. Observamos, novamente, como o poder público dos municípios contribuiriam para a formação dos seus alunos ao valorizar e problematizar sua própria história.

Nesse sentido, percebemos como a presença do narrador e, conseqüentemente, a transmissão da experiência, estão cada vez mais distantes de nós nos últimos tempos (BENJAMIN, 1994). A maneira como as pessoas vêm se comunicando atualmente, através dos meios virtuais, por exemplo, faz com que se percam tanto a experiência de se narrar os fatos, como os sentidos agregados ao que era comunicado oralmente: as histórias de famílias transmitidas de geração em geração são um exemplo das narrativas que dificilmente temos contato nos dias atuais, quando a diminuição do tempo da informação produz nos seres humanos a percepção de aceleração da história (Nora, 1993). Em função disso, a pesquisa que envolve a metodologia da história oral é recompensadora no sentido de que ouvir é também “sentir” o passado.

A utilização da metodologia da história oral nesta dissertação permitiu a criação de documentos que possibilitam o conhecimento sobre a experiência vivenciada pelos teuto-brasileiros, bem como sobre a reconstrução da mesma na atualidade. As experiências narradas pelos senhores e senhoras que partilharam suas memórias “do tempo de criança” se traduzem em momentos de transmissão de experiência que, em função da distância que o tempo nos leva em relação ao Estado Novo, se tornarão cada vez mais raros. Perderemos, aos poucos, a possibilidade de conhecer a memória daqueles que viram, ouviram e sentiram a intolerância étnica praticada pelos homens naquele período.

Simultânea a esta sensação de aceleração da história, no entanto, está o efeito desintegrador da sociedade contemporânea que faz com que se proliferem os lugares de memória – museus, arquivos e memoriais com o objetivo de amparar o excesso de informação produzida, bem como para guardar a nossa memória (NORA, 1993). Atualmente, através da criação de rotas turísticas, percursos coloniais, e festas típicas, agentes contemporâneos da etnicidade permitem manifestações identitárias mas, ao mesmo tempo, aliam interesses políticos e econômicos a elas. O Alto Taquari é cenário desta revalorização étnica. Roteiros que envolvem a culinária e arquitetura germânicas, além do estilo de vida colonial fazem parte de cinco projetos turísticos que envolvem os municípios, a saber, o “Caminhos da Forqueta”, a “Rota Germânica”, o “Roteiro Turístico Delícias da Colônia”, o “Tour Lajeado”

e a “Rota Turística Trilhas e Memórias”, que está em fase de montagem. Além destes trajetos que revelam ao turista traços característicos da colonização alemã, o Alto Taquari também é sede do mais antigo grupo de danças folclóricas alemãs do Brasil, criado em 1964 no município de Estrela. Observamos, através do histórico do grupo descrito em seu site oficial, que o mesmo foi criado justamente com o intuito de reintroduzir as danças típicas alemãs na sociedade local: “Os jovens da época não sabiam mais dançar valsas, polkas e schottisch. Aquelas danças antigas estavam se perdendo no esquecimento do tempo”¹. Atualmente, o Grupo conta com 420 componentes, com idade entre três e oitenta anos, e realiza apresentações em âmbito nacional e internacional. O evento mais confirmado do Grupo, no entanto, é o Festival do Chucrute de Estrela² que, desde 1965, é comemorado no complexo que envolve atualmente a Maifest (festa de aniversário do município), a Park Chopp Fest (festividade que envolve os jogos germânicos) e a Brotfest (a festa que enaltece o pão como alimento). Em maio de 2013, um jornal local reproduziu a fala do prefeito do município, ao ser questionado sobre as festividades, no que este respondeu: “Admiro os estrelenses pela paixão que têm pela cultura germânica. Observar toda essa gente que compareceu para prestigiar a abertura de nossa festa me dá muito orgulho”³. O informativo também discorreu sobre a programação do evento e anunciou: “Até o dia 26, a cultura alemã seguirá sendo cultuada por meio de músicas, dança e gastronomia típica”⁴.

Todas essas festividades que celebram uma suposta cultura germânica, fomentando a construção de uma identidade étnica, ratificam a ideia de que esta é dinâmica e constantemente reatualizada conforme o contexto histórico em que o grupo étnico é inserido. Com isso, a reflexão que vem à tona é sobre a eficácia, limites e consequências da Campanha de Nacionalização no Alto Taquari. A partir da análise realizada nesta dissertação, podemos fazer algumas considerações em torno destas questões.

No caso dos jornais pesquisados – O Paladino e O Taquaryense – verificamos, através de matérias divulgadas pelas agências de notícias e propaganda ligadas ao governo, o caráter ufanista desenvolvido nos artigos. A exaltação à figura de Vargas e ao Estado Novo passou a homogeneizar as páginas dos semanários a partir de novembro de 1937. Mas foi no

¹ Histórico do Grupo Folclórico de Estrela, disponível no site: <http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/> Acesso em 17 dez. 2013.

² No site oficial do Festival do Chucrute de Estrela, os turistas são convidados a participar do evento: "Venha viver a Alegria do mais tradicional Festival de Folclore Alemão do Estado do Rio Grande do Sul, animado com muita Música, Dança e Gastronomia Típica". Disponível em: <http://www.festivaldochucrute.com.br/> Acesso em 17 dez. 2013.

³ “Começa a Maifest dos 137 anos”. O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013, ML.

⁴ Idem.

ano de 1938, entretanto, que as mudanças mais significativas iniciaram, após a assinatura do Decreto-Lei 383 de abril pelo presidente.

Em O Paladino, o início da Campanha de Nacionalização significou o fim do apoio do Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro e dos anúncios e notícias veiculados no idioma alemão. A partir de maio, tudo que é veiculado no jornal está escrito em português, inclusive as festividades da Turn Verein Estrella e dos tradicionais bailes de Kerb's. Os artigos escritos para o jornal, em sua maioria, não discorrem sobre outro assunto que não as qualidades do Estado Novo, assim como acontece em O Taquaryense. Este noticia em abril a nomeação de Nestor Azambuja Guimarães, o prefeito que passa a administrar o município em total alinhamento com a política estadonovista, segundo apontam as notícias divulgadas no jornal. Helio Saraiva, membro da família fundadora e redator do jornal, se mostra muito próximo a Guimarães, que lhe confere o cargo de correspondente da polícia civil em junho do mesmo ano, e de secretário do município em abril de 1940. As relações entre o prefeito e Saraiva podem ter relação com o alinhamento pró-Vargas presente em O Taquaryense.

O ano de 1939 marca, através de matérias locais publicadas nos semanários, a influência mais direta das ações nacionalizantes sobre o cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes no Vale do Taquari. Esse contexto também é propiciado pelo aumento de artigos que tratam o estrangeiro como uma ameaça para a unicidade nacional. Através de fonogramas enviados pelo presidente do Sínodo Rio-grandense, Pastor Dohms, ao Pastor Sille, de Lajeado, verificamos a instabilidade presente nas informações que o primeiro tinha acesso, primeiro liberando e posteriormente suspendendo as prédicas religiosas em suas correspondências. A fiscalização dos “agentes da nacionalização” nas escolas, presentes nos Termos de Inspeção, também representa um aumento nas medidas repressivas do governo, que obrigava o ensino do vernáculo nas instituições de ensino.

O contexto internacional da Segunda Guerra Mundial passa a fazer parte das notícias e artigos dos semanários que, entre 1939 e 1940, afirmam a neutralidade brasileira em relação ao conflito. No âmbito da educação, o ano de 1940 foi marcado pela intervenção na Comunidade Evangélica de Lajeado e no Colégio Lajeadense, que teve de fechar suas portas em função de a direção não compactuar com as determinações provenientes da Secretaria de Educação e Saúde Pública, mesmo que o Pastor Dohms instrísse a obediência das instituições. A notícia do fechamento de uma escola particular em Estrela, e os Termos de Inspeção dos distritos de Lajeado são também exemplos da intensa fiscalização sobre o ensino das “matérias de nacionalização”, como mencionado nos próprios Termos.

Em 1941, a entrada dos Estados Unidos na guerra, após o bombardeio da base naval norte-americana de Pearl Harbor redimensionou a posição do governo brasileiro em relação ao conflito. Os artigos divulgados em O Taquaryense, através das agências jornalísticas do governo, passam a demonstrar apoio aos Aliados e ao discurso pan-americanista. 1941 também é o ano em que a imprensa de língua estrangeira é proibida no país e, em decorrência da não adaptação às determinações presidenciais, a sede de O Paladino é invadida em Estrela. Em contrapartida, O Taquaryense recebe o registro no Departamento de Imprensa e Propaganda. Também em nível local, a troca de fonogramas entre o Pastor Dohms e o Secretário da Educação e Saúde Pública demonstra o tom de negociação presente nas correspondências enviadas pelo Pastor, que atuava como mediador entre as determinações propostas pelo governo e as comunidades evangélicas locais.

O acirramento da repressão aos teuto-brasileiros em 1942 (GERTZ, 1991), marcado pela declaração oficial de guerra do Brasil para com o Eixo, ocasionou um aumento nas restrições aos estrangeiros no país. Os artigos divulgados em O Taquaryense intensificam o discurso contra Hitler e o temor de uma infiltração nazista no sul do Brasil é descrito através de textos que denunciam o quinta-colunismo. A nível local, verificamos que a Campanha não poupou nem os religiosos, pois o relatório da IECLB de Lajeado comprova a prisão do Pastor Sille por motivo de ser estrangeiro. A intervenção também atinge as associações étnicas germânicas, como a Turn Verein Estrella e a Lageadenser Turnverein-Jahn que, além de empessar nova diretoria, tiveram seus nomes abasileirados. A Schützenverein, sociedade de Tiro ao Alvo de Teutônia igualmente cessou suas atividades. Os teuto-brasileiros perdiam seus espaços de sociabilidade.

A partir de 1943, os destinos da guerra favoráveis aos Aliados suscitam artigos que exaltam os feitos da Inglaterra e dos Estados Unidos nas matérias enunciadas por O Taquaryense e, a partir deste momento, o país norte-americano é considerado “o bastião da democracia” diante das “forças do mal”, como são caracterizados os países do Eixo. Em âmbito nacional, o incentivo à alfabetização da população é estimulado, e as inspeções escolares continuam. A intervenção à comunidade evangélica do Alto Taquari é mais uma vez demonstrada a partir das fichas de histórico das OASE's, que tiveram que interromper suas atividades durante a Segunda Guerra Mundial em função da proibição do idioma alemão. Nos artigos divulgados por O Taquaryense, as atrocidades cometidas pelos nazistas na guerra passam a ser atribuídas a todos os alemães, que são culpados de maneira generalizada. Em 1945, o semanário publica charges pela primeira vez, e estas, realizadas pelo British News Service, satirizam a figura de Hitler e o nazismo. A notícia de rendição alemã é noticiada em

tom de festividade por O Taquaryense através de anúncio que divulga a movimentação dos cidadãos taquarienses diante da prefeitura, com direito a vivas e tambores. Nesse sentido, observamos que muitas das matérias enviadas por agências norte-americanas e londrinas publicadas em O Taquaryense a partir de 1944 atribuem a culpa das atrocidades cometidas pelo regime nazista à população de origem germânica em geral, como se todos os alemães concordassem com as atitudes tomadas por Hitler. Tais matérias se encarregaram de construir uma imagem negativa da população de origem germânica e, a nível local, verificamos matérias que confundiam a identidade étnica alemã com a adesão destas populações aqui no Brasil ao nazismo. Atualmente, esses anacronismos continuam existindo em algum grau pois, segundo estudo realizado por Gertz (2012), algumas pessoas responsabilizam atuais crimes considerados neonazistas como resultantes da existência de comunidades teuto-brasileiras no sul do Brasil.

Os jornais analisados também nos permitem observar como a imprensa do período do Estado Novo foi utilizada como instrumento de divulgação da ideologia estadonovista e, através dos dois exemplos de semanários que pesquisamos, observamos os destinos diferentes que cada um deles teve. O Paladino, semanário bilíngue sediado em um município marcado pela colonização alemã, não bastasse ser proibido de circular, foi invadido de maneira covarde pelos agentes da nacionalização. O Taquaryense, jornal composto em português pela família Saraiva e seus empregados, e situado em um município de colonização açoriana, não sofreu intervenções e proibições em decorrência da Campanha de Nacionalização. Pelo contrário, o semanário foi importante meio de divulgação dos feitos do prefeito nomeado pelo interventor Cordeiro de Farias. O bom relacionamento entre Helio Saraiva e o prefeito taquarense Guimarães era comprovado pelas matérias locais que enalteciam os feitos do prefeito e teciam comentários alinhados com a política governista. Não podemos, entretanto, traçar uma linha divisória entre Taquari e o Alto Taquari. Ao fato de O Taquaryense referir constantemente o apoio da população local às políticas e ações desenvolvidas pelo governo Vargas – como aconteceu com a matéria local que divulga o clima festivo dos taquarienses ao serem comunicados sobre a rendição da Alemanha na guerra – devemos ter em mente de que os jornais são instituições formadoras de representações sociais e, por isso, publicam informações conforme os interesses do grupo que os dirigem. Um olhar mais atento às próprias matérias locais confirma que, mesmo se tratando de um município de caráter étnico açoriano, Taquari também sofreu com as intervenções e fiscalização dos agentes do governo: foram fechadas escolas, associações e incentivado sobremaneira o ensino cívico ao alunado local. E, além disso, quantos cidadãos teuto-brasileiros que viviam no município devem ter

deixado de participar da comemoração realizada em frente à prefeitura quando noticiada a rendição alemã, em função dos parentes que não voltaram da Alemanha? Muitos, com certeza, que não foram contemplados pela matéria local.

Para além da imprensa da época, os fonogramas, circulares, fichas, relatórios e Termos de Inspeção demonstram as tensões envolvidas no contexto que restringiu, de maneira abrupta, a manifestação de uma cultura. A quantidade de fonogramas expedidos pelo Pastor Dohms, por exemplo, demonstram as dificuldades com que a comunidade evangélica lidava para estabelecer uma continuidade em suas atividades. Os documentos encontrados na IECLB de Estrela mostram, entretanto, que apesar da obediência pregada pelo Pastor em suas instruções, as atividades não deveriam parar, mas sim adaptar-se às novas condições impostas pelo contexto histórico. Os Termos de Inspeção, assinados pelos “fiscais da nacionalização”, são demonstrativos da rigidez no controle do ensino do patriotismo e do vernáculo, ferramentas fundamentais na construção da identidade de uma nação.

Além do âmbito documental, os textos memorialísticos e as memórias narradas pelos vinte entrevistados lançam novas possibilidades no estudo de como se efetivou a Campanha de Nacionalização no Alto Taquari. A cada entrevista realizada, uma gama de memórias era revelada. Memórias que pareciam estar esperando para serem evocadas, transmitidas, narradas. A memória oficial construída após o Estado Novo colocou Getúlio Vargas em um altar. A construção da imagem de “Pai dos Pobres” e de “Chefe da Nação” sobressaiu-se a uma representação negativa do presidente. Tamanho foi o alcance desse enaltecimento à figura de Vargas, que os próprios depoentes dificilmente associavam a repressão que sofreram com a ditadura que se dava em âmbito nacional. Enquanto que a proibição do idioma é, na maioria das vezes, apenas atribuída à guerra, o presidente é descrito como um homem bom. Os benefícios criados aos trabalhadores são um exemplo das políticas que fizeram de Vargas um presidente louvável pelo povo.

A análise dos depoimentos orais permite observar que a memória recente sobre o processo de nacionalização forçada não remonta a uma discordância à política de nacionalização pelos teuto-brasileiros entrevistados, mas sim a uma posição que não concorda com a maneira como aconteceu: reprimindo suas manifestações culturais de maneira abrupta. Em relação às memórias em torno da Segunda Guerra Mundial e do nazismo, verificamos que os depoimentos foram construídos depois da desconstrução e demonstração das atrocidades geradas pelo nazismo e que é provável que algumas simpatias dos depoentes em relação ao nazismo ou em relação a Hitler tenham sido matizadas ou reduzidas. É provável que

depoentes tenham mais interesse em promover a ideia de que foram vítimas da censura do Estado Novo, da proibição da fala em língua alemã.

Através dos relatos, também verificamos as estratégias utilizadas pelos teuto-brasileiros, numa atitude reativa ao que vinha acontecendo, para desviar a atenção dos agentes da polícia, bem como dos infiltrados, através da mudança dos nomes, da escuta do rádio escondido e do ato de esconder objetos e livros escritos em idioma alemão – informações que muitas vezes apenas podemos ter acesso através da história oral, que oportuniza o afloramento de memórias subterrâneas que se opõem à memória oficial (POLLAK, 1989).

As memórias sobre apreensões em bailes e castigos de escola são lembradas muitas vezes em tom de graça pelos entrevistados mas, em nenhum momento, estes deixaram de demonstrar o constante sentimento de vigilância que o período ocasionou, seja através das histórias de delações e prisões, seja através das tensões provocadas pela lembrança de que tinham de aprender o português “na marra” na escola. Em relação às diferenças nas narrativas de mulheres e homens, observamos que a fala inicial de muitas destas, que diziam “não saber nada sobre o período, não entender nada de política”, era mera aparência pois, no decorrer das entrevistas, pudemos entrar em contato com o universo feminino da época e perceber o papel das mulheres neste contexto repressivo. No caso da maioria delas, a memória narrada é aquela mais restrita ao âmbito doméstico, às lembranças sobre as dificuldades que suas mães tinham para falar o português e a preocupação em saber o vernáculo nas aulas. No caso dos homens, a memória deste processo se relaciona mais ao âmbito público: as prisões, as saídas de casa para escutar rádio escondido e as intervenções policiais nas ruas. As exceções, no entanto existem, fazendo com que muitas vezes os discursos se interpenetrem, não havendo uma rígida divisão entre memórias masculinas e femininas.

Por meio da pesquisa realizada, consideramos ainda que o contexto repressivo de proibição das manifestações em torno de uma identidade étnica influenciou sim na trajetória histórica destes grupos de descendentes de imigrantes alemães do Alto Taquari. No entanto, compreendemos que, em função do dinamismo presente na construção das identidades, estas não são passíveis de uma eliminação através de ações objetivas autoritárias e impositivas. A construção da identidade é sempre resultado de uma disputa e, por isso, sofre transformações a partir da interação com demais grupos sociais, estabelecendo características e que vão a diferenciar constantemente dependendo do contexto histórico. Nesse sentido, constatamos também que durante a Campanha de Nacionalização não houve apenas uma repressão homogênea, de cima para baixo. Os conflitos também se davam na horizontalidade das relações sociais cotidianas, nas situações de abuso de poder, na exacerbação de preconceitos

que se davam bilateralmente, nas rixas entre vizinhos, briga entre alunos nas escolas, inspetores e revanchismos políticos e pessoais. Remetendo-nos ao lado dos descendentes de imigrantes alemães, que é o ponto de vista analisado nesta dissertação, verificamos que o grande efeito negativo da Campanha foi a intervenção na transmissão do idioma alemão entre gerações.

A língua alemã passou a ser depreciada. Com raras exceções é ensinada dentro do núcleo familiar e por muito tempo o simples sotaque é considerado “feio” e sinônimo de “atraso”. As estratégias para resgatar as tradições consideradas germânicas e o uso do idioma, entretanto, ganham força através da integração dos jovens nos Grupos Folclóricos, como é o caso do grupo estrelense que mencionamos anteriormente, dos Festivais do Chucrute, roteiros turísticos e intercâmbios a Alemanha que vêm sendo estimulados por agentes como a universidade, os cursos de idioma e colégios da região. Por fim, longe de concluir a pesquisa sobre a Campanha de Nacionalização no Alto Taquari, essa dissertação pretende contribuir para os estudos sobre o processo de nacionalização forçada que ocorreu durante o Estado Novo explorando fontes que ainda não haviam sido analisadas e pensando este processo para um contexto geográfico e social restrito que, caracterizado pela identidade étnica teuto-brasileira, foi passível da intervenção e criminalização de sua cultura nesse período.

REFERÊNCIAS

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALTMANN, Friedhold. *A roda: memórias de um professor*. São Leopoldo: Sinodal, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-250.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937-1945). *Educação*. Porto Alegre, v. 21, n. 34, p. 33-69, abr.-jul. 1998.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDUZI, Luís Fernando. Festa da Uva e política fascista: narrativa de operosidade e resgate de italianidade. In: Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História: Comemorações. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650832_ARQUIVO_BeneduziAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2013.

BERGESCH, Herbert. *A Virada do Milênio: História e memória*. [S.l.]: Colinas, 2000. v.1.

BLACK, Olavo. *Colinas da Esperança: Conventos – 150 anos de história*. Lajeado: Evangraf, 2004.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137-166.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ : Bertrand Brasil, 2010.

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia política da era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 327-340.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DREHER, M. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: Textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DUTRA, E. *O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro; Minas Gerais: Ed. da UFRJ; Ed. UFMG, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 13, 1995.

FALEIRO, Silvana R. *Lajeado: perfil histórico étnico-social (do período indígena à colonização)*. Lajeado: [s.n.], 1996.

FALEIRO, Silvana R. *Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história*. Lajeado: Univates, 2005.

FÁVERI, M. de. Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. Ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 533p

FICO, Carlos. *Reiventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIORI, Neide Almeida. A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural. In.: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, 2005. p.105-120.

FISCHER, Luís A. Introdução geral à alma alemoa. In: GERTZ, René E.; FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 113-115.

GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friederich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 6, n. 11, p.75-84, set. 1985/fev. 1986.

GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. O Integralismo na Zona Colonial Alemã. In: BARROS, Eliane Cruxên et al. *RS: imigração & colonização*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. (Série Documenta, 4). p. 195-233.

GERTZ, René E. A Construção de uma Nova Cidadania. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 29-40.

GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. *Fronteiras* (Florianópolis), Florianópolis, n.13, p. 43-63, 2005.

GERTZ, René E. Identidade Nacional e Etnias no Brasil durante as duas Guerras Mundiais. In.: SILVA, G. V., NADER, M. B., FRANCO, S. P., (org.). *As Identidades no Tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. p.63-88.

GERTZ, René E. *O Neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS; AGE, 2012. v. 1. 174p

HAETINGER, Armindo F. *70 anos de ensino privado: crônica histórica do Ginásio Evangélico Alberto Torres*. Lajeado: [s.n.], 1962.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HESSEL, Lothar F. Apreciações Raciais e Sociais no Alto Taquari (1910 – 1930) In: GERTZ, René E.; FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os Teuto-gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 51-55.

HESSEL, Lothar F. *O Município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Martins Livreiro, 1983.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. Etnia e Nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-82.

KERBER Alessander; SCHEMES Claudia; PRODANOV Cleber Cristiano. Memória das práticas Educativas durante o Primeiro Governo Vargas na Cidade de Novo Hamburgo – RS. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 2 (29), p 139-170, maio/ago. 2012.

KLIPP, Cecília E.; ASSMAN, Alice B.; MAZO, Janice Z.. O “Abrasileiramento” das Associações Esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.1, p.77-85, jan./mar. 2012.

KÖNING, Hans-Joachim. Nacionalismo y Nación en la Historia de Iberoamérica. Cuadernos de Historia Latinoamericana, AHILA, Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, n. 8, 2000.

KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p. 65-89, 2005.

KREUTZ, M. R. et al. *Arroio do Meio: entre rios e povos*. Lajeado: Univates, 2011.

LAMPERT, Leandro. “Muita coisa para contar... crônicas da minha infância”. Lajeado: Evangraf, 2011.

MEYER, D. *Identidades Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grandee do Sul*. Santa Cruz do Sul. São Leopoldo: EDUNISC. Editora Sinodal, 2000.

MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

OLIVEN, Ruben G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez/ ANPOCS, v.1, n.2, p.39-59, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_07.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

OLIVEN, Ruben G. *A Parte e O Todo: A Diversidade Cultural No Brasil - Nação*. PETROPOLIS: VOZES, 1992. 143p.

OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, p. 13-37, 2003.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p.203-211, nov. 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMBO, Arthur B. Nacionalidade e Cidadania. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (orgs.). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 43-53.

RAMOS, E. H. C. L. *O Teatro da Sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras - São Leopoldo 1858-1930*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RENAN, E. Qu'est-ce qu'une Nation? In: _____. *Discours et Conférences*. Paris: Calmann Lévy, 1887. p.278-310.

RENK, Valquíria E. A Nacionalização do Ensino no Paraná. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p. 91-104, 2005.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I: povoamento, colonização, história política*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Cem anos de Madre Bárbara*. Lajeado: [s.n.], 1997.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela: Ontem e Hoje*. Lajeado: O Autor, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 173-244.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica. A Ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. A Identidade Teuto-brasileira numa Perspectiva Histórica. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 11-28.

SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional. *MANA*, v.3, n.1, p.95-131, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf>>.

SEYFERTH, Giralda. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228

SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, Diferenças Regionais, Integração Étnica e a Questão Imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 81-109.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A Identidade Teuto-brasileira Pensada pelo Intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser Alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006. (Coleção ANPUH-RS).

THOMÉ, Lauro N. F. *Arroio do Meio ano 50: 1934-1984*. Porto Alegre: CORAG, 1984.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p.51-71, abr. 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Hélio. Integralismo: o facismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

WASSERMAN, C. Palavra de Presidente. Porto Alegre: Edufrgs, 2002, v. 1000, 199p.

WEBER, Regina. Nacionalidade com Prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (orgs.) *Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 105-119.

WEBER, Regina. Imigração e Identidade Étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, Vitória, n. 18, p. 236-250, 2006.

WEBER, Regina. Grupos Étnicos, Estratégias Étnicas. In :SIDEKUM, Antonio; ARENDT, Isabel; GRÜTZMANN, Imgart. *Campos Múltiplos: identidade, cultura e história*. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008. p. 235-255.

WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização em Estrela-RS: impactos e memórias*. Porto Alegre: UFRGS, Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

WILLEMS, E. *A Aculturação dos Alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Brasília: Cia. Ed. Nacional, 1980.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, M. O. As Festas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): historicidade, mensagens, memórias e significados. *Artelogie*, n. 4, p. 1-13, 19 jan. 2013. Disponível em: <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article175>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

FONTES PRIMÁRIAS

CENSO demográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Recenseamento Geral de 1940, 1º de setembro de 1940, disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=765 Acesso em 14 jun. 2013.

Circular de abril de 1943, expedida pela Diretoria das Prefeituras Municipais da Secretaria do Interior, informando a Diretoria da Administração Municipal quanto às normas necessárias para a subvenção de entidades de assistência social ou cultural – Arquivo Histórico de Lajeado – RS.

Circulares, fonogramas e correspondências emitidas pelo presidente do Sínodo Rio-Grandense, Pastor Hermann G. Dohms às igrejas luteranas de Estrela e Lajeado – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Estrela.

Correspondências entre o Pastor Dohms e o Secretário estadual de Educação, J. P. Coelho de Souza – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Estrela.

Fichas dos históricos das OASE's (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas) – Lajeado, Estrela, Teutônia e Paverama.

Fonograma de intervenção à Sociedade Ginástica Estrela, de 14 de março de 1942.

JORNAL O Paladino, Estrela, 1937-1939.

JORNAL O Taquaryense, Taquari, 1937-1945.

JORNAL O Informativo do Vale, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013.

Livreto do Jubileu de Diamante de Estrela, 1951.

Livro de relação das aulas de Arroio do Meio, de 1938 – Secretaria municipal de Cultura e Educação de Arroio do Meio.

Relatório do prefeito João Frederico Schaan apresentado ao interventor do Estado, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias em 1939 – Arquivo Histórico de Lajeado – RS.

Termos de Inspeção da nacionalização – Livros nº 0924 e nº 0897, Arquivo Histórico de Lajeado.

FONTES ORAIS - ENTREVISTAS

BALENSIFER, Sonha Emília. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BIRCK, Silvino. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

FREITAS, Delcia Iací Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

HART, Eli Esaias. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

HILGEMANN, Renate. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

HUNEMEIER, Tea Mathilde Becker. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

JAEGER, Ermilda. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

KOLLING, Miriam. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

MALLMANN, Ida Hammes: depoimento. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

MÜLLER, Gerda Agnischock. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

MÜLLER, Pedro Waldemiro. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOLL, Eugênio. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

PETRY, Martha Maria. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

RUSCHEL, Serenita. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

SCHNORR, Helga Maria. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

O Roteiro de Entrevista foi elaborado a fim de nortear as questões abordadas durante os depoimentos. A partir de alguns temas centrais selecionados após a leitura da bibliografia memorialista e acadêmica sobre o tema da Campanha da Nacionalização, bem como da pesquisa em torno dos documentos na medida em que foram sendo analisados, focamos questões mais amplas para serem abordadas, como a proibição do idioma nas escolas, nas igrejas, bailes e residências; as dificuldades sentidas após as medidas proibitivas; e quais estratégias foram utilizadas para driblar as situações constrangedoras decorrentes deste processo. Ao longo das entrevistas, surgiram temas mais específicos que também foram abordados e contribuíram para a constante reformulação do Roteiro inicial, como a atuação dos infiltrados, os casos de prisão e tortura, assim como as rixas pessoais que desencadearam muitas das denúncias relatadas, por exemplo. Portanto, enfatizamos que o Roteiro de Entrevista abaixo relacionado não é a entrevista em si, mas apenas demonstra algumas das questões que nortearam os depoimentos os quais, em cada caso, dependeram de circunstâncias específicas, como a disponibilidade e disposição do narrador, suas condições físicas, assim como o lugar onde foi realizada cada entrevista.

DADOS GERAIS:

Nome:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Idioma falado no ambiente familiar na época da Nacionalização:

ESCOLA:

Onde estudou e em que período (verificar se escola pública, católica, evangélica...)?

Pedir para o entrevistado contar como era a escola e o que ensinavam

(Se o entrevistado não falar sobre a língua na qual era ensinado e na proibição da fala em língua alemã, perguntar sobre essa questão (Perguntar remetendo a questão como: havia alunos que desrespeitavam a proibição do alemão? Havia algum castigo? Como era?)

(Se o entrevistado não falar sobre questões ligadas ao nacionalismo, indagar sobre Hora Cívica, Semana da Pátria, sobre o que ensinavam sobre a história do Brasil e o que falavam sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra)

IGREJA:

Pertencia a alguma igreja/religião no período da Campanha da Nacionalização?

Conte como era a igreja/religião na época da proibição da fala em língua alemã?

(Se o entrevistado não falar, perguntar questões como quem era o padre/pastor/líder religioso da sua família, em que língua era o culto)

JORNAL:

Qual ou quais jornais você e sua família costumavam ler neste período?

Citar os jornais da época, se o entrevistado não mencionar (“Neue Deutsche Zeitung” / “O Paladino” / “A Nação” / “A Voz de Estrela” / “Paulusblatt” / “Volksblatt”).

O que se lembra sobre como eram os jornais na época da Nacionalização?

(Se o entrevistado não falar sobre questões ligadas ao nacionalismo, perguntar se lembra de quando O Paladino deixou de circular, de como foi o acontecimento para a comunidade, se percebiam que havia propaganda do governo no jornal....)

RÁDIO:

Se o depoente e seus familiares costumavam ouvir rádio neste período

Citar as emissoras da época, se o entrevistado não mencionar (Rádio da Alemanha, Rádio Nacional, Mayrink Veiga)

(Se o depoente não falar sobre as emissoras ou se não costumava ouvir rádio, perguntar se era comum as pessoas possuírem rádios em suas residências neste período? Por quê? Como faziam para escutar rádio durante a proibição da língua alemã?)

BAILES DE KERB:

Frequentava bailes no período em que foi proibido falar o idioma alemão?

Como eram esses bailes?

(Se o depoente falar que sim, perguntar se lembra de ter acontecido alguma alteração nos bailes por conta da proibição, se havia fiscal nos bailes e quais tipos de música tocavam nos Kerb`s, se eram alemãs ou brasileiras)

(Se o depoente não costumava frequentar os bailes, perguntar se lembra de alguma história sobre fiscalização e/ou prisão nos bailes)

II GUERRA MUNDIAL:

Como foi vivenciar o período da Segunda Guerra Mundial?

(Se o depoente não mencionar, perguntar se havia uma simpatia dos descendentes de alemães pela Alemanha, se apoiavam ou “torciam”. Se o entrevistado tinha parentes na Alemanha durante a guerra e como a família lidou com esta situação no Brasil)

Por fim, perguntar se o depoente tem mais alguma história sobre o período da Nacionalização e quais são os sentimentos provocados ao falar sobre este tema.

APÊNDICE B: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nome	Ano de nascimento	Ocupação em 1942	Onde vivia durante a Campanha de Nacionalização
Serenita Ruschel	1918	Dona de casa	Estrela
Sonha Emília Balensifer	1920	Dona de casa	Montenegro / Corvo (Estrela)
Eugênio Noll	1922	Estudante e ajudante do pai em uma fábrica de café	Estrela
Helga Maria Schnorr	1925	Dona de casa	Estrela
Gerda Agnischock Müller	1926	Estudante	Estrela
Silvino Birck	1926	Estudante	Estrela
Ermilda Jaeger	1926	Estudante	Lajeado
Martha Maria Petry	1927	Estudante e ajudante da mãe em um hotel da família	Arroio do Meio
Álvaro Romualdo Noschang	1927	Estudante/Seminarista – atualmente é padre	Corvo (Estrela)
Antônio Victório Bohn	1928	Estudante e cozinheiro de um professor – atualmente é pastor	Corvo (Estrela)
Walter Jaeger	1928	Estudante	Lajeado
Ida Hammes Mallmann	1928	Estudante e ajudante da mãe em um hotel da família	Arroio do Meio
Hertha Regina Birck	1929	Estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães	Delfina (Estrela)
Pedro Waldemiro Müller	1929	Estudante	Estrela
Eli Hart	1931	Estudante	Estrela
Tea Mathilde Becker Hunemeier	1931	Estudante	Estrela
Delcia Laci Lohmann Freitas	1933	Estudante	Lajeado
Wally Edel Lohmann	1935	Estudante	Lajeado
Renate Hilgemann	1941		Estrela
Miriam Kolling	1942		Arroio do Meio

Fonte: A autora (2014)

ANEXOS

ANEXO A: SALVO-CONDUTO EMITIDO PELA DELEGACIA DE ARROIO DO MEIO EM 20 DEZ. 1939

REPUBLICA DOS E. U. DO BRASIL
 Estado do Rio Grande do Sul

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA
 Extra..... REGIÃO POLICIAL
 Delegacia de Polícia

Arroio do Meio, 20 de Dezembro de 1939

Salvo - Conduto N.º 115
 Válido somente por 60 dias.

Nome: Henrique Schneider
 Nacionalidade: brasileiro
 Idade: 64 anos
 Profissão: Comerciante
 Residência: Arroio do Meio
 Destino: Cachoeira - Ijuhy

Nenhum impedimento existe a respeito do portador, pelo que as autoridades que deste tiverem conhecimento não deverão opôr-lhe quaesquer embarracos.

Não tem valor a fotografia abaixo, que não tiver o carimbo desta delegacia,

Assinatura do portador:
Henrique Schneider

SELOS

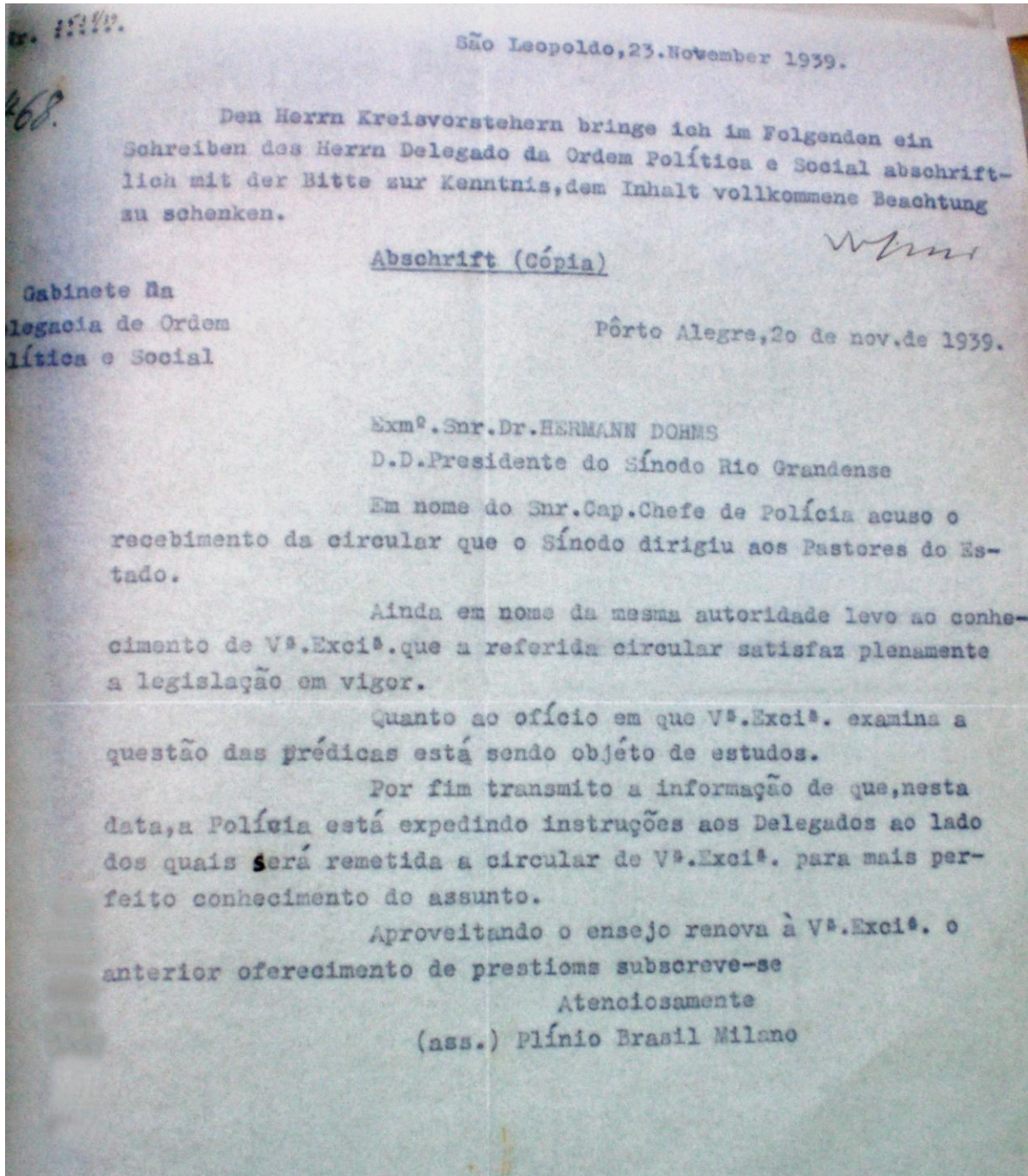
POTECAR DIREITO

DELEGACIA DE POLICIA DE ARROIO DO MEIO

OBSERVAÇÕES
 Acompanha sua esposa, dona Bernardina Schneider

Polizae ao Juiz de Cestuielo
 DELEGADO DE POLÍCIA

**ANEXO B: CORRESPONDÊNCIA DO GABINETE DA DELEGACIA DE ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL PARA O PASTOR DOHMS. IECLB DE ESTRELA, 20 NOV.
1939**



ANEXO C: FONOGRAMA ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AO PASTOR DE LAJEADO. IECLB DE ESTRELA, 18 AGO. 1941

E. 54.

Remetido de _____ por _____
Dia _____ Mês _____ Ano _____ Hora _____ Min. _____
em _____ de _____

Transmitido ao Telefone N.º _____
N.º de Recibo _____
Dia _____ Mês _____ Ano _____ Hora _____ Min. _____
em _____ de _____ por _____

FONOGRAMA
CIA. TELEFONICA RIO GRANDENSE

...PASTOR SIELE
...
...LAGEADO

Remetida S LEOPOLDO N.º Origem 20 Palavras 29 em 18/8/41 às 1755
Data origem 19.8.41 Hora origem 8 30

CONFORME COMUNICAÇÃO SECRETARIO EDUCACAO SERAO
BAIXADAS HOJE INSTRUÇÕES PROIBINDO INSTRUÇÃO
RELIGIOSA LINGUAS ESTRANGEIRAS E
SUSPENDA QUALQUER PREPARAÇÃO CONFIRMANDO
ATE OUTRA ORDEM AVISE OS PASTORES

SAUDAÇÕES

DOMS

NOTA: A Companhia não se responsabiliza por motivo de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega das despachos.

ANEXO D: FONOGRAMA ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AO PASTOR DE LAJEADO. IECLB DE ESTRELA, 30 AGO. 1941

E. 515.

FONOGRAMA
CIA. TELEPHONICA RIO GRANDENSE

Recebido de _____ por _____
Dia Mês Ano Hora Min.
em _____ de _____

Classe do fono _____ N.º do Recibo _____
Transmitido no Telefone N.º _____ Dia Mês Ano Hora Min.
em _____ de _____ por _____

PROVA DA TRANSMISSÃO EFETIVA

Procedência **S. LEOPOLDO** N.º Origem **8** Palavras **31** em **30-8-41** Dia Mês Ano Hora Min.
Data origem Hora origem

TEXTO:

RESPEITO MINHA CARTA 18 AGOSTO INCISO TRES
COMUNICO RECEBI SECRETARIA EDUCACAO PORTARIA
SOBRE INSTRUCCOES RELIGOSAS PT TANTO DEVEMOS
SUSPENDER NOVAMENTE EM CIDADES E VILAS ATE
MELHORES ESCLARECIMENTO.

SAUDAÇÕES
DOMS

IMPORTANTE: A Companhia não se responsabiliza por motivo de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega dos despatches.

ANEXO E: REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIOGRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942

Regulamento de emergência.

Não sendo lícito o uso do ritual e dos cânticos de praxe, a comunidade, no entanto, não poderá deixar de reunir-se regularmente aos domingos, destinados ao culto, afim-de, congregando-se e orando em seus corações, se edificarem uns aos outros.

O pastor, nestas horas de devoção, lerá o evangelho ou a epístola, prescritos para o respectivo domingo e ao alcance de todos em suas bíblias, com a meditação traduzida do „Livro Eclesiástico para as Comunidades“, seguindo-se a celebração do batismo ou da Santa Ceia, uma oração final e a coleta.

Dessta maneira, serão as horas de devoção celebrações dos sacramentos.

O órgão, além dos prelúdios etc., sempre tocará os cânticos sacros da época, que, porém, não podem ser cantados.

N. B. As mencionadas meditações serão remetidas aos senhores pastores pelo Sinodo Riograndense.

Para preservar a unidade da Igreja e para evitar inconvenientes, desaconselho a leitura de meditações de autoria própria; estas regalias sempre dependem de licença especial e, para as comunidades situadas nos distritos urbanos, a autorização será dada individualmente.

Na leitura do evangelho e da meditação, como em geral, deve ser guardada cuidadosamente a dignidade da Igreja.

Sendo os templos considerados lugares públicos, a conversação, porventura feita na igreja, após a hora da devoção, não poderá ser feita em línguas proibidas pela policia.

As orações, o quanto possível, devem ser conhecidas por todos os assistentes, como, por exemplo a oração do Senhor.

O batismo, a confirmação, a solenização do casamento, a Santa Ceia, o entêrro serão celebrados segunda a agenda traduzida.

A confirmação, a realizar-se na época da páscoa dêste ano, deverá ser celebrada o quanto antes.

Sôbre a preparação dos confirmandos para a confirmação, a realizar-se na época do advento, as instruções serão baixadas depois da páscoa.

Não haverá cultos juvenis. A juventude assistirá às horas de devoção, destinadas a tôda a comunidade.

Solicito, insistentemente, a continuação do trabalho de assistência das senhoras evangélicas das comunidades, desaconselhando, porém, as reuniões de costume.

Deve ser prestada especial atenção à cura espiritual.

São Leopoldo, 2 de fevereiro de 1942.

D. H. Dohms,
Presidente do Sinodo Riograndense

**ANEXO F: TRANSCRIÇÃO DO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA.
REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS
COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV.
1942**

Regulamento de emergência

Não sendo lícito o uso desse ritual e dos cânticos de praxe, a comunidade, no entanto, não poderá deixar de reunir-se regularmente aos domingos, destinados ao culto, afim de, congregando-se e orando em seus corações, se edificarem uns aos outros.

O pastor, nestas horas de devoção, lerá o evangelho ou a epístola, prescritos para o respectivo domingo e ao alcance de todos em suas bíblias, com a meditação traduzida do “Livro Eclesiástico para as Comunidades”, seguindo-se a celebração do batismo ou da Santa Ceia, uma oração final e a coleta.

Desta maneira, serão as horas de devoção celebrações dos sacramentos.

O órgão, além dos prelúdios etc., sempre tocará os cânticos sacros da época, que, porém, não podem ser cantados.

N.B. As mencionadas meditações serão remetidas aos senhores pastores pelo Sínodo Riograndense.

Para preservar a unidade da Igreja e para evitar inconvenientes, desaconselho a leitura de meditações de autoria própria: estas regalias sempre dependem de licença especial e, para as comunidades situadas nos distritos urbanos, a autorização será dada individualmente.

Na leitura do evangelho e da meditação como em geral, deve ser guardada cuidadosamente a dignidade da Igreja.

Sendo os templos considerados lugares públicos, a conversação, porventura feita na igreja, após a hora da devoção, não poderá ser feita em língua proibida pela polícia.

As orações, o quanto possível, devem ser conhecidas por todos os assistentes, como, por exemplo a oração do Senhor.

O batismo, a confirmação, a solenização do casamento, a Santa Ceia, o entêrro serão celebrados segunda a agenda traduzida.

A confirmação, a realizar-se na época da páscoa deste ano, deverá ser celebrada o quanto antes.

Sobre a preparação dos confirmandos para a confirmação, a realizar-se na época do advento, as instruções serão baixadas depois da páscoa.

Não haverá cultos juvenis. A juventude assistirá às horas de devação, destinadas a toda a comunidade.

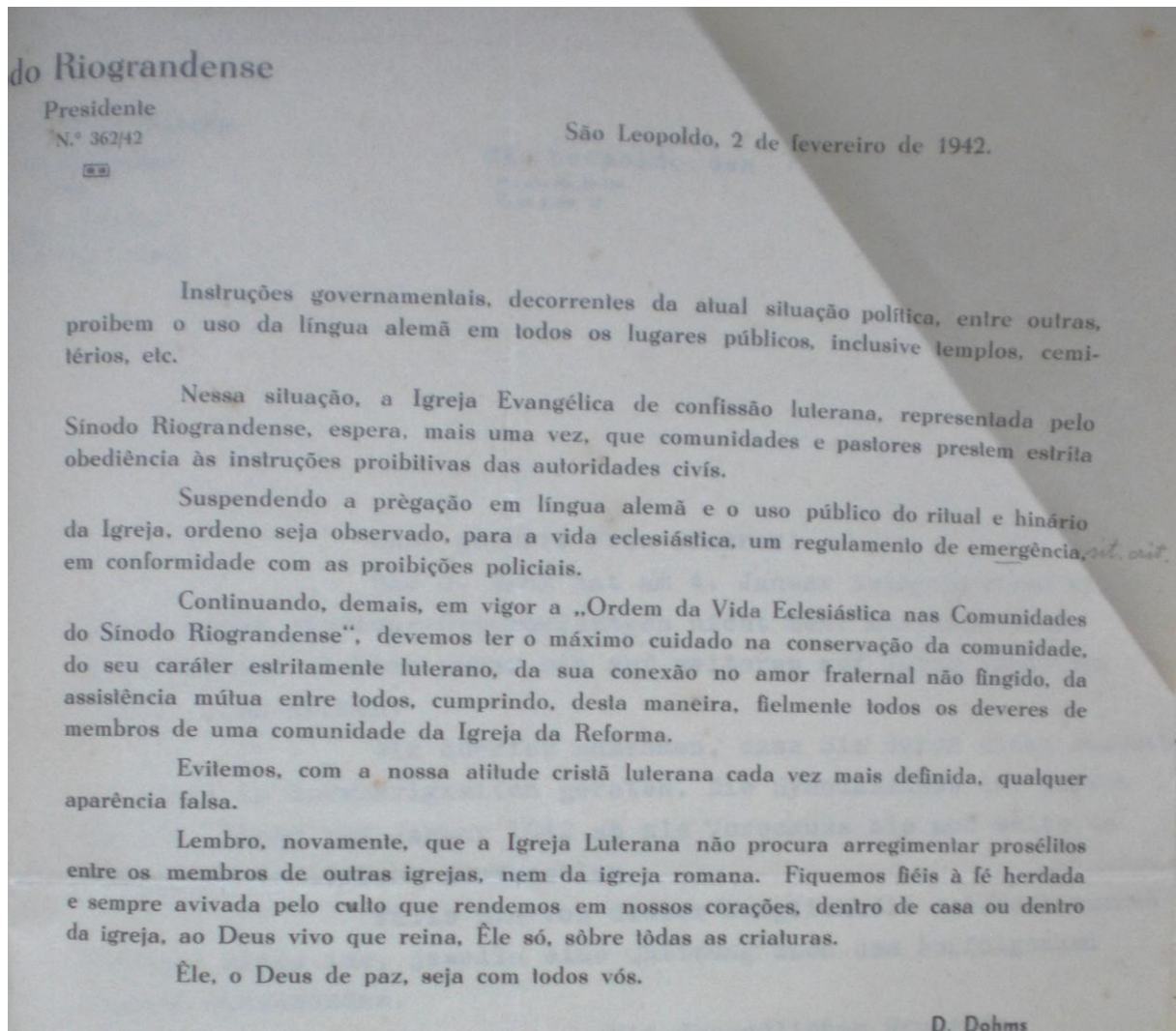
Solicito, insistentemente, a continuação do trabalho de assistência das senhoras evangélicas das comunidades, desaconselhando, porém, as reuniões de costume.

Deve ser prestada especial atenção à cura espiritual.

São Leopoldo, 2 de fevereiro de 1942.

D. H. Dohms,
Presidente do Sínodo Rio Grandense

ANEXO G: CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942



ANEXO H: TRANSCRIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIOGRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942

São Leopoldo, 2 de fevereiro de 1942

Instruções governamentais, decorrentes da atual situação política, entre outras, proibem o uso da língua alemã em todos os lugares públicos, inclusive templos, cemitérios, etc.

Nessa situação, a Igreja Evangélica de confissão luterana, representada pelo Sínodo Riograndense, espera mais uma vez, que comunidade e pastores prestem estrita obediência às instruções proibitivas das autoridades civis.

Suspendendo a pregação em língua alemã e o uso público do ritual e hinário da Igreja, ordeno seja observado, para a vida eclesiástica, um regulamento de emergência, em conformidade com as proibições policiais.

Continuando, demais, em vigor a “Ordem da Vida Eclesiástica das Comunidades do Sínodo Riograndense”, devemos ter o máximo cuidado na conservação da comunidade, do seu caráter estritamente luterano, da sua conexão ao amor fraternal não fingido, da assistência mútua entre todos, cumprindo desta maneira, fielmente todos os deveres de membros de uma comunidade da Igreja da Reforma.

Evitemos, com a nossa atitude cristã luterana cada vez mais definida, qualquer aparência falsa.

Lembro, novamente, que a Igreja Luterana não procura arregimentar prosélitos entre os membros de outras igrejas, nem da igreja romana. Fiquemos fiéis à fé herdada e sempre avivada pelo culto que rendemos em nossos corações, dentro de casa ou dentro da igreja, ao Deus vivo que reina. Ele só, sobre todas as criaturas.

Ele, o Deus de paz, seja com todos vós,

D. Dohms

Destinada a todos os pastores das comunidades do Sínodo Riograndense.

**ANEXO I: FOTOGRAFIA DE PROFESSOR E ALUNOS NA “SCHULEGEMEIDE”,
A ESCOLA EVANGÉLICA SÃO CAETANO, DE ARROIO DO MEIO**

Na placa junto ao professor está escrita a frase “Ama com orgulho a terra em que nasceste, pois não conhecerá país como este.” – trecho do poema “A pátria”, de Olavo Bilac. O professor que está na imagem, chamado Wigberto Whestfall, “abrasileirou” seu nome para Gilberto, segundo informação da Casa do Museu, de Arroio do meio. Casa do Museu, Arroio do Meio, década de 40.

